

LORENA DA SILVA RODRIGUES

**ELITES POLÍTICAS EM TRÊS PERSPECTIVAS: ORIGEM SOCIAL,
CARREIRA PÚBLICA E VALORES DOS MEMBROS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE PONTA GROSSA/PR (1993-2004)**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia,
Curso de Mestrado em Sociologia, do Setor de
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

LORENA DA SILVA RODRIGUES

ELITES POLÍTICAS EM TRÊS PERSPECTIVAS: ORIGEM SOCIAL, CARREIRA PÚBLICA E VALORES DOS MEMBROS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE PONTA GROSSA/PR (1993-2004)

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, Curso de Mestrado em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, de de 2006

À Iraciane

AGRADECIMENTOS

Ao curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, que me ofereceu a possibilidade do convívio acadêmico. Aos colegas e professores da linha de Sociologia Política do Mestrado, pelo acompanhamento e pelas críticas, em especial pela contribuição do professor Paulo Roberto Costa.

Ao Renato Monseff Perissinotto, meu orientador, pelos ensinamentos, pela perspicácia de seus comentários e pela gentileza com que me acompanhou na construção deste trabalho.

Aos colegas e professores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná, pelas discussões iniciais que inspiraram muitas das questões desenvolvidas aqui.

Aos professores presentes na banca de qualificação, Adriano Nervo Codato e Emerson Urizzi Cervi. Em especial, a este último, pela conversão dos dados e pela orientação no campo da Estatística.

Aos meus pais, Jandira e Altair, pela coragem, pela alegria e pelo apoio incondicional.

À Ana Maria Bourguignon de Lima, um presente, pessoa sem a qual este trabalho não seria possível.

Aos colegas, Amélia Corrêa, Cândida Lima, Elusia Ribeiro, Luzia Bonette, Marcos Beal e Soraya Castro, pela amizade e paciência no início de minha trajetória pela Sociologia.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
1 DOS PRECURSORES ÀS DERIVAÇÕES METODOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: AS ELITES POLÍTICAS SOB TRÊS PERSPECTIVAS	8
1.1 PRIMEIRAS ABORDAGENS EMPÍRICAS DO ESTUDO DAS ELITES	14
1.2 O MÉTODO POSICIONAL NOS TRABALHOS SOBRE ELITES BRASILEIRAS.....	19
2 A PRINCESA DOS CAMPOS GERAIS E O PODER: UMA BREVE HISTORIOGRAFIA	24
2.1 OS MECANISMOS DO PODER DE UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO	24
2.2 HEGEMONIA, MITO OU ESTRATÉGIA	30
2.3 SENTIDOS DA RUPTURA NA HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DE PONTA GROSSA	32
3 COMO SE FAZ UMA ELITE POLÍTICA: AS FACES DE TRÊS GRUPOS DO SETOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO EM PONTA GROSSA	39
3.1 AS FACES DA ELITE: ORIGENS E TREINAMENTO	40
3.2 A CARREIRA PÚBLICA E AS REDEFINIÇÕES NO PERFIL DA ELITE.....	52
3.3 PERCEPÇÕES E CRENÇAS DO SETOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	64
3.4 FUNDAMENTOS DA COERÊNCIA NA DISTINÇÃO DAS GESTÕES.....	74
4 HOMOGENEIDADE E BAIXA CIRCULAÇÃO NO SETOR LEGISLATIVO DA ELITE POLÍTICA MUNICIPAL	79
4.1 BASES SOCIOECONÔMICAS: PRIMEIRO PONTO DE CONVERGÊNCIA.....	81
4.2 FRACA INSTITUCIONALIZAÇÃO NA TRAJETÓRIA PÚBLICA	88
4.3 FRÁGIL ADESÃO À ORDEM DEMOCRÁTICA	94
4.4 PROSOPOGRAFIA SINGULAR: A TENDÊNCIA À ESTABILIDADE	99
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	110

ANEXOS

ANEXO 1 - "AS GRANDES FAZENDAS" E A DIVISÃO GEOGRÁFICA ATUAL DO MUNICÍPIO	114
ANEXO 2 - A DANÇA DAS CADEIRAS	115
ANEXO 3 - LISTA DE ASSINATURAS DA SEGUNDA REUNIÃO DO MOVIMENTO PELA ÉTICA E CIDADANIA	116
ANEXO 4 - GERAÇÕES ACADÊMICAS	117

LISTA DE TABELAS

1	PERFIL SOCIAL.....	42
2	ESCOLARIDADE POR NÍVEIS.....	45
3	OCUPAÇÃO/ATIVIDADE PROFISSIONAL (VARIÁVEL AGREGADA).....	50
4	EXTENSÃO DA CARREIRA POLÍTICA, EM ANOS.....	55
5	EXTENSÃO DA CARREIRA POLÍTICA, EM NÚMERO DE CARGOS.....	55
6	PRIMEIRO CARGO PÚBLICO.....	57
7	NÚMERO DE PARTIDOS ANTES DA ENTRADA NA ELITE.....	59
8	O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO É ACEITÁVEL QUANDO HOVER... ..	66
9	FATORES QUE SE CONSTITUEM PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA NO BRASIL.....	72
10	AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO.....	73
11	PERFIL SOCIAL.....	82
12	ESCOLARIDADE POR NÍVEIS.....	84
13	OCUPAÇÃO/ATIVIDADE PROFISSIONAL (VARIÁVEL AGREGADA).....	87
14	TIPOS DE CARREIRA.....	90
15	DIREÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO QUE ESTEVE NA ELITE.....	92
16	O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO É ACEITÁVEL QUANDO HOVER... ..	94
17	CRUZAMENTO ENTRE AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E A QUESTÃO: O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO NÃO É ACEITÁVEL EM HIPÓTESE ALGUMA?.....	95
18	AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO.....	98

RESUMO

Esta pesquisa está filiada à corrente de estudos que se preocupa com as elites políticas, ou seja, às discussões sociológicas sobre aquelas minorias que têm mais privilégios e influência do que a grande maioria dos indivíduos da sociedade. Especificamente, este trabalho realiza uma análise das elites políticas do município de Ponta Grossa (PR), dos indivíduos que ocuparam posições formais nos setores político-administrativo e legislativo, no período compreendido entre 1993 e 2004. Por meio desta pesquisa estabelece-se uma comparação entre as biografias de prefeitos, vice-prefeitos e secretários de governo das gestões de Paulo Cunha Nascimento (PDC), Jocelito Canto (PSDB) e Péricles de Holleben Mello (PT). Uma análise das biografias dos membros das três legislaturas correspondentes a esses doze anos complementa o trabalho. Os dados levantados para a construção dessas biografias coletivas foram selecionados de modo a se compreender a elite política desse período a partir das três perspectivas de análise: a origem socioeconômica dos membros desses grupos, suas trajetórias públicas e as crenças que orientam suas ações na arena política. Através dessas perspectivas que direcionam toda a discussão do trabalho, foi possível mapear as características de cada legislatura e o sentido da renovação em cada período. No setor político-administrativo, o estudo revela a efetividade das diferenças entre os grupos que estiveram no poder. Finalmente, este trabalho, a partir de uma análise posicional, ao olhar para o resultado do recrutamento político, discute alguns aspectos desse processo e a relevância do treinamento político e das experiências sociais dos indivíduos que compuseram a elite.

Palavras-chave: Elites políticas, origem socioeconômica, socialização, treinamento, valores, renovação.

ABSTRACT

This research is associated with the political elites studies, that is, with the sociological discussions about those minorities that have privileges and influence on the mass of people in the society. Specifically, this work analyzes the political elites of Ponta Grossa (PR) city, an analysis of those individuals that occupied formal positions on political-administrative and parliamentary sectors in the period comprehend between 1993 and early 2004. The focus of this research is a comparison between the biographies of municipal secretaries, vice-mayors and mayors Paulo Cunha Nascimento (PDC), Jocelito Canto (PSDB) and Péricles de Holleben Mello (PT) governments'. In addition, an analysis of the members of the three legislatures corresponding to those twelve years complements the study. The information surveyed to compose the collective biographies was selected to know the political elite of this period through the three perspectives' analysis of the research: socioeconomical background of those groups members', their public courses and the beliefs that orient their actions in the political arena. Through these perspectives that direct this research was possible to define the characteristics of each legislature and the turnover tends in each period. In the political-administrative sector, the study revealed the effectiveness of the differences between the groups that occupied power positions. This is a positional analysis that observes the political recruitment result, discuss some aspects of this process and the political training and social experiences relevance of those individuals who composed the elite.

Keywords: Political elites, socioeconomic background, socialization, training, values, turnover.

INTRODUÇÃO

Quais os caminhos percorridos para se chegar às posições de mando em um município do interior paranaense contemporaneamente? De onde vieram e o que pensam os indivíduos que compuseram grupos privilegiados nas esferas de poder local? Embora a Sociologia opte, muitas vezes, por estudar grandes parcelas da sociedade, no que diz respeito à esfera política é evidente a necessidade de captar as características e compreender os comportamentos daqueles grupos destacados para governar e tomar decisões em nome de uma maioria submetida ao poder que exercem. Os perfis das elites políticas, objeto dessa dissertação, são centrais no desenvolvimento do regime democrático, nos tipos de políticas que serão implantadas e nas relações dessas elites com a sociedade. A maior parte dos trabalhos que estudam as minorias politicamente ativas parte da concepção que as relações de poder não estão harmonicamente distribuídas na sociedade e que, assim como ocorre em outras esferas, há uma estratificação no sistema político e que poucos conseguem ocupar as posições mais privilegiadas que são estabelecidas nas relações que se dão nessa esfera.

Estudar elites políticas locais justifica-se, portanto, pela relevância que há em se conhecerem as características desses grupos que estiveram em posições centrais do jogo político municipal. É pouco provável que os indivíduos que os compõem não tenham orientado suas decisões ou, ao menos, percebido a realidade social na qual interagiram, a partir do conjunto de valores e da experiência que adquiriram antes da entrada na vida pública e no interior de instituições políticas a que estiveram filiados.

Nesse sentido, esta dissertação resulta de uma análise filiada à tradição que se ocupa do estudo das elites políticas e apóia-se em três perspectivas: origem socioeconômica, carreira pública e valores dessas elites. Dessa forma, o foco do trabalho é um exercício comparativo entre alguns grupos da esfera política na cidade de Ponta Grossa (PR), mais especificamente entre membros dos Poderes Executivo e Legislativo no período de 1993 a 2004, durante os governos de Paulo Cunha Nascimento (PDC), Jocelito Canto (PSDB) e Péricles de Holleben Mello (PT).

O recorte temporal da análise foi fundamental para a definição das questões iniciais de pesquisa, pois determina uma seqüência de governos representados por grupos diversos, com histórias políticas distintas. Em 1997, o município de Ponta Grossa encerra um extenso período de administrações ligadas ao que se costuma identificar localmente como uma oligarquia tradicional e passa a ser dirigido, de 1997 a 2000, por um prefeito reconhecidamente atrelado às bases populares, através de políticas de assistencialismo. O último período analisa a administração municipal conduzida pelo Partido dos Trabalhadores. A análise desenvolvida neste trabalho revela as efetivas diferenças que surgem entre os grupos que estiveram presentes nesses três momentos do setor político-administrativo. Complementar a esse quadro de caracterização da esfera política ponta-grossense a partir dos membros que a compuseram, foi realizada uma análise semelhante do setor legislativo correspondente a esse período de doze anos.

Assim, o objetivo desta pesquisa subdivide-se em (a) realização de levantamento das biografias coletivas dos membros desses grupos, por setor da elite; (b) análise comparativa entre as três gestões do Executivo municipal, com o objetivo de produzir uma discussão que realmente avance em relação ao que se conhece sobre a trilogia dos grupos que ocuparam o setor político-administrativo no município, de 1993 a 2004; e (c) identificação de características predominantes em cada uma das três legislaturas, enfocando especialmente, o grau e o sentido da renovação deste setor.

Compreender os processos de recrutamento, as carreiras e o conjunto de crenças dos indivíduos que compõem uma elite política justifica-se em razão de esse ser um meio de se entender o comportamento político desses grupos a partir dos seus atributos. Trata-se de compreender os sistemas de composição de determinados setores da elite política, compará-los, buscando perceber as diferenças desse processo para a elite parlamentar e político-administrativa para, enfim, descrever como se têm configurado, do ponto de vista do perfil dos governantes, os ciclos de transformação da esfera política local.

A questão central da pesquisa propõe identificar as reais bases de recrutamento dos membros dos três grupos do Executivo e as especificidades do processo de treinamento em instituições sociais e da carreira pública desses grupos. Na realidade, este trabalho não consiste em uma análise de recrutamento no sentido estrito, porque não analisa todas as fases da seleção de indivíduos para a esfera política. Apenas parte do resultado do recrutamento político e observa os grupos que foram compostos com a intenção de tentar compreender alguns elementos desse processo. O trabalho está embasado em um exercício prosopográfico que, segundo Charle (apud HEINZ, 2006, p.41), consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política”.

A opção metodológica por fazer uma análise das elites políticas municipais através da observação de caracteres dos indivíduos detectados a partir de posições formalmente reconhecidas nas relações de poder não desconsidera a pertinência de outras análises em estudo de grupos políticos – tema que está presente no primeiro capítulo. Entretanto, esta pesquisa orienta-se pelo método posicional pelo fato de esse método ser suficiente para que se atinjam os objetivos do estudo. Neste caso, a intenção é, a partir das biografias coletivas, verificar se essa seqüência de grupos pode realmente ser caracterizada pela heterogeneidade. Pretendemos, também, investigar se houve, à medida que esses grupos se familiarizavam com a política e transitavam pela esfera pública, algum tipo de adequação e até mesmo uma aproximação entre os perfis desses grupos. Se for esse o caso, estabelecer-se-á sob que aspectos essa adequação/aproximação se deu.

Enfim, a opção pela aplicação do método posicional nessa dissertação pauta-se em cinco referências. A primeira diz respeito à facilidade em delimitar um grupo para análise a partir de posições formais dentro da esfera política, observar suas

principais características e conexões. Além de objeto de estudo, esse grupo¹ serve também como fonte para apontar outros indivíduos – inseridos formalmente ou informalmente no processo decisório do sistema político – que merecem tratamento científico em outras análises posteriores. Relacionada às anteriores, uma terceira justificativa: a escolha do método nesse momento não exclui a possibilidade de aplicação de outros, a qualquer momento. A quarta referência baseia-se na pequena probabilidade de que o poder de fato não passe, em alguma medida, por aqueles que controlam as instituições formais de mando, como no caso descrito nessa pesquisa. Ou seja, escolher analisar a elite política de Ponta Grossa a partir das posições formais orienta-se pelo entendimento de que é pouco provável que, em uma sociedade com baixo grau de complexidade, como a de um município do interior do estado, as esferas de poder formal e informal não se sobreponham na maior parte do tempo. Por fim, a quinta justificativa para a escolha desse método refere-se a sua ampla utilização em pesquisas sobre elites políticas brasileiras, o que aumenta a possibilidade de comparações.

O critério das posições determináveis dentro da esfera política pode até ser questionável, já que desloca da análise, em certa medida, agentes centrais que, embora destituídos de cargos formais, exercem grande influência nessa esfera. No entanto, é inegável a pertinência de diversos trabalhos posteriores que tratavam justamente da relação que se estabelece entre regimes políticos e processos de composição das elites. Em muitos casos, não basta perguntar quem é o governante, mas também o que leva certos indivíduos até as posições mais privilegiadas das relações de poder. Por que esses e não outros? Que tipos de recursos – simbólico ou material – eles tiveram de acionar para fazer parte dessa esfera?

¹Putnam denomina, para fins de análise, esses grupos que ocupam posições-chave na esfera política de *initial elites*, pois revelariam outras posições bastante importantes no processo decisório e grupos que tivessem também forte influência nas decisões políticas (PUTNAM, 1976, p.17).

A escolha do método delimitou um universo de análise de 113 pessoas², das quais 71 pertenciam ao setor político-administrativo e 45 ao setor legislativo. O setor político-administrativo compreendia 14 membros da primeira gestão, 28 membros do segundo período e 29 pessoas ligadas à última gestão. Quanto ao setor legislativo, o primeiro grupo era composto por 21 indivíduos; em relação à segunda legislatura, identificaram-se 14 novos membros e em relação à terceira legislatura, identificaram-se 10 indivíduos que não pertenceram a nenhum dos dois grupos anteriores.

A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de um *survey*. O questionário foi aplicado em duas etapas: a primeira, de dezembro de 2004 a janeiro de 2005, para os membros do Legislativo; e a segunda, de março a julho de 2005, para o Executivo. A taxa de retorno de questionários foi de 86,7% (98 questionários foram respondidos). Aplicado ao universo descrito anteriormente, o questionário buscou atender à questão principal da dissertação, no sentido de possibilitar que se verifique se diferentes partidos políticos no Executivo geraram realmente diferentes elites. E, quanto ao Legislativo, perceber se ocorreu um processo de renovação qualitativa no período da análise e se há especificidades na carreira parlamentar.

Esse questionário foi elaborado a partir de discussões promovidas pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná, em 2004. Esse núcleo realiza uma pesquisa³ que está mapeando elites políticas e econômicas do Paraná contemporâneo. Filiado a essa pesquisa, este estudo desenvolveu um questionário muito semelhante, o qual se divide em três blocos

²O universo de pesquisa foi determinado a partir dos decretos de nomeação e exoneração disponibilizados pelo setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos da Prefeitura de Ponta Grossa e por informações fornecidas pela Câmara Municipal. Utilizou-se como ponto de corte a determinação de, no mínimo, 90 dias ininterruptos de trabalho ou o total de 120 dias de trabalho ligados ao Executivo (Instituto de Planejamento, Agência de Fomento Econômico de Ponta Grossa ou secretarias de governo) ou a uma cadeira do Legislativo.

³O projeto de pesquisa "Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo (1995-2002)" foi apresentado à fundação Araucária em 2002, pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, do Departamento de Ciências Sociais (UFPR).

padronizados para os dois setores. O primeiro bloco continha questões sobre a carreira pública dos entrevistados, desde a entrada na esfera política até a trajetória no interior de partidos e de outras instituições. O segundo grupo de questões focava os valores políticos da elite e objetivava revelar suas percepções sobre a realidade brasileira, sobre políticas públicas e o grau de adesão ao regime democrático. O terceiro bloco do instrumento de coleta de dados forneceu material para a composição do perfil socioeconômico dos entrevistados e informações sobre o processo de socialização educacional e profissional. Em conjunto com o primeiro bloco, este último agregou um material fundamental para o conhecimento das trajetórias pessoais dos membros dessa elite política local.

Para a investigação proposta a partir desse exercício comparativo entre os perfis desses grupos da elite política da cidade de Ponta Grossa, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta uma discussão sobre a opção metodológica do trabalho e as questões de trabalho colocadas neste texto de introdução, a partir da revisão de literatura sobre os estudos das elites. Esse texto apresenta alguns dos pontos comuns e os divergentes explorados pelos clássicos da Teoria das Elites, o contexto do surgimento dessa corrente e suas principais leituras, tanto de ordem metodológica quanto ideológica. No primeiro capítulo, há ainda uma breve discussão sobre as primeiras abordagens acerca dos métodos utilizados nesse tipo de estudo e a apresentação de alguns trabalhos sobre elites políticas brasileiras que inspiraram a adoção das três perspectivas analíticas expostas nessa dissertação e/ou têm como fio condutor o mesmo método adotado por este trabalho.

No segundo capítulo dessa dissertação, faz-se, resumidamente, um resgate dos pontos principais da história do município, estabelecendo como referencial o objeto deste estudo, ou seja, as relações de poder, os grupos que dominaram a esfera política do município no decorrer de seu desenvolvimento e as relações com outras esferas da sociedade e da política em geral. Neste ponto do trabalho, é possível compreender melhor a divisão do objeto de análise e o pressuposto que

orienta o recorte temporal e fundamenta algumas questões que são respondidas nos capítulos que contêm a análise das elites propriamente dita.

O terceiro capítulo deste trabalho mostra exatamente os pontos de contato entre as biografias dos indivíduos que compõem a trilogia de gestões analisadas e as características que as distinguem. Quanto a esse setor, é possível perceber a existência de uma relação entre o posicionamento ideológico dos membros desses grupos e os partidos políticos a que pertenciam. Essa consistência se acentua quando se observa que eles tinham origens socioeconômicas bem delineadas e que, em determinados momentos da análise sobre treinamento e socialização há muitas coincidências e, no momento da discussão sobre as características dos valores e das concepções desses grupos, há uma aproximação de grupos originariamente distintos, segundo aquela primeira perspectiva.

No último capítulo, a análise do setor legislativo mostra os contornos da homogeneização prosopográfica e na impossibilidade de se falar em renovação qualitativa, ou seja, em uma efetiva circulação de elites. A tendência à estabilidade neste setor prevalece na maior parte das variáveis contempladas pela pesquisa. Nas considerações finais do trabalho, há uma exposição de algumas características que aproximam e diferenciam os grupos dos setores político-administrativo e legislativo e o processo de composição dessas elites.

1 DOS PRECURSORES ÀS DERIVAÇÕES METODOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: AS ELITES POLÍTICAS SOB TRÊS PERSPECTIVAS

Marcado pelas profundas mudanças econômicas que alteraram significativamente as relações tanto na esfera social quanto na política, o século XIX assistiu à expansão da sociedade de massa, à afirmação do movimento sindical, à idéia do socialismo e à possibilidade de ampliação da participação política por parte das classes que até então estavam subjugadas, primeiramente, à monarquia e, depois, ao próprio poder da burguesia.

Era na probabilidade de inversão de papéis e no alargamento das conquistas dos cidadãos que a sociedade europeia vislumbrava uma organização sociopolítica mais democrática. Nesse contexto de discussões acerca dos processos de representação e participação política, alguns teóricos atentaram para a questão social dentro da esfera de poder.

Enquanto uma parcela dos teóricos via nesse elemento um ponto essencial para a concretização da sociedade democrática, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels elaboraram seus trabalhos na contramão. Precusores⁴ de uma teoria sobre as elites, esses teóricos iniciaram uma série de discussões a respeito dos determinantes sociais que caracterizavam aqueles que pertenciam à pequena parcela detentora do poder, uma elite que governa, em oposição a uma maioria de governados. Nos trabalhos dos fundadores do que passou a se chamar "Teoria das Elites" é possível identificar uma posição que se configura como antidemocrática. Realistas, Mosca, Pareto e Michels mantiveram em seus trabalhos uma visão crítica em relação ao ideal de democracia, vista por eles como um instrumento de renovação da minoria política ativa. Por permitir que alguns membros das classes excluídas

⁴Precusores da discussão denominada "Teoria das Elites", inspiram-se em bases da ciência política maquiavélica – que discutiu os modos de aquisição do poder e a postura que deveriam ter os governantes que desejassem conservá-lo – e em correntes como a da psicologia das multidões – que considerava a massa como uma unidade irracional e vulnerável.

ascendam ao poder, a democracia elimina possíveis tensões entre dominantes e dominados, garantindo, assim, o equilíbrio entre os grupos das sociedades.

Entretanto, a real contribuição de Mosca, Pareto e Michels centra-se no tratamento sociológico dado ao objeto da ciência política, ao considerarem que as relações sociais precedem as de poder. A concepção do objeto "elite" na esfera política daquelas sociedades produziu, invariavelmente, questionamentos a respeito do fato de que alguns indivíduos, em detrimento de outros, tivessem sido selecionados para representar a massa naquela sociedade moderna e complexa que se estruturava. Procurava-se saber, entre outras coisas, o que distinguia esses indivíduos selecionados da maioria a ser representada. Qual era a trajetória social dos membros dessa elite que dirigiria o povo? Teriam eles também acesso a outras instituições que não apenas às políticas?

A elaboração de uma teoria sobre a classe política foi responsável, segundo Norberto Bobbio, pela renovação da Ciência Política. É nas análises da relação entre as esferas social e política que se encontra a maioria dos conceitos elaborados pelos precursores da Teoria das Elites. A Sociologia Política passaria a estabelecer, então, como objeto central de sua análise os indivíduos que constituem esses grupos privilegiados da esfera política: quem são eles, suas origens e trajetórias. Na chamada Teoria das Elites, configuravam-se as primeiras discussões acerca da alternância entre os membros dessas elites e o poder de organização desse grupo, os atributos que os diferenciariam da massa dominada e suas implicações para o regime democrático. Lançaram-se, então, as primeiras discussões a respeito da definição do que seria uma elite política e reflexões sobre suas características essenciais, mas não se sistematizou empiricamente o estudo das minorias que dirigiam as massas e de suas relações com as formas de distribuição de poder na sociedade.

As três perspectivas de análise desta pesquisa – origem socioeconômica, carreira pública e valores – não faziam parte da estrutura da teoria desenvolvida pelos autores clássicos. Entretanto, é possível afirmar que alguns elementos sistematicamente discutidos por eles corresponderiam aos critérios adotados para a realização desta

pesquisa. A partir da discussão, promovida por Mosca, sobre os atributos dos indivíduos que pertenciam a uma classe chamada de dirigente, este trabalho organizou algumas questões que abordariam a origem social e a trajetória traçada pelos membros da elite local. Segundo Mosca, reconhecer esses atributos é fundamental, pois eles revelam valores e características muito apreciados em um determinado momento, naquele território onde a elite política tinha influência. Essa parte da reflexão demonstra como a origem da relação de poder está atrelada às crenças reconhecidas tanto por aqueles que são governados, quanto pelos que governam. E, nessa pesquisa, identificam-se, no interior da esfera política, diferentes tipos de trajetória, formação educacional e profissional dos indivíduos, mesmo através dos valores que revestem algumas políticas defendidas pelos grupos analisados. Esse tipo de interpretação permite mais do que o reconhecimento de uma elite com o objetivo de estabelecer que tipo de governo é possível, mas também revela o quanto a variação de comportamento e de concepções, em determinada época, é capaz de moldar o grupo que estará no poder. Mosca discute como a origem da relação de poder está atrelada aos valores socialmente compartilhados entre aqueles que são governados e aqueles que governam. *"En otras palabras, deben poseer algún requisito, verdadero o aparente, que sea altamente apreciado y se valore mucho en la sociedad donde viven."* (MOSCA, 1992, p.110).

Assim, a questão dos atributos introduzida pelos clássicos tem, neste trabalho, duas orientações: primeiramente, cumprir o objetivo principal da pesquisa que é revelar as efetivas diferenciações de cada um dos grupos dos dois setores da elite; em um segundo momento, que é um desdobramento do anterior, perceber se, com o avanço de cada período, a sociedade demandava realmente novos perfis para os dirigentes políticos. A realização dessa última parte da análise foi possível particularmente pela comparação entre os grupos que compuseram o setor legislativo.

Os atributos são pensados, então, tanto sob o aspecto da hereditariedade e origem social, quanto de elementos que são agregados posteriormente ao perfil desses indivíduos. Insere-se, então, um segundo elemento presente na discussão

desses precursores da Teoria das Elites: a formação dos indivíduos que ocorre através do treinamento e da socialização no interior de instituições políticas ou não. Mosca ressaltava que o mais importante não era propriamente a questão da ascendência e, sim, o que ele passa a chamar de vantagens especiais, ou seja, o tipo de educação, as tradições de família, os hábitos da classe social. Mesmo no interior da elite, essas vantagens gerarão distinções entre os indivíduos. Esse tipo de elemento introduzido pelos clássicos para a análise das elites políticas está presente no questionário desenvolvido para esta pesquisa nas questões sobre recrutamento em determinadas instituições educacionais, treinamento em partidos políticos e socialização em entidades sociais. Esse conjunto de dados – em observação à orientação do trabalho – proporciona quadros comparativos entre as carreiras políticas de cada um dos setores da elite e aponta quais instituições sustentaram a esfera política local e quais entidades eram responsáveis pela formação e reprodução de valores entre os sujeitos que compuseram a elite política local nesse intervalo de doze anos.

Há ainda um último elemento exhaustivamente discutido pelos precursores da teoria, o qual tem muita relevância neste trabalho: a circulação ou renovação das elites. Pareto identifica que a restauração da classe governante acontece porque nos estratos superiores acumulam-se idéias que já não têm mais o reconhecimento dos estratos inferiores, nos quais há excesso de elementos preparados para o governo. A circulação de elementos é necessária, então, para que se mantenha o equilíbrio entre elite e não-elite. Michels chama a atenção para que esta tese seja entendida como um mecanismo de assimilação de novos elementos para o estrato superior e não como mera substituição de elites. Essa circulação não é mecânica e nem necessariamente numérica, mas essencialmente qualitativa.

O objetivo principal da análise é verificar se – por exemplo, no caso do setor legislativo – ocorre mesmo essa renovação qualitativa, ou seja, se o recrutamento ocorreu em bases sociais diferentes, à medida que os membros de cada legislatura eram substituídos pela escolha popular. Se, aparentemente, no setor político-administrativo o perfil dos grupos políticos alterava-se pela vontade dos indivíduos que lideravam o

grupo político vitorioso, no legislativo espera-se que a formação do grupo político esteja orientada pela demanda social e por valores que, em determinado período, são caros à população.

Esses elementos – atributos, socialização e treinamento, renovação e circulação das elites – representam a essência de seus trabalhos, porque agregam um conjunto de informações que falam tanto da minoria politicamente ativa, quanto da maioria governada por ela. Mais do que isso, esses elementos buscam reunir dados sobre os processos das esferas política e social em que estão inseridas essas elites. Há períodos em que a demanda por novas práticas políticas ou a renovação dos valores da sociedade podem causar também uma renovação das forças políticas; mas em outros, podem predominar a cristalização de valores e a estabilização de certos grupos que estão no poder. Tal contexto pode ser explicado, por exemplo, pela natureza conservadora do poder em uma visão weberiana ou, como Putnam (1976, p.44) arriscaria afirmar, porque a elite atingiu um grau proporcional de representatividade naquela sociedade por ela governada.

Não há a intenção determinista de explicar esse período de doze anos da política local e o contexto social em que ela esteve inserida somente através do perfil de seus indivíduos. Mas, antes disso, perceber a amplitude das bases em que esses grupos da elite política foram selecionados, o grau de proximidade de seus membros com algumas instituições, enfim, descrever as trajetórias públicas e privadas dessas pessoas que – tanto no setor legislativo quanto no político-administrativo – têm competências e prerrogativas para estabelecer políticas e tomar decisões que influenciam todos os outros membros da sociedade.

A mesma preocupação existe em relação à questão do treinamento atrelada à da alternância das elites: esta última, isolada, não é o fator que viabilizará o ideal da democracia. Segundo a discussão proposta por Michels, os representantes só chegam aos postos mais elevados da esfera política a partir da profissionalização e, em conseqüência, afastando-se da massa que dizem estar representando, desligando-se dos sentimentos e demandas de seus representados. Se isto se verifica na elite

que é objeto da dissertação, somente um outro trabalho que estude a representatividade social na esfera política e as decisões políticas poderá dizer. Por ora, essas observações estão presentes neste tópico para demonstrar que os conceitos relacionados às primeiras discussões da Teoria das Elites aqui apresentados estão previamente delimitados pelas perspectivas de análise, com a intenção de evitar ao máximo o estabelecimento de relações de determinação diretas e refinar o procedimento para identificação desses elementos originalmente discutidos.

Inicialmente interpretada como uma oposição à democracia, à experiência do sufrágio universal e à participação popular na esfera política, as análises dos precursores dessa teoria foram reavaliadas e difundidas e se tornaram objeto de estudo de outros teóricos que reconheceram seu caráter científico e sua legitimidade empírica. É possível dizer que, enquanto os fundadores da teoria provocaram uma série de discussões sobre a relação entre governantes e governados, autores contemporâneos avançaram metodologicamente e operacionalizaram os conceitos que foram, então, estabelecidos pelos clássicos, na busca de respostas para essas questões sobre as elites. Estes autores têm produzido muitas pesquisas que – além de representarem análises de casos particulares – empenham-se em discutir métodos de estudo mais recomendados para o objeto em questão.

O debate foi, então, ampliado: a questão que preocupava os teóricos era saber qual a relação entre a elite e a não-elite. Caso houvesse acesso dos indivíduos desta aos estratos superiores da sociedade, procurava-se, também, descrever como se dava esse acesso. Nos próximos dois tópicos dessa revisão de literatura tratar-se-á, em primeiro lugar, das abordagens metodológicas iniciais decorrentes das reflexões propostas pelos teóricos precursores e, posteriormente, de trabalhos mais recentes sobre elites brasileiras, os quais apontam caminhos relevantes para a operacionalização dos conceitos clássicos que, de certo modo, inspiram algumas das questões presentes nesta dissertação.

1.1 PRIMEIRAS ABORDAGENS EMPÍRICAS DO ESTUDO DAS ELITES

Se, a princípio, a apresentação dos primeiros procedimentos adotados na aplicação da Teoria das Elites parece dispensável pelo amplo conhecimento da discussão, aqui ela cumpre dois papéis. O primeiro é o de informar a dimensão dos limites e as vantagens da escolha do método posicional – que orienta a pesquisa. Além disso, essa contextualização serve não apenas para demonstrar o avanço em relação aos trabalhos dos precursores, mas procura registrar o cuidado com os vários sentidos contidos em cada uma das opções metodológicas possíveis.

Criticar um esquema conceptual ou uma teoria em seu aspecto ideológico não significa, portanto, simplesmente mostrar sua conexão com uma doutrina mais ampla do homem e da sociedade, e opor-lhe outra doutrina social; é também, ou principalmente, chamar a atenção para as limitações científicas dos conceitos e teorias, e propor novos conceitos e teorias mais verdadeiros ou mais adequados à descrição daquilo que realmente se dá na esfera da sociedade (BOTTOMORE, 1974, p.21).

A afirmação de Bottomore a respeito da conexão entre os aspectos teórico e ideológico de uma teoria destaca a relevância do questionamento acerca dos conceitos cientificamente elaborados e de suas relações com as doutrinas sociais dominantes ou que assim pretendem ser. Esse raciocínio está representado na discussão que se segue com o objetivo de melhor fazer compreender o debate, em suas relações com as transformações sócio-políticas da época e suas implicações para com este trabalho.

Se inicialmente a questão central nos autores clássicos era conceber um objeto típico das estruturas de poder que, segundo eles, possui uma relação direta com as dinâmicas sociais, nos trabalhos subseqüentes havia quase sempre um objeto empiricamente determinado. Especialmente a partir da década de 50, após a Teoria das Elites ter sido importada pelos analistas da sociedade norte-americana, discussões sobre metodologias utilizadas em estudos empíricos em comunidades locais e em estudos com grandes populações passaram a ser sistematizadas. As questões em evidência eram a própria definição de elite, o que representava o

poder que mantinham, quais eram as posições consideradas estratégicas, quem participaria desse seleto grupo e como aconteciam os processos de constituição, renovação e conservação das elites. A maior parte desses estudos tem por orientação o conceito weberiano de poder. Entretanto, esses divergem na operacionalização, na definição do método mais adequado para verificar quem tem poder nas sociedades.

Em 1956, o sociólogo Charles Wright Mills publica um livro que, dois anos mais tarde, seria criticado pelo analista político Robert Dahl e originaria um dos mais importantes debates metodológicos a respeito da forma mais adequada de se reconhecerem os processos das classes dirigentes. Wright Mills (1996) definiu elite a partir do que chamou de "Sociologia das Posições Institucionais", a qual identifica seus membros olhando para os indivíduos que estão no comando das principais instituições econômicas, militares e de Estado. Voltado para análise da sociedade norte-americana nos anos 50, Mills concebia que aquela sociedade era comandada por uma pequena elite, resultante da aproximação entre os indivíduos pertencentes aos graus superiores das ordens política, econômica e militar. Segundo o autor, para compreender essa elite, era preciso considerar a origem dos indivíduos que ocupavam os cargos superiores dessas organizações, conhecer seus valores, as estruturas das instituições que controlavam e as correlações entre os indivíduos dessas instituições.

Em relação às concepções de elite elaboradas anteriormente por outros autores, as quais baseavam-se na posse de bens materiais e simbólicos de produtos bastante valorizados ou na superioridade moral e psicológica, Mills acredita que seu método tinha vantagens. Não apenas se esquivava da exigência de definir o que é 'moralmente superior', como também delimitava um objeto de estudo que permitia, de uma forma relativamente simples, a obtenção de informações úteis para a análise sociológica. Mas a principal vantagem da concepção, assinalada pelo autor, é que essa abordagem possibilita a incorporação de elementos das outras concepções: a pesquisa sobre a elite do poder a partir do método posicional identificaria também os valores e as experiências típicas dessas instituições que eram compartilhados pelos indivíduos dessa elite. Mills acreditava que essa unidade da elite não era refletida

apenas por bases psicológicas e sociais, mas ainda por ações coordenadas e objetivamente racionalizadas para a realização de interesses próximos.

O maior problema do trabalho de Mills é o conflito que se estabelece entre o conceito de poder que orienta sua concepção de elite e o método utilizado para sua identificação. O sociólogo americano adota o conceito weberiano de poder, o qual não leva em consideração os recursos como fator determinante para o exercício do poder. Para Weber, o poder é relacional e está representado na possibilidade da imposição de uma vontade, mesmo diante da resistência de outros. Apesar de esse conceito não descartar a importância dos recursos, a aplicação que Mills faz do conceito a um método não-relacional abriu caminhos para críticas.

Robert Dahl foi o autor que propôs a crítica mais contundente ao trabalho de Mills. Sua análise referia-se justamente à ineficácia da Sociologia das Posições Institucionais para a identificação daqueles que detinham o poder. Para ele, a pesquisa sobre a elite norte-americana não tinha fundamento científico, porque Mills não conseguiu delimitar completamente essa elite e nem comprovar que suas decisões prevaleciam. Dahl (1970) considerava ainda que aqueles que tinham os recursos das instituições nem sempre conseguiam unidade e organização para obter a aprovação de suas demandas. O autor chamava a atenção para a possibilidade de um grupo com potencial de controle baixo ser altamente coeso e, dessa forma, fazer suas decisões prevalecerem. Também desconsiderava a existência de uma única elite com influência em todas as esferas de decisão e defendia que existiam diversas elites com graus distintos de poder. "Nem logicamente nem empiricamente se depreende que um grupo que tenha um alto grau de influência de uma perspectiva terá necessariamente um alto grau de influência de outra perspectiva, dentro do mesmo sistema." (DAHL, 1970, p.94).

Para o autor, o teste mais indicado para reconhecer aqueles indivíduos que pertencem a esses grupos deveria se basear em um método *decisional*. Ou seja, analisa-se um número significativo de objetivos políticos fundamentais, delimitam-se os grupos envolvidos nas lutas em torno desses objetivos e identifica-se a predominância

de suas preferências na maior parte das tomadas de decisões. Através desse método, Dahl procurou mensurar o grau de influência de um grupo e avaliou que este poderia ser entendido como elite dirigente se em todas as decisões fundamentais sua vontade prevalecesse.

Uma década depois, o debate entre a utilização dos métodos posicional e decisional ainda fornecia material para críticas. As discussões sobre quais procedimentos são mais adequados ao estudo das elites concentraram ainda mais esforços no sentido de sofisticar instrumentos para se delinear as classes dirigentes. A intenção era não apenas identificar os sujeitos que estavam no poder, mas também entender as instituições em que atuavam e como isso acontecia. Peter Bachrach e Morton Baratz (1983) dão continuidade a essa discussão propondo um terceiro procedimento: um método não-decisional. Este trabalho consistia em uma crítica mais específica ao método dos pluralistas que, segundo eles, naturalizam a agenda de discussões. Os autores defendem a importância de se estudarem aquelas decisões que não são colocadas na agenda política e discutiam um método que concebesse, como objeto de estudo, aquilo que não acontece de fato, aquelas decisões que são bloqueadas e que, exatamente por isso, têm significado e relevância.

A polêmica em torno da construção de um método adequado para a identificação de um ou mais grupos de poder na esfera política exigiu a releitura de trabalhos já publicados e gerou outros tantos sobre a relação desses grupos no sistema democrático. O monismo ou a pluralidade de elites significava muito mais do que um resultado de análise política. Em torno desse debate encontrava-se o questionamento sobre a democracia, já colocado pelos fundadores da Teoria das Elites. A existência de uma elite única, sem uma oposição para controlar e participar, em certo sentido, das decisões, comprometia as bases de competição de um sistema tipicamente democrático. A corrente pluralista também se ocupava de compreender se os meios de acesso às elites eram abertos a todos ou se, de algum modo, restringiam a participação. Enfim, a relevância dos debates em torno da verificação empírica da Teoria das Elites está centrada na geração de subsídios para o estudo

desses grupos, dos processos decisórios, das relações sociais que estabelecem e, fundamentalmente, da configuração da democracia.

A essência da esfera política é a luta pela distribuição de poder, ou seja, é a disputa pelos locais mais elevados da relação social, de onde haja maior possibilidade de imposição de vontade. Mas essa luta inicia, segundo Weber, em uma seleção social anterior. São ações sociais, anteriores à esfera política, de sentido reconhecido e estimado, que irão aumentar as probabilidades de que alguns indivíduos sejam bem colocados a partir da distribuição de poder. O acesso à esfera política não é um fato deslocado. A possibilidade de ascender às posições mais privilegiadas das relações de poder é influenciada por fatores que ultrapassam o mundo da política. A questão da distribuição do poder na sociologia política weberiana é o ponto que orienta o estudo sobre a formação de elites políticas: mais do que proporcionar uma discussão sobre a questão do poder em si, Weber relaciona a distribuição de poder social e o poder político. A operacionalização dos conceitos do teórico alemão no estudo empírico sobre a Teoria das Elites pode ser sistematizada a partir de uma observação dos grupos políticos formais, ou seja, aqueles que ocupam cargos específicos dentro da esfera política.

Mesmo que pareça reforçar o tão criticado trabalho de Mills, esse tipo de recurso pode ser utilizado sem prejuízo no entendimento do conceito de poder relacional weberiano, desde que se atenda a alguns cuidados, conforme salienta Bobbio.

Para estudar o Poder empiricamente, não é necessário utilizar simplesmente um dos métodos mencionados, mas usar um leque articulado de técnicas de pesquisa, dirigidas para a averiguação não só do dinamismo dos processos de decisão, mas também para os Poderes estruturais que condicionam esses dinamismos de uma forma mais ou menos profunda (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1997, p.942).

Dessa forma, Norberto Bobbio procura uma solução para o conflito metodológico do estudo dos grupos políticos. Pode, inclusive, ter seu pensamento relacionado ao de Robert Putnam (1976), um contemporâneo nos estudos sobre este tema, que

ressalta a tendência da utilização de combinações entre métodos com o objetivo de se aperfeiçoarem os instrumentos para o estudo de elites políticas.

Nesta dissertação, estão presentes alguns procedimentos e questões de trabalhos recentes que buscaram justamente operacionalizar as discussões dos autores clássicos. Apesar da opção por métodos reconhecidamente limitados em certos aspectos, como demonstrou o texto anterior, muitos desses trabalhos ganharam força pela combinação de procedimentos, pela delimitação do objeto de análise e pelas perguntas pertinentes, as quais diziam respeito à relação entre a composição da esfera política e as demais esferas da sociedade. A seguir, procuramos mostrar como o método posicional está presente em grande parte da literatura dos trabalhos desenvolvidos sobre as elites do Brasil.

1.2 O MÉTODO POSICIONAL NOS TRABALHOS SOBRE ELITES BRASILEIRAS

A divisão dos trabalhos derivados da Teoria das Elites pode seguir muitos critérios. Desde a tradicional discussão metodológica entre monistas e pluralistas, até em função das definições dos conceitos de classe, grupos dominantes e elite ou em estudos de casos, inúmeras são as possibilidades a partir das quais se podem compreender os grupos presentes na esfera política⁵. A revisão de literatura sobre o estudo das elites nesta dissertação perpassa apenas pelo resgate de algumas

⁵Exemplos muito difundidos pela literatura são o ensaio em que Paul Sweezy critica a idéia de elite presente nos trabalhos de Mills e o trabalho de Ralph Miliband que, segundo o próprio autor, busca uma sociologia política dos sistemas capitalistas avançados. Ainda, é interessante citar a proposta de Robert Dahl (1989) de uma análise da relação entre a distribuição de recursos nas variadas esferas da sociedade e a distribuição mais ou menos igualitária de recursos da esfera de poder político na cidade norte-americana de New Haven. Influenciado pela idéia de que haveria uma única classe social dominante controlando uma elite no poder nos Estados Unidos, William Domhoff (1986) contribui significativamente para o desenvolvimento das pesquisas sobre elites, principalmente por ampliar o leque de posições da esfera política merecedoras de análise. Acreditava que o poder poderia ser inferido tanto a partir daqueles que ocupavam posições formais em instituições centrais quanto a partir da observação dos indivíduos que faziam partes dos grupos responsáveis pela tomada de decisões políticas. O trabalho de Suzanne Keller (1971) pode ser citado aqui também por revelar o conceito de elites estratégicas dominantes em cada setor, em cada sociedade.

perspectivas de análise comuns aos teóricos clássicos e pelo principal debate metodológico, por conceber que estes são elementos muito pertinentes à discussão proposta. Nesta dissertação, em que se enunciou e justificou a opção pelo método posicional, a última parte deste capítulo relativo ao estudo das elites está focada nas mais recentes análises das elites brasileiras.

Na grande parte dos estudos sobre elites políticas brasileiras, as análises são realizadas a partir de ao menos uma das três perspectivas adotadas nessa dissertação e, a maioria delas, têm como ponto de partida o método posicional. O setor legislativo tem recebido muita atenção por parte dos teóricos que realizam esse tipo de estudo, mas para esta pesquisa as questões presentes nesses trabalhos orientaram tanto as análises aplicadas a esse setor quanto ao setor político-administrativo.

A questão do recrutamento político foi discutida, por exemplo, nos estudos do brasilianista Joseph Love (1982), que estudou um universo de 263 ocupantes de cargos no governo e em partidos políticos, entre 1889 e 1937, no Estado de São Paulo. Em parceria com Bert Barickman, Love (1991) desenvolveu ainda outro estudo de caso brasileiro que, em termos de objeto, aproxima-se da análise proposta por esta pesquisa. Nesse trabalho, os autores fazem uma pesquisa comparativa entre três elites regionais (Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo), do início da República até o Estado Novo, aproveitando o mesmo recorte temporal da primeira pesquisa desenvolvida por Love. Para esta análise, o método posicional foi fundamental na descrição do perfil dos ocupantes de posições importantes no interior dos partidos políticos e no governo e também por apontar nomes de destaque no interior desses grupos que resultaram em estudos de caso mais aprofundados em consequência da análise principal.

A carreira política é um fator de análise também presente no trabalho desenvolvido por David Fleischer, no início dos anos 80, trabalho esse que se ateve à esfera do legislativo. A partir da aplicação do mesmo método, a questão central consistia em compreender o grau de importância da trajetória política dentro do Legislativo e sua relação com a ocupação dos escalões mais altos na hierarquia

política, no estado de Minas Gerais, após 1946. A escolha do método evidenciou, neste caso, que as limitações podem ser superadas se a questão de pesquisa for bem delimitada (neste caso, a mensuração do prestígio no interior da instituição legislativa estadual para o alcance desse mesmo setor na esfera federal).

Inicialmente, a pesquisa desenvolvida por Fabiano Santos (2000) – também sobre o legislativo brasileiro – discute uma possibilidade de relação entre desempenho institucional do legislativo e padrões de recrutamento da elite. O diferencial é que, neste trabalho, o autor começa a trabalhar com combinações analíticas um pouco mais complexas. Santos parte da hipótese de que a composição social das bancadas, a partir dos resultados das eleições de 1990, 1994 e 1998, é diferente e que essa diferença corresponde às posições políticas dos membros dos partidos que compõem essas bancadas. Na tentativa de tratar o objeto de estudo sob uma perspectiva sociológica, Santos analisa as diferenças entre os partidos, que se alinham em posições diferenciadas na escala tradicional de ideologia de direita, centro e esquerda, a partir de questões sócio-ocupacionais, análise de patrimônio acerca do nível de escolaridade e formação universitária dos membros do universo de estudo. Além da introdução de questões mais amarradas, o trabalho de Santos passa rapidamente por um ponto que é fundamental para o tipo de pesquisa que se desenvolve nessa dissertação. Quando se opta pelo cruzamento de variáveis para a complementação dos dados aferidos a partir de freqüências simples, é preciso tomar cuidado para não utilizar relações de determinação direta. Antes de olhar para os resultados desses tipos de análises com a concepção de dados absolutos e definitivos – mesmo em análises quantitativas – é melhor partir de uma noção de correspondência ou correlação e buscar outras discussões acerca de outras variáveis possíveis dentro da pesquisa.

A tese de André Santos (2000) é outro trabalho recente que analisa o legislativo na esfera federal, desde 1946, com destaque exatamente para a trajetória percorrida pelos seus membros e os vínculos partidários. Como o objetivo do pesquisador era justamente discutir os fatores que alterariam os níveis de coesão das bancadas,

a utilização do método posicional foi indiscutível e a problematização da análise iniciou-se com o estudo do recrutamento dos membros de quatorze legislaturas.

José Murilo de Carvalho (2003) desenvolveu um dos mais reconhecidos trabalhos que, com o objetivo de entender alguns elementos do processo decisório, buscou conhecer os personagens principais da esfera política. Para entender algumas opções da elite política imperial brasileira, Carvalho adere ao método posicional por pressupor que a estrutura política daquele momento era muito simples e que, neste caso, era grande a probabilidade de as decisões passarem pelas mãos daqueles que ocupavam cargos nos setores da elite. A orientação do mapeamento de cinco momentos do período imperial se deu no sentido de demonstrar que o tipo de elite que existia na época da independência da colônia foi fundamental para a manutenção da unidade do país e o desenvolvimento de um governo civil.

Mesmo que esta pesquisa não tenha por objetivo analisar o processo decisório ou alguma opção política, o trabalho de Carvalho propõe uma questão muito relevante para o estudo comparativo a que se presta a dissertação. A partir da associação entre análises de recrutamento e treinamento é possível sofisticar o mapa dos grupos políticos: enquanto o primeiro fala de bases sociais, o segundo irá falar das bases ideológicas compartilhadas ou não pelos membros dessas elites. Seria, então, segundo o autor, a homogeneidade ideológica capaz de reduzir os conflitos no interior de uma elite e "fornecer a concepção e a capacidade de implantar determinado modelo de dominação política" (CARVALHO, 2003, p.21). O levantamento de dados sobre cada um dos setores e grupos do universo desta pesquisa passa pelos elementos citados por Carvalho – do recrutamento, desde o treinamento político até a socialização através do processo educacional e da carreira profissional – visando especificamente perceber os pontos de afastamento e os níveis de coesão em cada momento particular.

Também com o objetivo de compreender algumas opções políticas da elite nacional mas filiados a outras tradições de pesquisa estão os estudos sobre cultura e valores dos membros da esfera política. Apesar do grande número de trabalhos

que assumem a perspectiva dos governados, esta dissertação foi buscar algumas obras que realizaram análises específicas sobre as concepções dos governantes. A maior parte do que foi produzido a esse respeito, no Brasil, está tradicionalmente focado em trabalhos sobre o processo de consolidação do regime democrático.

A relação entre uma concepção da dimensão institucional da democracia e de outros valores políticos e sociais têm orientado, por exemplo, os trabalhos de Lima e Cheibub (1996), que analisam a percepção das elites políticas brasileiras sobre o processo de transição democrática. O grau de consolidação e a confiança na manutenção do regime e a amplitude da participação social na esfera política são alguns elementos orientadores desses trabalhos, que estão presentes em momentos específicos dessa dissertação. Com Reis (1995), Cheibub faz também uma exposição dos valores de quatro setores da elite brasileira acerca das características e dos empecilhos ao regime democrático. Assim como o presente trabalho, aquela pesquisa se preocupa em demonstrar os resultados por setor.

Essa breve revisão do que se produziu no Brasil a respeito do assunto serve apenas como referência a algumas questões que a dissertação coloca. O objetivo dessa reflexão não é dar conta de todas as correntes, nem apontar as possíveis inconsistências presentes nos trabalhos a elas filiados, mas somente evidenciar algumas possibilidades analíticas desenvolvidas por aqueles que optaram pelo método posicional no estudo das elites políticas. Antes de expor os primeiros resultados de algumas questões que foram importadas por este trabalho, o próximo capítulo cumpre o papel de situar o universo de análise e compreender o contexto que orientou a concepção do objeto da pesquisa.

2 A PRINCESA DOS CAMPOS GERAIS E O PODER: UMA BREVE HISTORIOGRAFIA

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o objeto da pesquisa, caracterizando o recorte temporal determinado para a análise. Assim como no capítulo anterior, no qual a revisão bibliográfica foi organizada de forma a justificar as três perspectivas que orientam a construção das biografias coletivas dessa dissertação, a breve historiografia desenvolvida neste texto também está pautada em elementos da história política do município de Ponta Grossa, a partir da observação daqueles indivíduos que estiveram no poder, desde o período Imperial até a contemporaneidade.

O objetivo deste texto não é apresentar uma revisão detalhada dos grupos que estiveram nas posições de mando em toda a história da cidade, mas relacionar os nomes importantes na história do Legislativo e do Executivo, ressaltando alguns casos particulares e características determinantes para a história do município, de forma a contextualizar especialmente as relações da esfera política em relação às demais. Dividido em três partes, esse capítulo primeiramente fornece um panorama geral da formação do município e das bases de suas relações de poder; a seguir, faz referência a um extenso período bastante particular da configuração política local, no qual o domínio da esfera política – acredita-se – era mantido por um único grupo. A última parte do texto delimita exatamente o objeto de análise da pesquisa e fomenta algumas questões sobre a diferenciação dos três períodos de governo até então tratados nessa dissertação.

2.1 OS MECANISMOS DO PODER DE UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO

Fazer uma retrospectiva da formação de um município como Ponta Grossa é contar a história de tantas outras cidades que também surgiram a partir do tropeirismo. Do desenvolvimento das economias regionais, das relações de comércio – especialmente o pecuário – que ligava as fazendas do sul do país às feiras do sudeste, abriam-se

os caminhos das tropas que auxiliaram a ocupação do interior do país e deu-se início ao intenso povoamento das fazendas marginais. Os proprietários dessas terras eram os próprios herdeiros de donos de sesmarias e tropeiros que requeriam partes da terra⁶ junto ao governo, orientados por "algum fazendeiro de posse", nas palavras de Chamma (1988, p.11). Também eram proprietários os jesuítas, que arredavam essas terras e, mais tarde, os beneditinos. A passagem dos tropeiros pelo Caminho de Viamão e o conjunto das grandes fazendas que se formaram pelos Campos Gerais dariam origem, então, à cidade de Ponta Grossa⁷.

De Pouso da Ponta Grossa a Bairro de Ponta Grossa, em 1792, e, mais tarde, em 1823, à Freguesia de Sant'Ana de Ponta Grossa, apareciam os primeiros sinais de que a localidade daria origem a uma comunidade regular e mais independente: o desenvolvimento de um comércio local permanente, por iniciativa dos viajantes que optavam por abandonar as tropas, a construção de uma sede da Igreja Católica que se preocupava em concentrar suas atividades nas regiões mais atrativas à população, um juizado e uma companhia da Guarda Nacional – esses últimos, os responsáveis pelos ordenamentos que passariam a regulamentar o dia-a-dia do povo que ali se instalava. Entretanto, o *status* de vila, que garantiria ao 4.º distrito de Castro certa independência na esfera política, só seria alcançado em 1855, por decreto do presidente da província.

⁶Anexo 1 - mapa das fazendas da região, nessa época.

⁷Há duas versões para a origem do nome da cidade. A primeira delas é a de que o Sargento-Mor, Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, pediu a Francisco Mulato – um dos empregados de sua fazenda – que sugerisse um local adequado para a construção da nova sede. Teria ele, segundo essa versão, apontado um local próximo de onde se encontra a Igreja de São Sebastião e dito: "Sinhô bem sabe porque é encostado naquele capão que tem Ponta Grossa". A segunda versão é que Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes havia cedido as terras de uma de suas fazendas que se chamava Ponta Grossa para as primeiras edificações do que viria a ser uma cidade anos depois (PONTA GROSSA, 2005).

Através do voto censitário, foram escolhidos os primeiros dirigentes políticos da Vila de Ponta Grossa.

Para votar e ser votado era preciso mais do que um título ou outro documento; era necessário possuir um rendimento líquido anual correspondente ao valor de 100\$000 (cem mil réis) para as eleições municipais; (...) Aqui, em Ponta Grossa, um número reduzido de eleitores, cerca de 25, reuniam as condições exigidas pelas leis constitucionais do Império (CHAMMA, 1988, p.28).

A Constituição vigente determinava que os presidentes das câmaras fossem também os prefeitos das vilas e, assim, o comerciante Joaquim Procópio de Sousa Castro assume o poder local e é considerado pela história o primeiro político de fato e de direito, com legitimidade para o cargo. Dos outros cinco camaristas (como eram chamados os vereadores), três eram fazendeiros e dois, comerciantes. Em 1857, esses nomes se repetem e são acrescentadas mais duas posições ocupadas também por comerciantes. Em 1860, a Guarda Nacional passa a ter representatividade na Câmara. Ainda durante o Império, em março de 1862, Ponta Grossa é reconhecida como cidade. Ganha autonomia, mas não há quase nenhuma alteração nos nomes que ocupavam as cadeiras da Câmara. Ao final desse período, aconteceria um processo que alteraria significativamente a composição social da região: a intensa imigração de poloneses, russos-alemães e ucranianos, que contribuiu para substituição da mão-de-obra – até então composta pela população negra escravizada.

Na política, o primeiro prefeito eleito por voto direto e universal, mas ainda exclusivamente masculino, foi o major Manoel Vicente Bitencourt. O primeiro chefe do Poder Executivo do período republicano era comerciante, natural da cidade paranaense de Morretes. A composição do Legislativo começava a se diversificar: advogados e professores foram eleitos para mandatos de seis anos – dois a mais do que os do Executivo – mas, de modo geral, predominavam fazendeiros e comerciantes nesse setor da política municipal.

O comércio forte da cidade, a indústria que estava nascendo e alguns jornalistas são as pessoas escolhidas para governar Ponta Grossa, no setor Legislativo, juntamente com proprietários de terras. É o trinômio da força política: terras, comércio e indústria e os meios de comunicação (CHAMMA, 1988, p.54).

Na esfera econômica, o grande marco seria mesmo a inauguração da estrada de ferro. Em 1894, os trilhos da estrada que começava em Paranaguá chegavam a Ponta Grossa. A partir disso, os primeiros anos da República Velha foram marcados pela sensação de progresso na cidade que ficaria conhecida como a Princesa dos Campos Gerais. A combinação do desenvolvimento do comércio e da instalação das primeiras indústrias locais resultaria em um cenário urbano, em contraposição a um certo declínio da hegemonia das atividades ligadas às fazendas.

O período republicano pré-Era Vargas foi, assim, de grande destaque para o município do interior paranaense que tinha projeção política, mas especialmente cultural e econômica. Nesse contexto, tamanho era o crescimento da cidade que, em 1890, sua população de 4774 habitantes passaria para pouco mais de 20 mil pessoas, em 1920 (MAINARDES, 1999, p.3) O entroncamento ferroviário perderia sua importância somente por volta dos anos 60, com o desenvolvimento do transporte rodoviário e o fortalecimento da economia cafeeira no norte do Paraná.

Naquele contexto de prosperidade comercial, em junho de 1922 aconteceu a reunião de fundação da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa – entidade que, além de fornecer muitos nomes à política local – como Luiz Gonzaga Pinto (presidente da entidade que mais tarde foi prefeito da cidade) e Edilson Baggio, David Montes e Calixto Ajuz, que também tiveram cargos no Executivo – ainda hoje tem grande influência em diversos setores da sociedade ponta-grossense, conforme poderá ser constatado na terceira parte deste texto.

Na gestão do coronel Vitor Antonio Batista, eleito em 1924, concluiu-se a construção da Catedral e a prefeitura passou a auxiliar na construção de um seminário e na compra da casa do bispo.

O prefeito se empenhou muito na criação da Diocese de Ponta Grossa, em 1926, cujo raio de ação abrangia, além do nosso município, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Palmas, União da Vitória, Ivaí, Castro, Piraí do Sul, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis (Chamma, 1988, p.72).

Na afirmação de Chamma (1988) estão presentes tanto a dimensão da extensão das atividades da igreja católica local, quanto as relações desta com a esfera política.

Reforçando a tese defendida por Chamma, em 1928 foi eleito para o Executivo o proprietário do jornal Diário dos Campos, Elyseu de Campos Melo, que renunciaria em 1930, antes de completar o mandato. Do período posterior a sua renúncia, durante os meses tumultuados daquele ano até todo o governo provisório de Vargas, Ponta Grossa teve seis prefeitos nomeados interinamente.

De interventor municipal nomeado em 1934 a prefeito eleito no ano seguinte, Albary Guimarães – que não era natural da cidade, havia sido funcionário da Rede Ferroviária por anos, teve dois mandatos como vereador e foi diretor de bancos estaduais – governa Ponta Grossa até 1945. Do final da Era Vargas até os primeiros meses do governo Dutra, a cidade teve quatro prefeitos nomeados interinamente e somente em 1947 toma posse o primeiro prefeito eleito pela Constituição de 1946. No governo do comerciante ponta-grossense João Vargas de Oliveira, a Câmara Municipal passa a ter um novo perfil: das quinze cadeiras da Casa, seis estavam ocupadas por profissionais liberais.

De 51 a 55 – período que coincidia com o retorno de Vargas ao governo federal – Ponta Grossa é governada pelo mineiro Petrônio Fernal. O prefeito era advogado e havia administrado as Indústrias Teófilo Cunha. Em sua gestão, pela primeira vez na história da Câmara uma mulher assumiria, Cândida Mendes Brás.

José Hoffmann, jornalista, natural de Ponta Grossa, comanda a prefeitura até 1958, quando sai para ocupar uma vaga na Assembléia do estado. De 1959 até 1962, o prefeito eleito foi o engenheiro civil e de minas Eurico Batista Rosas⁸. De família

⁸A carreira do prefeito chama a atenção pela extensão, se comparada à dos demais: foi vereador pela UDN, deputado pelo Partido Social Progressista, presidente dos diretórios municipais do PTB e do MDB, líder do MDB na Assembléia Legislativa. Afastou-se da esfera política para onde retornaria somente em 1982, candidato a vice-prefeito pela chapa de José Gomes do Amaral, pelo MDB (CHAMMA, 1988, p.107).

atrelada à produção agropecuária local, o professor de Geografia da Faculdade exerceu um mandato muito reconhecido pelas ações desenvolvidas na área do turismo, energia e obras públicas. Em 1962, Hoffmann é eleito novamente mas renuncia em 66, abalado pelas conseqüências do golpe de 64. Assume, então, o advogado Plauto Miró Guimarães, filho do senador Flávio Guimarães.

Na eleição de 68, elege-se Cyro Martins, filiado à Aliança Renovadora Nacional – Arena. A gestão do professor e engenheiro civil é marcada por um plano de desenvolvimento, que expandiu o setor de energia elétrica e de telefonia (este iniciado na gestão anterior) e se caracterizou pela construção da cidade industrial. Também filiado à Arena, Luiz Gonzaga Pinto toma posse em 1973. Mineiro, formado em engenharia civil e de minas, deixa o cargo dois anos depois para o vice-prefeito, o médico natural de Campo Largo, Amadeu Puppi.

Iniciam-se, no Brasil, os primeiros movimentos em favor da abertura política. Em fevereiro de 1977, na cidade de Ponta Grossa tomava posse Luiz Carlos Stanislawzuk. Antes de chegar ao Executivo, tinha ocupado cadeiras no Legislativo Municipal e na Assembléia Estadual. Eleito pelo MDB, filia-se mais tarde ao PDS. Investimentos nos bairros e construção de prédios públicos (como a sede da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Fórum) foram as principais realizações de sua gestão. Stanislawzuk renuncia para concorrer, nas eleições, à Assembléia do estado e o vice-prefeito, Romeu de Almeida Ribas, finaliza o mandato.

Até este momento, a formação da elite política de Ponta Grossa assume a mesma composição de outros municípios da região. Não há muitas inovações nesse processo, que geralmente se inicia com o amplo poder de fazendeiros e da Igreja e, mais tarde, com o desenvolvimento das cidades, passaram a dividir a esfera política com comerciantes (e mais tarde, com os industriais) e militares. A inserção de profissionais liberais também é muito característica nesse tipo de formação.

2.2 HEGEMONIA, MITO OU ESTRATÉGIA

Iniciaria, a partir de 1983, um período de controle de um mesmo grupo político, que tem grande relevância na caracterização do objeto dessa pesquisa. Otto Santos da Cunha, Paulo Cunha Nascimento e Pedro Wosgrau Filho são reconhecidos, às vezes, como oriundos de uma mesma fatia social, outras vezes como de uma mesma elite política tradicional.

Com o final do governo Luiz Carlos Zuk, em 1982, Ponta Grossa iniciou um longo período sob o governo de representantes da elite tradicionalista da cidade. Foram três gestões comandadas pelo mesmo grupo político, que só deixou o poder 14 anos depois, em 96 (GONÇALVES, 2005).

Por mais que essa teoria seja muitas vezes contestada por historiadores e analistas políticos, há um certo consenso de que essas três gestões muito se parecem, pois representaram interesses bastante semelhantes. Otto Cunha, advogado, industrial e pecuarista, assume a prefeitura municipal aos 50 anos. De uma família acostumada à política, ele havia passado pela Arena e pelo PTB e foi eleito em 82 por uma das alas do PMDB. Sua gestão foi marcada por um misto de carisma e popularidade e ligação direta com a aristocracia rural.

O segundo nome do trinômio nasceu em Ponta Grossa. Engenheiro e administrador de empresas na área da construção civil, Wosgrau não tinha seu nome associado aos das tradicionais famílias da esfera política da cidade, mas teve o apoio do grupo do então prefeito. Com 41 anos, foi eleito pelo PDC (Partido Democrata Cristão), derrotando os candidatos Djalma de Almeida César (PMDB) e o candidato a vice, Luís Carlos Zuk (PDT) e Péricles Holleben Mello (PT). Wosgrau foi, segundo registra a pesquisa de Cervi (2002, p.12), indicado pelo prefeito anterior a dar continuidade à administração municipal.

O sucessor de Wosgrau também foi candidato pelo PDC. Paulo Cunha Nascimento não era uma figura expressiva no meio político, mas havia sido secretário municipal no governo Wosgrau e tinha laços familiares com Otto Cunha. Vence a eleição com uma diferença de quase 9 mil votos em relação ao segundo lugar, ocupado

por Djalma. Nesse processo, o candidato do PT, Padre Roque, terminava as eleições como terceiro colocado.

Se um olhar mais apurado ou uma análise sociológica da formação desses grupos revelam que há muitas distinções entre eles, há quem defenda que existem elos permanentes em cada um desses momentos e que o peso da tradição dessas famílias na região prevalece muitas vezes, até mesmo nos períodos mais recentes da história do município. "Eles não precisavam ter o discurso, não precisavam ter o carisma, precisavam ter tradição, identidade de propósitos." (MONGRUEL, 2006, p.3). Segundo Silva (2006, p.1),

Certamente essas associações não se dão por família e não formam um grupo homogêneo. (...) Eu acredito que a elite política de Ponta Grossa sempre foi instável, sempre dependeu de um conjunto de arranjos que, em determinados momentos estava muito forte e, em outros momentos, fraca.

Enquanto Mongruel defende a existência do que chamou de um "caldo de cultura" tão forte a ponto de mobilizar a estrutura social e política em momentos estratégicos segundo seus interesses, Silva defende que é a dinâmica social e os interesses latentes que são capazes de produzir movimentos de afastamento e aproximação entre esses grupos em momentos específicos da história do município. As causas e o grau de ligação entre esses três grupos não fazem parte do objeto construído para esta análise. Mas a discussão a respeito da existência ou não existência de uma elite local tradicional infiltrada em diversos recortes da história política da cidade de Ponta Grossa é certamente relevante para esta pesquisa. Mesmo que uma análise específica venha apontar outros fatores que não os sociológicos para justificar a permanência do poder nas mãos de um grupo hegemônico por longos períodos, não há como negar que, seja no inconsciente popular, na esfera econômica e/ou nas pontuais alianças partidárias, esses três conjuntos unidos formariam um grupo muito distinto dos outros dois que comandariam a cidade nos anos seguintes.

2.3 SENTIDOS DA RUPTURA NA HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DE PONTA GROSSA

Pouco carisma e uma imagem desgastada. O mandato de Paulo Cunha terminava nesse contexto. Insatisfeitos com essa situação, cidadãos ponta-grossenses foram buscar nas urnas uma possibilidade de mudança. Tal foi o resultado da eleição de 1996: o terceiro colocado em número de votos foi Plauto Miró Guimarães (muito próximo desse grupo que já estava no poder); com pouco mais de 41 mil votos, Péricles, do Partido dos Trabalhadores, perde a eleição para Jocelito Canto, do PSDB, que ultrapassou os 54 mil votos.

O elemento dessa ruptura era um candidato que não tinha ligações familiares tradicionais na cidade e que não estava apoiado em atividades empresariais, nem no setor agropecuário, sem tradição política e sem um plano de governo historicamente construído. Jocelito Canto nasceu em Passo Fundo, município do Rio Grande do Sul e chegou à Ponta Grossa no início dos anos 90. Ganhou visibilidade através da "Garagem da Esperança", programa de rádio que combinava duras críticas à administração em curso com ações de assistencialismo, promovidas ao vivo.

Com o microfone nas mãos, Canto ganhou uma certa base de eleitores que, em 1994, o elegeu deputado estadual, abrindo, assim, novos caminhos para sua atuação política. Em 1996, Jocelito Canto tinha uma grande projeção política que só aumentava junto à base popular. Chega, então, às convenções para a eleição com o apoio de algumas famílias também tradicionais na esfera política da cidade. Para Cervi (2002, p.11), ele era a principal opção oposicionista ao grupo que dirigia o município nos doze anos anteriores e substituiu uma oposição representada por Luiz Carlos Zuk e Djalma de Almeida César. Este último, inclusive, apoiou sua campanha e foi secretário em seu governo.

Mas naquele ano o processo de indicação dos nomes que concorrerem foi tenso e passou por denúncias de falsificação de assinaturas nas convenções do PSDB até a dissolução do diretório municipal por iniciativa de Álvaro Dias que, na

ocasião, era o articulador dos nomes e das coligações do partido naquela disputa. Até o dia que antecedeu o domingo da última convenção, o antigo diretório do PSDB e a comissão provisória municipal do partido, apoiada pelo diretório estadual, discutiam no Tribunal Regional Eleitoral a realização ou não realização da convenção. Mesmo com a resistência organizada e a resistência cultural inconsciente de algumas camadas dentro e fora do partido, a convenção, autorizada, homologou a candidatura de Jocelito Canto, defendida pelo diretório estadual do PSDB com base no apelo da população por mudanças. Ou seja, Canto acabou sendo mais atrativo aos interesses do partido naquele momento.

Outro ponto desfavorável – não para a sua candidatura, mas que se refletiria diretamente em sua administração – era a falta de um plano de governo e a ausência de um grupo político permanente com o qual o candidato pudesse dialogar sobre os projetos para o município. Assim, de uma candidatura incerta, uma personalidade instável e impulsiva e uma campanha que começou com grande intenção de votos mas que foi ameaçada constantemente por outras alianças que se formaram, Canto chega ao Executivo. Simultaneamente, sua administração se caracteriza por denúncias de corrupção e grande rotatividade no secretariado⁹ e por um forte crescimento econômico, tanto na indústria, quanto no comércio. As permanentes ações de assistência social também lhe garantiram forte apelo popular.

Uma grande dificuldade em digerir o perfil do chefe do Executivo por parte dos setores mais tradicionais de Ponta Grossa; uma aversão ao forasteiro que ocupava a posição mais destacada na esfera política da cidade, com um estilo de governo bastante pessoal e popular; e uma série de escândalos na esfera política e na vida privada. É nesse contexto que alguns braços da sociedade municipal se organizavam em torno do que passou a se chamar Movimento pela Ética e Cidadania. Lançado

⁹Anexo 2 - decreto em que Jocelito Canto exonera quase todo o secretariado municipal três meses após a posse. A maior parte desses nomes reassume nos dias seguintes em outras pastas do Executivo.

em 23 de maio de 2000, durante a Assembléia Cidadã, nas dependências do Colégio Sant'Ana, um grupo de pessoas de diversas organizações da sociedade civil passou a divulgar na imprensa da região que o objetivo do Movimento era apurar e cobrar das autoridades a veracidade das denúncias¹⁰ sobre o governo, em resposta a uma demanda da sociedade.

Na coordenação geral do Movimento¹¹ está o bispo da Diocese católica, D. João Braz de Aviz, e como vice-coordenador, Douglas Taques Fonseca (na época, presidente da ACIPG (Associação Comercial e Industrial dos Campos Gerais), um nome forte dentro da Sociedade Rural dos Campos Gerais). Outros nomes expressivos do Movimento eram o de Cenir Frare Cunha (esposa do ex-prefeito Otto Cunha) e Roberto Mistrorigo Barbosa (do Partido dos Trabalhadores). Abaixo, trecho da carta do bispo elaborada para a primeira assembléia da organização, que reuniu, segundo registros de sua assessoria, 252 pessoas, de trinta entidades e nove partidos políticos:

Somos diferentes em nossas origens, famílias, histórias, convicções pessoais, religiosas e políticas... Mas acreditamos em valores comuns, em direitos e deveres comuns, sem os quais é impossível organizar a vida social de todos, para que todos tenham dignidade e se sintam felizes, integrados.

(...)

Muitos no passado lutaram para que nossa população vivesse uma vida cheia de valores pessoais e sociais e nos legaram uma herança religiosa e civil da qual nós hoje somos beneficiários.

(...)

Hoje, nesse nosso primeiro encontro, queremos tomar consciência do presente de nossa cidade e do Brasil e apresentar algumas reflexões e propostas (AVIZ, 2000).

¹⁰As denúncias a que se referiam o Movimento pela Ética e Cidadania foram veiculadas no Fantástico, programa da Rede Globo, em 08 de maio de 2000, denúncias essas que revelavam um grande esquema de desvio de verbas públicas e corrupção, envolvendo muitas secretarias de governo e gravações clandestinas nos gabinetes da Prefeitura.

¹¹Anexo 3 - lista de assinaturas da segunda reunião do Movimento pela Ética e Cidadania que aconteceu um dia depois da reunião de sua fundação.

Assim como era predominante a participação da Igreja Católica, a ligação com a Associação Comercial também era explícita. Além da utilização das suas instalações para as reuniões semanais, na própria página que a entidade mantém na Internet é possível ver que ela sustenta o Movimento como uma das principais realizações por ela fomentadas: "Criamos o MECI com o objetivo de resgatar e reconstruir a credibilidade das instituições políticas da cidade", frase atribuída ao então presidente da Associação e vice-coordenador do Movimento, Douglas Taques Fonseca (ACIPG, 2006)

Entre as ações do movimento estão a observação das pautas do Legislativo e a denúncia envolvendo alguns professores vinculados ao programa de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E eu acho que, como tese, como inspiração, é um movimento válido, interessante. Oportuno enquanto intenção. Mas é claro que as pessoas são suscetíveis aos envolvimento pessoais, às suas opiniões, às suas preferências. E aí o movimento – não há dúvida nenhuma – deixou bem caracterizado, bem marcado, bem explícito, não tem dúvida que o movimento era um movimento contra o prefeito, em tudo, em qualquer iniciativa do prefeito.

O comentário de Mongruel (2006) revela os objetivos da ação desse grupo. Silva (2006) concorda em certa medida com essa leitura:

Num determinado momento serviu a determinados propósitos também. Em um determinado momento foi importante com a presença bastante ativa do Bispo, depois o movimento acabou servindo a uma situação de denunciamento complicada. E se esvaziou – acho – justamente por isso.

Mesmo que as reuniões do movimento continuassem a acontecer, é certo que, após a eleição de Péricles (PT), ele deixou de ter tanta visibilidade na esfera política e na mídia. Se o movimento serviu efetivamente a outros propósitos ou se sua única intenção era a fiscalização da gestão Jocelito Canto, essas não serão questões

tratadas por essa pesquisa. Mas, na prática, o *Ética e Cidadania*¹² – como ficou mais conhecido – foi competente na atividade de agendar constantemente as discussões da população e os temas abordados pela mídia, em 2000, ano eleitoral, sobre os problemas da administração em curso.

Em agosto daquele ano, jornais já apontavam um grau de rejeição importante em relação ao então prefeito, o que colocava o candidato Péricles de Holleben Melo a frente em algumas pesquisas. Entretanto, mesmo que o candidato do PT fosse apontado como mais capacitado para o exercício da administração pública, o apoio popular de Jocelito ainda era muito forte. E mesmo entre os que não aderiram a sua campanha, havia o reconhecimento de que o candidato à reeleição tinha mais chances de vencer a disputa. Os candidatos chegavam ao final de campanha. Um, desgastado com a divulgação de escândalos na vida pública e privada e com desentendimentos com o funcionalismo público. O outro, em aliança com o PMDB, PDT e PHS e um amplo apoio de importantes setores da sociedade, como o da educação e de líderes religiosos tanto da igreja católica como das igrejas evangélicas. Com mais de 12 mil votos de diferença, em outubro de 2000 Péricles vence a eleição com quase 50% dos votos válidos.

Ponta-grossense, professor universitário e engenheiro civil, Péricles de Holleben Melo havia sido eleito vereador pela primeira vez em 1988 e reeleito em 1992. Dois anos depois, deixava a legislatura para assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa do Paraná. A história política do então prefeito sempre esteve ligada às lutas políticas dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Movimento Cidade Viva, entidade que reunia intelectuais e líderes dos movimentos populares da cidade. Quando chega à chefia do Executivo Municipal, em 2001, Péricles leva com ele grande parte das pessoas que pertenciam a essas duas instituições, as

¹²No registro número 2120, livro A4, do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, é possível encontrar os propósitos formais do Movimento, descritos em seu estatuto.

quais vinham, há anos, discutindo políticas para a cidade, especialmente nas áreas de urbanismo, educação e cultura.

O projeto político de Péricles acabou esbarrando em dois problemas. O primeiro deles foi a falta de experiência em administração pública de seus principais assessores e secretários, o que resultou em grande tensão e falta de jogo de cintura durante as articulações políticas do governo. O outro, em um segundo momento, foi um problema de comunicação: mesmo com a implantação do Orçamento Participativo, a prefeitura deixou muito a desejar no quesito relacionamento com a população, que estava acostumada à proximidade do antigo prefeito no dia-a-dia da comunidade.

Segundo o censo realizado pelo IBGE (2005), em 2002, Ponta Grossa tinha uma população de pouco mais de 286.000 habitantes; 203 mil deles, eleitores – número que a colocou, a partir de 2004, entre as quatro cidades habilitadas a realizar eleições em segundo turno no Paraná. Nesse processo, então, Péricles obteve 68.117 votos, no primeiro turno e foi para o segundo turno com o apoio do ex-prefeito Jocelito Canto. O *slogan* da coligação que aproximou Péricles e Jocelito Canto – União popular por Ponta Grossa – tentava justificar a estranha aliança entre a esquerda acadêmica e o populismo irreverente. Péricles atinge 81.296 votos, mas perde a eleição no segundo turno para o candidato Pedro Wosgrau Filho e, doze anos depois, um dos representantes daquele grupo que chegava ao poder em 1983, retorna ao Executivo.

A trajetória deste capítulo inicia contando o processo de formação, alguns momentos específicos da história política do município de Ponta Grossa e encerra exatamente neste recorte de 1993 a 2004, objeto de análise dessa dissertação. Com essa breve retrospectiva, espera-se ter formado um cenário preliminar do processo de constituição dessas três gestões e das características presentes no imaginário social acerca do que esses três grupos parecem representar na cidade – fato originário do objeto da pesquisa.

A opção por estudar este momento específico orienta-se pelas questões dos autores clássicos da Teoria das Elites e também por pesquisas recentes que focam os tipos de governo e a condução das políticas e suas relações com determinados

grupos políticos. Por mais que esta dissertação não avance no campo das decisões das elites, ela revela seus atributos e valores que, de certa forma, indicarão propriedades da esfera política desse intervalo de doze anos, os quais podem, em outro trabalho, resultar, sim, em análises de processo decisório e de interesses objetivos que foram defendidos por cada um desses grupos.

A partir dessa introdução acerca das características desses grupos que são objeto de análise, nos dois próximos capítulos estão presentes as fotografias referentes justamente às perspectivas analíticas já apresentadas no primeiro capítulo desse trabalho, as quais deverão compor perfis mais exatos das elites que estiveram na esfera do poder. É imprescindível conhecer as origens sociais e econômicas, a trajetória pública que traçaram e alguns dos valores defendidos em suas concepções sobre democracia para estabelecer as biografias coletivas desses grupos.

A partir disso, os próximos capítulos trazem as análises, grupo a grupo, dos setores legislativo e político-administrativo da elite política ponta-grossense. No terceiro capítulo, a discussão referente às biografias das gestões do Executivo procura desmistificar o que se pensa a respeito de cada uma delas e revela alguns elementos que, anteriormente, pareciam ser fator de diferenciação e que, na verdade, aproximam muitos grupos que, originalmente, pouco têm em comum. No último capítulo, a análise do setor legislativo, que é complementar à análise principal, buscou inserir mais uma questão no processo de composição de uma elite local. Afinal, neste setor, o processo de recrutamento – em última análise – é composto por mais uma fase, a da escolha popular, através do voto.

3 COMO SE FAZ UMA ELITE POLÍTICA: AS FACES DE TRÊS GRUPOS DO SETOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO EM PONTA GROSSA

No primeiro capítulo, procuramos elencar algumas questões centrais dos trabalhos filiados à Teoria das Elites, com enfoque nas três perspectivas de análise selecionadas para esta pesquisa. Já no segundo texto dessa dissertação, realizou-se uma breve recuperação da história política local. Agora – no terceiro capítulo – apresenta-se a análise propriamente dita do objeto de pesquisa, a qual foi sendo delineada nos textos precedentes.

Esta etapa consiste na apresentação da análise das três gestões do Poder Executivo, sob a perspectiva da origem socioeconômica, da carreira política e dos valores dos indivíduos que estiveram nessa esfera do poder político, na cidade de Ponta Grossa. É relevante rediscutir alguns aspectos do universo de pesquisa. O setor político-administrativo compreendia 14 membros na primeira gestão, 28 membros no segundo período e 29 referentes à última gestão. Do número total de questionários, a taxa de retorno foi, em média, de 87,32%. Da primeira e da segunda gestão, o retorno foi de 78,5%; e da terceira, a taxa de retorno foi total. Esses percentuais permitem dizer que, mesmo que a totalidade do universo não tenha sido entrevistada, os números aqui apresentados retratam cada um dos grupos analisados. Como há uma grande diferença entre o número de entrevistados do primeiro e o dos dois outros períodos, os dados serão mostrados em percentuais e, algumas vezes, em números absolutos para garantir uma dimensão mais próxima da realidade na comunicação dos resultados.

Os dados referentes a esses grupos¹³ serão apresentados comparativamente por tópicos para que seja possível captar as respostas dadas a algumas questões

¹³Nas análises, os três grupos serão assim denominados: membros da gestão Paulo Cunha Nascimento (ou primeiro grupo, primeira gestão, primeira elite), membros da gestão Jocelito Canto (ou segundo grupo, segunda gestão, segunda elite) e, da mesma forma, para os membros da terceira gestão analisada, membros da gestão Péricles de Holleben Mello. Nas tabelas, os dados referentes a cada gestão estão apresentados a partir do ano em que elas se iniciam, respectivamente 1993, 1997 e 2001.

colocadas nos objetivos iniciais deste trabalho. Assim, este texto consiste em: a) uma análise inicial dos atributos pessoais e sociais dos indivíduos que pertenceram a esse segmento da elite política ponta-grossense; b) uma apresentação de pontos específicos da carreira pública dos membros das três gestões; e c) uma exposição dos valores e posicionamentos desses indivíduos em relação à política.

3.1 AS FACES DA ELITE: ORIGENS E TREINAMENTO

O conjunto de variáveis sobre a questão da origem foi elaborado para que fosse possível realizar um levantamento a respeito da formação desses grupos sob dois aspectos recorrentes em muitos autores que discutem a questão do recrutamento político. O primeiro deles, no que diz respeito à herança, ou seja, à bagagem adquirida automaticamente, em função da família em que nasceram ou do grupo social do qual faziam parte desde esse momento. O segundo aspecto observa a formação dos membros da elite a partir da experiência adquirida nos processos de socialização. Assim, neste tópico estão presentes, basicamente, questões genéricas que seriam aplicadas a quaisquer outros tipos de elites: questões de origem socioeconômica, subdivididas em caracteres adstritos – que na definição de Keller (1971) seriam os dons naturalmente contraídos, dos quais os indivíduos não podem ser desvinculados – e atributos adquiridos pela formação educacional e profissional e, também, pela compartilhamento de experiência em outras instituições.

Esse tipo de análise fundamenta-se na necessidade de descobrir os tipos de elites políticas que vêm se formando em uma sociedade, conhecendo – como sugere Putnam (1976) – os antecedentes dos poderosos, na tentativa de descobrir se aqueles que têm poder político teriam também privilégios em outras esferas sociais. Carvalho (2003) percebe a importância dessa questão em razão da relação entre os processos de constituição das elites e a formação de determinados tipos de Estado.

Nessa perspectiva, no que diz respeito aos caracteres adstritos dos três grupos analisados, os elementos observados foram idade, local de nascimento, religião¹⁴, cor e sexo dos indivíduos. Esses elementos devem cumprir o papel de informar perfis preliminares de cada um dos grupos, representatividade social, base política e possíveis tendências de provincialização nos seus processos de formação (LOVE, 1982). Os atributos adquiridos estão representados neste tópico pela descrição do nível de escolaridade, tipo de educação a que se submeteram e as atividades profissionais a que se dedicaram os membros dessa elite antes e durante o período de sua formação. Esse prazo precisa ser destacado, já que houve cuidado, no momento da coleta dos dados e aplicação de questionários, na obtenção de informações relativas à situação dos entrevistados no período anterior a sua entrada na elite. Isso ocorreu para que fosse possível se delinearem perfis mais próximos da realidade no momento em que esses sujeitos passam a compor a elite em estudo. A partir desses dois pontos de análise, começam a ser traçados os contornos da elite político-administrativa no que diz respeito às origens dos membros que dela fizeram parte.

A idade que tinham os indivíduos quando passaram a compor o Poder Executivo municipal do período que vai de 1993 a 2004 variou entre 27 e 63 anos. A elite que teve o membro mais jovem é também a elite com média de idade mais baixa: 40 anos no momento em que passou a fazer parte do grupo de secretários da segunda gestão. Além disso, metade desse secretariado tinha até 40 anos, em 1997. A média de idade sobe um pouco, para 44 anos, na terceira gestão, mas, neste momento, mais de 60% dos seus indivíduos tinha 40 anos ou mais em 2001, quando adere à elite. Na primeira gestão, a média de idade no momento de entrada na elite era de 48 anos.

¹⁴Embora 'religião' não seja uma variável que se encaixe diretamente no conceito de 'caracteres adstritos' desenvolvido por Keller (1971), foi inserida neste tópico por ser comumente utilizada na definição de perfis sociológicos e, ainda, por se tratar de uma caracterização muitas vezes definida a partir do nascimento.

TABELA 1 - PERFIL SOCIAL

PERFIL	1993	1997	2001
N. total	11	22	29
Idade média no momento de entrada na elite (anos)	48	40,14	43,72
Desvio padrão	9,73	7,44	6,85
Por faixa etária (%)			
Até 21 anos			
22 a 30 anos		13,6	
31 a 40 anos	27,3	36,4	37,9
41 a 54 anos	54,5	50,0	58,6
Mais de 55 anos	18,2		3,4
Nasceu em Ponta Grossa (%)	63,6	40,9	62,1
Nasceu no Paraná (%)	72,7	68,2	79,3
Sexo (%)			
Homens	90,9	77,3	86,2
Mulheres	9,1	22,7	13,8
Religião (%)			
Católica romana	81,8	86,4	62,1
Religiões evangélicas	-	4,5	3,4
Espírita	18,2	4,5	3,4
Sem religião	-		20,7
Outras	-	4,5	6,9
Não respondeu	-		3,4
Cor/raça (%)			
Branca	100	100	86,2
Preta			
Parda			10,3
Amarela			3,4
Indígena			

Não há uma grande diferença na média de idade por sexo nos três momentos, embora as mulheres cheguem ao poder com uma diferença de dois anos a mais em relação aos homens. O critério da idade não é, neste primeiro momento, suficiente para que se possa falar da experiência dos grupos, mas combinado a outros elementos que surgirão posteriormente nesta análise revela um pouco do grau de coesão e capacidade de articulação dos membros da elite no interior da esfera política.

Quando o critério é local de nascimento, as gestões Paulo Cunha Nascimento e Péricles de Holleben Mello apresentam um padrão de recrutamento mais localista

do que a de Jocelito Canto. Nos primeiros casos, o percentual de membros nascidos na cidade de Ponta Grossa é de 63,6 e 62,1 respectivamente, enquanto esse número é de 40,9% na segunda gestão. Se o referencial é o estado do Paraná, o índice também é elevado: na última gestão, quase 80% dos secretários nasceram no estado e, novamente, esse índice é menor na gestão Jocelito (68,2%). Este aspecto em particular reforça a imagem de *outsider* que adversários políticos e críticos do prefeito costumavam utilizar e que muitas vezes foi estendida a todo seu secretariado.

A religião predominante é a católica romana, especialmente nos dois primeiros grupos, já que mais de 80% dos entrevistados assim se professaram. É interessante ressaltar que 20,7% do grupo Executivo da gestão do Partido dos Trabalhadores disseram não ter religião. A religião espírita tem o segundo maior número de adeptos: a primeira gestão tem o maior percentual de espíritas, 18,2% de seus membros. As religiões evangélicas, que cresceram muito na década de 90, não têm nenhum representante na gestão Paulo Cunha e têm uma tímida participação nas gestões seguintes.

A variável cor¹⁵ mostra que a elite é predominantemente branca: na média, mais de 95% dos seus membros se declararam brancos. Na terceira gestão, 13,7% dos entrevistados se identificaram como pardos ou amarelos e já nos dois primeiros momentos todos se identificaram como sendo brancos. Nessa etapa da análise, observa-se a predominância de homens, que ocuparam mais de 75% das cadeiras do Executivo nos três momentos.

Basicamente, então, no que corresponde a esses atributos adstritos, é possível falar em homogeneidade de elites. Os três grupos são compostos predominantemente por homens, católicos e brancos. Entretanto, o segundo grupo foi recrutado em bases mais amplas: mais da metade de seus membros não nasceu em Ponta Grossa e o percentual de mulheres é o maior dos três.

A falta de tradição política e o comportamento pouco convencional para os parâmetros da cidade que fizeram Jocelito Canto ganhar o rótulo de 'um forasteiro

¹⁵Classificação utilizada pelo IBGE.

que tomou conta da esfera política do município em poucos anos' são elementos que refletiram na formação do seu grupo de governo. Essa afirmação começa a ser compreendida a partir dessa primeira etapa da análise sobre os atributos que são adquiridos pelos indivíduos da elite. O processo educacional e as atividades profissionais desenvolvidas pela elite são aspectos complementares à análise porque revelam um pouco do papel das instituições para o recrutamento político. Considerando que o critério escolarização é um canal para a entrada em diversas esferas da vida social, a pesquisa busca mostrar em que medida esse fator foi relevante na entrada dos indivíduos na vida política municipal. Além disso, é nossa intenção identificar qual modelo de escolarização foi dominante em cada um dos períodos analisados.

Se a observação daquelas primeiras características quanto à origem mostrou que, aparentemente, o período da história política que iniciou no ano de 1996 seria comandado por uma minoria mais representativa do perfil da sociedade, a diversificação interna também marca esse segundo grupo no que se refere aos atributos adquiridos. Apesar de toda elite ser altamente escolarizada¹⁶ – menos de 5% dos membros do Executivo de 1993 a 2004 não tiveram nenhum contato com a educação universitária –, os membros da administração Jocelito apresentavam uma variação ampla nos níveis de escolaridade: um Executivo formado por pessoas com o curso fundamental incompleto e por pós-graduados. A formação acadêmica desse grupo também era muito heterogênea, mesmo se comparada à do terceiro grupo que, apesar de também ser assinalado por uma grande rotatividade de indivíduos nas secretarias, percebia-se a existência permanente de um núcleo de indivíduos formados pelas escolas de engenharia.

¹⁶A classificação de escolaridade é a mesma adotada pela pesquisa "Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo (1995-2002)", do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, do Departamento de Ciências Sociais (UFPR). Essa classificação por níveis foi assim definida: alta escolaridade (curso superior completo ou acima), média escolaridade (curso superior incompleto, curso médio completo ou incompleto, curso fundamental completo) e baixa escolaridade (fundamental incompleto ou abaixo).

TABELA 2 - ESCOLARIDADE POR NÍVEIS

ESCOLARIDADE	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alta escolaridade	8	72,7	16	72,7	28	96,6
Média escolaridade	3	27,3	5	22,7	1	3,4
Baixa escolaridade			1	4,5		
TOTAL	11	100,0	22	100,0	29	100,0

Na primeira e na segunda gestão, cerca de 72% dos membros tinham curso superior completo, alguns dos quais eram também pós-graduados quando passaram a fazer parte do Executivo. Na terceira gestão o percentual é de 96,6%. No Executivo representado pelo Partido dos Trabalhadores está também o maior número de indivíduos com cursos de mestrado e doutorado concluídos até o momento de entrada na elite: quase 35% dos secretários. O segundo grupo é o que recrutou seus membros em bases mais amplas: 27,2% dos indivíduos tinham baixa ou média escolaridade quando passaram a compor o quadro de secretários. Em uma divisão desta variável por sexo, foi aferido que enquanto 70% das mulheres que estiveram no poder em todo o período da análise eram pós-graduadas e 30% tinham somente curso superior, 48,07% dos homens tinham curso de pós-graduação no momento de entrada na elite e 32,7% eram apenas graduados.

Se comparado ao grau de escolaridade dos seus pais, a elite política destaca-se ainda mais. Enquanto quase três quartos dos indivíduos do primeiro grupo apresentaram um índice de alta escolaridade, nem 20% dos pais desses indivíduos atingiram esse nível de formação. A maior parte deles tinha um grau médio de escolaridade: 72,7% dos pais e 81,8% das mães dos entrevistados da gestão Paulo Cunha. Em sua grande maioria, os pais dos indivíduos da segunda gestão apresentavam um índice de escolaridade média, ao passo que a minoria possuía alta escolaridade. O terceiro grupo é o que apresenta os maiores percentuais de alta escolaridade, tanto para os pais quanto para as mães de seus membros, embora os índices de 20,7% e 17,2%, respectivamente, não se aproximem dos índices dos próprios membros. Além

de servir de parâmetro na análise da escolarização dessas elites, esse exercício comparativo descreve como se dá a mobilidade social a partir do critério educacional.

O tipo de formação acadêmica também é mais variado no segundo grupo, da gestão Jocelito Canto: Administração de Empresas, Educação Física, Medicina e Pedagogia são as carreiras acadêmicas que representam 50% da formação superior desse grupo. Direito é o curso que predomina na primeira gestão e Engenharia Civil, na terceira – ambos com um percentual de 25% dos membros. É visível que o tipo de formação acadêmica é heterogêneo em qualquer um dos períodos. Talvez seja um pouco menos no período de Péricles de Holleben Melo, devido ao curso de Engenharia Civil, formação comum a um grupo de sete pessoas que estiveram no Executivo naquele momento. Ou seja, a trajetória universitária semelhante marca um grande número de pessoas deste grupo.

Além do grau e do tipo de formação da elite, os estudos que tratam do tema se preocupam também com as instituições e gerações acadêmicas como elementos de possível coesão dos membros dessa elite. No primeiro grupo, se forem observadas as décadas em que os indivíduos iniciaram o curso superior e as instituições que mais formaram membros dessa elite, não é possível encontrar nenhuma informação que se destaque. No que diz respeito ao treinamento educacional da segunda gestão, identificou-se que mais da metade dos membros que fizeram curso superior na Universidade Estadual de Ponta Grossa o iniciaram no final da década de 70 e começo dos anos 80. E os dois indivíduos que estudaram na Universidade Federal do Paraná iniciaram a faculdade em 1972. A concentração de indivíduos da gestão Péricles que iniciou curso superior na Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos anos 70, é muito alta: 58,2% deles entraram na instituição entre 72 e 77. Os outros membros dessa elite que estudaram nessa mesma instituição começaram o curso superior entre os anos de 81 e 83. Daqueles que estudaram na Universidade Federal do Paraná, mais de 75% iniciaram o curso entre a segunda metade da década de 60 e a primeira metade dos anos 70.

Quanto às instituições de ensino superior responsáveis pela formação desses grupos é interessante ressaltar o elevado índice de localismo no treinamento: mais de 75% da elite político-administrativa graduada do período total da análise passou ou pela Universidade Federal do Paraná ou pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. A instituição pública federal tem um peso especial na formação dos membros da primeira e da terceira gestões, mas é menos significativa no caso do segundo grupo – que é predominantemente formado pela instituição estadual (11 dos 16 membros que têm formação superior).

Se o trabalho de Carvalho (2003) for tomado como referencial, a educação superior pode ser pensada como elemento de unificação ideológica. Mesmo que seja complicado delimitar gerações acadêmicas específicas¹⁷, não é difícil afirmar que a educação também foi uma marca da elite estudada. Utilizando ainda os critérios estabelecidos por essa pesquisa que analisou a elite política imperial do Brasil, vê-se que essas duas instituições foram muito importantes no processo de recrutamento dos indivíduos no caso dos três grupos. O presente trabalho não atentou para questões de homogeneização dos grupos, em decorrência do sentido e do conteúdo do treinamento oferecido por essas instituições – como fez Carvalho ao estudar as diferenças entre o treinamento educacional promovido àqueles que estudaram em Coimbra e aos que estudaram na academia brasileira. Entretanto, não há como desconsiderar, ao menos o aspecto da socialização, especialmente no caso dos dois últimos grupos, a coincidência de períodos e das instituições pelas quais passaram os membros da elite.

Putnam (1976, p.59) vê o treinamento via instituições educacionais como um canal para acesso às elites e entende que algumas ocupações também forneceriam credenciais, ou seja, habilidades especiais desejáveis para aqueles que pretendem

¹⁷ Isso implicaria cruzamento de dados sobre curso superior, data de início e término e instituições de ensino, o que resulta em uma grande fragmentação do universo de pesquisa que, nesse trabalho, é pequeno em cada grupo. No anexo 04, estão os dados referentes à questão das gerações acadêmicas, subdivididos por instituição.

atingir as esferas mais importantes da esfera política. O elemento ocupação¹⁸ apontou predominância de proprietários no primeiro período: 45,5% dos entrevistados. Pouco mais de um terço dos indivíduos disseram ser médios proprietários urbanos no momento de entrada no grupo. Somente um disse ter como atividade principal a produção agropecuária. No primeiro grupo, 36,4% dos entrevistados eram profissionais liberais; estes também representam uma grande parcela de indivíduos no grupo do Executivo de Jocelito Canto (27,3%) e de Péricles (31%). A terceira gestão recrutou também mais de um quarto do seu secretariado entre professores universitários e de outros níveis. Pode-se observar resultado semelhante no trabalho de Rodrigues (2002, p.63) que, ao observar a ocupação dos membros das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados brasileira dos anos 90, constata que o recrutamento de professores tende a ser maior nos partidos de esquerda. No caso do trabalho de Rodrigues, que segmentou a análise por blocos de ideologia partidária, a incidência de profissionais liberais também era muito grande.

Não se identificou em nenhum momento um membro que afirmasse ter como ocupação principal a política. Embora esse tipo de questionamento gere, normalmente, certo desconforto por parecer insinuar que uma resposta positiva seja vinculada ao rótulo de 'político profissional', é provável que as respostas estejam próximas à realidade. Essa afirmação deve-se ao fato de que a maioria dos entrevistados se mostrou incomodada quando questionada a esse respeito. Parece ser mais constrangedor para os membros desses três grupos não ter dedicado atenção somente para as suas atividades durante o mandato do que a possibilidade da interpretação negativa no caso de dedicação exclusiva a esfera política.

¹⁸Essa variável está agregada da mesma forma que a da pesquisa já referida, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, do Departamento de Ciências Sociais (UFPR): proprietários (grandes, médios e pequenos proprietários urbanos ou rurais), profissionais liberais (advogado atuante, executivo de empresa privada e profissional liberal), funcionários públicos (altos cargos do setor público, funcionários públicos de médio ou baixo escalão), professores (professor universitário e professor de outros níveis), trabalhadores (trabalhador assalariado de empresa privada).

A comunicação, esfera típica de treinamento de indivíduos que se dedicarão à vida política, alimentou apenas a segunda gestão: dois indivíduos declararam que, no momento de entrada no Executivo, trabalhavam na área da comunicação (como o próprio prefeito, que era radialista). No governo Péricles houve um caso em que um membro da elite disse ter se dedicado às atividades religiosas antes de passar a fazer parte dela. Não há nenhum caso, conforme as entrevistas, de representantes das classes trabalhadores, no primeiro momento; no segundo, somente um caso. Na terceira gestão 10% dos secretários disseram que, até o momento da entrada naquele grupo, tinham o trabalho assalariado como atividade principal. Mesmo timidamente, há uma demonstração de que a gestão do Partido dos Trabalhadores abriu algum espaço para as bases sociais que diz representar.

O primeiro grupo é formado predominantemente por proprietários urbanos, os quais deram seqüência à substituição de uma economia atrelada às bases rurais por atividades de comércio urbano. No segundo e no terceiro período, assim como no primeiro, há uma grande concentração de profissionais liberais. No entanto, enquanto na gestão Péricles esse percentual está representado por engenheiros, na gestão Jocelito, a maioria era composta de advogados militantes. O recrutamento de secretários no setor da educação – associado ao alto índice de profissionais pós-graduados – remete à idéia de que o terceiro grupo fosse de uma elite intelectualizada, embora sem muita experiência na esfera política. Esses elevados níveis de escolarização e o perfil ocupacional deste último grupo explicam o fato de que justamente essa elite associada ao PT ter uma participação pouco significativa em instituições que representam os interesses dos trabalhadores, como mostra o tópico seguinte.

Esse panorama das atividades ocupacionais das elites nos leva a pensar que há algum tipo de relação entre as bases sociais que formaram cada um desses grupos. Ou seja, no primeiro caso, que se trata de uma gestão ligada a um partido de direita, tem sentido dizer que ser proprietário foi uma característica relevante no processo de recrutamento. No segundo e no terceiro período, os não-proprietários tiveram uma participação mais ampla a partir de outras atividades profissionais.

A questão do alto índice de profissionais liberais nos três momentos foi explicada por Rodrigues (2002, p.64), pelo fato de este ser um ramo ocupacional flexível nos quesitos renda e *status*, o que permitiria a composição de alianças políticas variadas com inúmeros outros ramos profissionais. Embora não seja este um dos focos dessa dissertação, essa é uma possibilidade de explicação que pode ser combinada à idéia de que o recrutamento acompanha as transformações da sociedade e, portanto, as características do mercado de trabalho no momento em que a elite está sendo formada.

TABELA 3 - OCUPAÇÃO/ATIVIDADE PROFISSIONAL (VARIÁVEL AGREGADA)

OCUPAÇÃO/ ATIVIDADE	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Proprietários	5	45,5	3	13,6	3	10,3
Profissionais liberais	4	36,4	6	27,3	9	31,0
Funcionários públicos			3	13,6	3	10,3
Políticos						
Professores	2	18,2	3	13,6	8	27,6
Trabalhadores			1	4,5	3	10,3
Outras			6	27,3	3	10,3
TOTAL	11	100,0	22	100,0	29	100,0

No que diz respeito à ocupação dos pais dessa elite, há uma grande concentração de proprietários. Da primeira gestão, o percentual total é de 63,6%, dos quais a maioria é composta de médios proprietários urbanos. Esse percentual, na segunda gestão, é de 31,8% e na terceira, de 34,5%, ambos também com uma leve tendência a atividades urbanas. Com isso, é possível perceber que a tendência de recrutamento em bases sociais mais privilegiadas da primeira elite, em comparação com as outras duas, foi mantida. Não há, entre os pais dos indivíduos do primeiro grupo, nenhum caso de pessoa cuja ocupação principal fosse trabalho assalariado. Já no segundo período, essa categoria tem três casos (13,6%) e quatro casos (13,8%), no terceiro período. Entre os pais dos membros do segundo grupo, há ainda uma certa concentração de profissionais liberais e funcionários públicos. No terceiro grupo, a concentração de pais que exerciam atividades como profissionais liberais é alta: 24,1%, referentes a sete casos.

Quando se perguntou sobre quais atividades profissionais as mães dos membros dessa elite desenvolveram por mais tempo, os percentuais retratam uma evolução bastante comum: 90,9% das mães dos entrevistados do primeiro período não exerceram nenhuma atividade profissional. Esses valores são de 63,6% e 41,4%, respectivamente, do segundo e terceiro mandatos. A ocupação de professora de outros níveis representava uma concentração de 13,6% entre as mães do segundo período e 27,6%, na gestão Péricles. Outras duas ocupações que tiveram também certo significado eram a de trabalhador assalariado de empresa privada (10,3% na terceira gestão) e funcionário público de médio ou baixo escalão (9,1% das mães de entrevistados da segunda gestão). Do total de entrevistados da gestão Péricles, 13,6% disseram que as mães eram proprietárias urbanas ou rurais. Se, por um lado, a baixa participação dos membros do período Paulo Cunha reforça a idéia de que uma grande parcela dos indivíduos do primeiro momento vinha dos estratos sociais superiores, esse último dado revela que houve também recrutamento em bases sociais mais elevadas no caso dos membros da terceira gestão. Um resultado como este aproxima os membros do primeiro e do terceiro grupo, no critério origem econômica.

A perspectiva da origem socioeconômica começa, então, a revelar os fundamentos iniciais da idéia, difundida pelo senso comum, que caracteriza a gestão Jocelito como *outsider* no processo político local. Há, entre o grupo de Paulo Cunha e Péricles, no que diz respeito ao perfil socioeconômico, muitas semelhanças; e há um afastamento destes em relação ao segundo grupo, tanto no que diz respeito aos resultados das análises dos caracteres adstritos, quanto dos adquiridos por processos de socialização.

É preciso, então, através das demais perspectivas que norteiam esta pesquisa, analisar se a aproximação entre a primeira e a terceira biografia se mantém e, ainda, se o segundo perfil permanece apresentando uma tendência ao afastamento e à fragmentação interna, conforme este tópico da análise demonstrou.

3.2 A CARREIRA PÚBLICA E AS REDEFINIÇÕES NO PERFIL DA ELITE

Este item deve captar os aspectos da socialização como elemento do recrutamento político. As perguntas do questionário tinham o objetivo de mapear o treinamento político e também o treinamento através de outras instituições pelas quais passaram os candidatos à elite. Além de levantar informações sobre o processo de aprendizagem específica, as perguntas desse conjunto identificam outras conexões desses indivíduos, por exemplo, com determinadas entidades ou grupos sociais. Dessa forma, é possível identificar quais são os tipos de instituições que costumam formar líderes políticos, se elites diferentes passam por treinamentos variados, ou seja, se as trajetórias variam de acordo com cada momento da elite. Este tópico agrega tipos de treinamento que seriam essenciais, em princípio, para a formação de um líder político: socialização a partir da ocupação de cargos de direção em entidades com alto valor social ou ampla base de contatos e de atuação, treinamento no interior de partidos políticos e dentro da própria carreira política construída por esses indivíduos.

Os tipos de cargos públicos ocupados pelo indivíduo na sua trajetória política podem indicar os percursos mais comuns para o acesso à elite. É possível rastrear os movimentos de transição entre as esferas locais e regionais do sistema político, as portas de entrada para a vida política, a extensão das trajetórias políticas e, conseqüentemente, o nível de experiência de cada grupo ou, como define Love (1982), o grau de burocratização do sistema político. Nesse sentido, Putnam (1976, p.48) interpreta que, quanto mais exigências em termos de experiência em cargos institucionais lhe forem colocadas, menor será a permeabilidade de uma elite.

A trajetória partidária responde a dois tipos de questão. Se a carreira no interior da máquina partidária é determinante na formação dos líderes políticos e se o partido funciona como um mecanismo central de seleção de candidatos. Love (1982) constatou que o pertencimento à comissão executiva de partidos foi uma via de acesso bastante comum à elite paulista entre 1889 e 1937. Somada à informação

sobre o número de partidos a que pertenceu o indivíduo antes do acesso e durante a permanência na elite, é possível discutir a questão da mobilidade partidária.

Os vínculos institucionais podem oferecer algumas vias de análise. Primeiramente, é possível inferir se há conexão direta com certos grupos e instituições. Dessa relação, é possível falar tanto do processo de socialização e aprendizagem no interior de determinadas instituições¹⁹, como dos vínculos que acabam se criando nesse processo com outros membros da elite e, ainda, perceber que determinadas instituições funcionam como vitrines para exposição de idéias e dos próprios candidatos à elite ou, como coloca Putnam (1976, p.11), um local público de onde cidadãos politicamente motivados possam ser melhor vistos na tentativa de subir em direção às posições-chave do processo de tomada de decisões políticas. Os quatro pontos que norteiam essa perspectiva da análise – origem e tipos de carreira, dimensão partidária e outras vias institucionais revelaram as dicotomias existentes entre as trajetórias de grupos tradicionalmente envolvidos com a atividade política e aquelas dos que tiveram menor experiência nessa esfera.

Para repensar essa questão sobre o princípio das trajetórias pela vida pública, o questionário procurou aferir o sentido da atividade política para a elite. A política como uma atividade profissional não se encaixa no perfil de nenhum desses grupos. Nenhum deles afirmou ter exercido exclusivamente esse tipo de ocupação antes da entrada na elite política e mais de 60% dos entrevistados disseram exercer outra atividade durante o exercício do cargo. Ou seja, a profissionalização da atividade política não é característica marcante do Poder Executivo da cidade de Ponta Grossa, ao menos nesse período recente. Esse resultado se aproxima muito daquele encontrado por Rodrigues (2002) que também não identificou uma

¹⁹O processo educacional poderia estar agregado a essa etapa da análise, mas a opção por deixá-lo no primeiro bloco ocorreu em função de entendê-lo como elemento indispensável àquele contorno preliminar do perfil social e econômico dos grupos da elite política. Neste segundo bloco, foram captados dados acerca do processo de treinamento e socialização da elite em instituições políticas (setores do Legislativo, do Executivo, partidos políticos, agências estatais etc.) e instituições sociais (organizações religiosas, entidades de trabalhadores, de empregadores, movimentos sociais etc.).

tendência de ocupação de cadeiras da Câmara dos Deputados por políticos profissionais, nos anos 90. Love (1982) também constatou que os membros da elite paulistana exerciam outras atividades além de suas funções políticas em razão, segundo ele, da grande demanda por mão-de-obra de profissionais graduados. Na elite imperial observada por Carvalho (2003), um percentual inferior a 5% dos ministros, atuava somente na política. Como será visto adiante, os membros da elite do setor político-administrativo da presente pesquisa chegaram ao poder com uma média de idade razoável. Portanto, é pouco provável que eles tivessem somente a política como atividade profissional.

Procuramos ainda saber se as pessoas que pertenceram a esses grupos vinham de famílias ligadas à atividade política. A totalidade dos indivíduos da gestão Paulo Cunha e 82,8% dos entrevistados da gestão Péricles disseram que seus pais e mães nunca exerceram uma atividade política regular. Na gestão Jocelito, 27,3% dos entrevistados disseram que o pai já havia exercido algum tipo de atividade na esfera política. Se tivéssemos ampliado a coleta de dados como sugere Putnam (1976) e como fez Love (1982), talvez os resultados apontassem para outros possíveis laços de parentescos através dos quais os sujeitos desta análise iniciaram suas trajetórias pela vida pública.

Mesmo que a política não seja uma atividade herdada pelos pais dos membros da primeira gestão, estes é que tinham mais experiência política, tanto em número de cargos como em tempo de atuação na esfera pública: 72,7% dos membros disseram ter ocupado algum cargo político antes de passar a fazer parte dessa elite e mais de 35% ocuparam três ou mais cargos antes de 1993. Essas informações acabam confirmando a idéia de que este é um grupo tradicional na esfera política.

Embora quase dois terços dos entrevistados da segunda gestão tenham declarado que ocuparam cargo político antes de passar a pertencer à elite analisada, a carreira política desse grupo era curta. Até então, 54,5% dos seus membros tinham ocupado até dois cargos na esfera política. Dos 29 entrevistados da

terceira gestão, 12 disseram não ter tido nenhuma ocupação na esfera política até o momento de entrada no governo. A extensão da carreira política dos membros da gestão Péricles também é curta: 44,2% disseram ter ocupado até dois cargos políticos antes de 2001.

Em média, os indivíduos da segunda gestão tinham ocupado mais cargos do que os pertencentes ao terceiro grupo, embora estes tivessem uma maior experiência acumulada em anos de atuação na vida pública, em razão de já terem atuado no serviço público no período anterior à entrada na elite. A partir dessa informação e dos números acerca do grau de escolaridade desse último grupo, é possível ilustrar, em parte, o alto purismo ideológico a que muitas vezes os partidos de esquerda estão relacionados e, ainda, ao que comenta Silva (2006) – que também foi membro do terceiro secretariado – o acúmulo de experiência intelectual e a escassez de experiência política:

Ao mesmo tempo tem experiência acadêmica, também não tinha enfrentado a experiência da administração pública, em particular, das tensões que estão presentes nesse campo específico. Eu acho que em determinados momentos nós tendíamos a implantar o projeto como ele foi gestado. Tínhamos pouco jogo de cintura para flexibilizar isso no diálogo, com os pontos de tensão. Isso dificultou um pouco.

TABELA 4 - EXTENSÃO DA CARREIRA POLÍTICA, EM ANOS

1993	1997	2001
13,09	7,73	11,31
Desvio padrão:		
12,08	9,07	11,15

TABELA 5 - EXTENSÃO DA CARREIRA POLÍTICA, EM NÚMERO DE CARGOS

N.º CARGOS	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0	3	27,3	8	36,4	12	41,4
1	2	18,2	7	31,8	7	24,1
2	2	18,2	5	22,7	7	24,1
3	1	9,1	1	4,5	3	10,3
4	2	18,2	1	4,5		
6	1	9,1				
TOTAL	11		22		29	

A média de idade no momento de entrada na vida política girou em torno dos 33 anos para os membros dos três períodos. Observados o ano do primeiro cargo e o ano de entrada dos entrevistados em cada um dos grupos da análise, é possível ver que os indivíduos do primeiro grupo têm realmente uma carreira política mais extensa, 13 anos em média. Esses também ocuparam um maior número de cargos: mais de um terço ocuparam três ou mais posições na vida pública antes de chegar à elite. Mesmo que no segundo grupo haja um percentual maior de indivíduos que ocuparam cargos antes de entrar na elite, a extensão da carreira do terceiro grupo, tanto em média de anos, como em número de cargos, é maior. É interessante destacar que a extensão da carreira política do terceiro grupo em anos se aproxima muito à da carreira do primeiro grupo. Mas as formas de experiência pública são distintas, como é possível observar a partir dos tipos de carreira pública que apresentaram os membros dos grupos analisados.

No que diz respeito à localização do primeiro cargo público, todos os entrevistados do segundo e terceiro grupos afirmam ter iniciado sua carreira política no estado do Paraná e somente um caso, o do primeiro grupo, diz que começou suas atividades em Brasília (DF), na carreira legislativa. No que diz respeito à cidade, 90% dos entrevistados de cada grupo disseram que o primeiro cargo público que ocuparam foi em Ponta Grossa – o que revela, aqui também, alto índice de localismo ou, nos termos utilizados por Love, grande provincialização dessa elite.

Se o serviço público concursado funcionou, no caso das duas últimas elites, como porta de entrada para a vida pública e, as secretarias municipais foram os cargos mais ocupados pelos indivíduos que integraram a gestão Paulo Cunha, é possível afirmar que ocupar um cargo público não-eletivo foi a forma mais comum de acesso à vida política no caso da elite político-administrativa analisada por esse trabalho. A carreira legislativa não foi significativa no caso de nenhum dos três grupos, aparecendo com uma pequena frequência na gestão Jocelito. Este é um dado que se assemelha àqueles apresentados nas análises sobre a carreira política

desse mesmo setor da elite política do Paraná²⁰, que demonstrou que ao menos três quartos dessa elite iniciou sua carreira política em cargos não-eletivos. Da gestão Paulo Cunha, metade dos indivíduos começa a carreira política como secretários municipais. Cargos como servidores públicos concursados e direção de departamentos estatais também foram recorrentes na carreira política antes da entrada nesse primeiro grupo. O que diferencia os tipos de carreiras traçados pelos membros desse período daqueles traçados pelos outros dois grupos é o tipo de cargo que assumem inicialmente.

TABELA 6 - PRIMEIRO CARGO PÚBLICO

CARGO	1993			1997			2001		
	N.º	%	% válido	N.º	%	% válido	N.º	%	% válido
Secretário municipal	4	36,4	50,0	1	4,5	7,1	3	10,3	17,6
Diretor de agência estatal	1	9,1	12,5	2	9,1	14,3	1	3,4	5,9
Servidor público concursado	2	18,2	25,0	7	31,8	50,0	12	41,4	70,6
Diretor ou assistente departamento estatal				1	4,5	7,1			
Comando departamento segurança				1	4,5	7,1			
Deputado federal	1	9,1	12,5						
Vereador				2	9,1	14,3	1	3,4	5,9
Total válido	8	72,7	100,0	14	63,6	100,0	17	58,6	100,0
Missing	3	27,3		8	36,4		12	41,4	
TOTAL	11	100,0		22	100,0		29	100,0	

Na gestão Jocelito, por exemplo, metade dos entrevistados que tinham carreira pública anterior à entrada na elite, iniciaram como servidores públicos concursados. A partir do segundo cargo é que esses indivíduos assumiam posições de confiança, como de direção em agências ou departamentos estatais. Da gestão Péricles, 70% dos entrevistados inicia a carreira pública como servidor público concursado e menos de um quarto, com cargo de confiança. A partir do segundo cargo, é possível constatar que esses indivíduos foram encaminhados a outros

²⁰Os dados são referentes à pesquisa sobre as elites políticas paranaenses, especificamente, os resultados percebidos na análise do setor político-administrativo das duas gestões de Jaime Lerner (1995-2002), desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR).

setores, já que 40% deles disseram possuir alguma experiência na direção de agências ou departamentos estatais, antes de 2001.

Dois pontos devem ser observados nesse momento. O primeiro deles tem relação com o fato de a maioria dos membros da primeira gestão já iniciarem suas carreiras em cargos de confiança – o que pode denotar grande proximidade com a esfera política e novamente indicar que essa gestão foi formada realmente por um grupo de pessoas associadas tradicionalmente à esfera política. O segundo ponto refere-se ao elevado percentual de indivíduos da gestão Péricles que iniciam na vida pública a partir de concursos. Isso explica, em parte, a extensão da carreira dos membros dessa terceira gestão, especialmente porque – como já foi visto no tópico sobre a origem socioeconômica dessa elite – uma grande parcela dos entrevistados tinha como ocupação principal o magistério. Ou seja, é provável que a extensa trajetória na vida pública não corresponda a efetiva experiência política. Ou, ao menos, não se aproxime da experiência adquirida por aqueles que já iniciam seus treinamentos políticos diretamente envolvidos com atividades de governo – como apontou a análise do tipo de carreira do grupo de Paulo Cunha.

A dimensão partidária têm também um papel relevante na discussão sobre esses canais de acesso à vida pública no processo de recrutamento político. Neste trabalho, os indivíduos do segundo grupo são os que demonstraram ter menor experiência partidária: 40,9% disseram que nunca tiveram nenhum vínculo com partidos políticos antes da entrada na elite, enquanto esse percentual é de 27,3% e 13,8% para o primeiro e terceiro grupos, respectivamente. Mais de 45% dos indivíduos com vida partidária, nos três grupos, estiveram filiados em até dois partidos antes da entrada na elite. O índice de mobilidade partidária da gestão Péricles é o menor: 58,6% dos entrevistados foram filiados somente a um partido até a entrada na elite. Na gestão Jocelito está o maior índice desse quesito: 13,6% dos entrevistados foram filiados a três ou até cinco partidos antes de assumir a secretaria municipal.

TABELA 7 - NÚMERO DE PARTIDOS ANTES DA ENTRADA NA ELITE

NÚMERO DE PARTIDOS	1993		1997		2001	
	N.º	% válido	N.º	% válido	N.º	% válido
0	3	27,3	9	40,9	4	13,8
1	3	27,3	6	27,3	17	58,6
2	5	45,5	4	18,2	7	24,1
3					1	3,4
4			2	9,1		
5			1	4,5		

Os membros da gestão Jocelito Canto e da gestão Péricles foram recrutados em bases partidárias mais amplas do que as do primeiro grupo. Um estudo mais detalhado acerca do processo de formação de alianças no período eleitoral e da própria distribuição das cadeiras do Executivo pós-eleição seriam instrumentos possíveis para o estudo de como esse fenômeno pode interferir efetivamente no índice de coesão e no processo de articulação política pelos tomadores de posição desse período. O secretariado da segunda gestão era composto por indivíduos de oito partidos, com maior concentração de recrutamento no PMDB (18,2%) e no PSDB (13,6%). A gestão Péricles recrutou seu secretariado em nove partidos, mas foi o Partido dos Trabalhadores que conquistou 44,8% das posições do governo, seguido do PMDB, que ficou com 17,2% das secretarias. Isso reforça o elevado grau de fragmentação do perfil da segunda gestão que, além de ter em seu quadro um grande número de partidos, não concentrou a maior parte de sua seleção em somente um deles como aconteceu no recrutamento da última gestão.

A primeira gestão da análise é que teve a base de recrutamento partidário mais restrita: foi buscar em quatro partidos os seus secretários, com uma forte concentração de filiados ao PDC e ao PMDB (ambos com 27,3%). Essa variável no recrutamento partidário pode revelar duas coisas: primeiramente, a necessidade de uma ampla aliança para conseguir formar um grupo com efetiva capacidade de chegar ao governo e, em consequência disso, o grau de coesão no interior desse grupo que chega ao Executivo – o que pode explicar, em partes, a instabilidade do quadro de secretários naquele período.

Essa dimensão analítica pode ser melhor compreendida quando observada a relevância da participação efetiva nesse tipo de instituição no percurso traçado pela elite em questão. Dentre os indivíduos que tiveram trajetória partidária, a maior parte não ocupou cargo de direção partidária municipal ou estadual. Do primeiro grupo, somente um dos entrevistados disse ter experiência como presidente de diretório municipal antes de 1993. Do segundo grupo, 23,8% dos entrevistados ocuparam algum cargo no diretório municipal (três casos foram presidentes) e um deles ocupou o cargo de primeiro vice-presidente do diretório estadual, antes de entrar na elite analisada. A terceira gestão é a que reúne o maior número de indivíduos com experiência partidária institucionalizada. Embora nenhum deles dissesse ter participado da direção executiva estadual de partidos políticos antes de 2001, 31% deles tiveram alguma passagem pela executiva municipal. Esse dado, associado ao que revela a mais alta disciplina partidária entre os grupos, demonstra que a filiação ao partido político tem mais importância na terceira gestão da análise.

A partir do momento em que passam a fazer parte do governo do município, fazer ou não parte do diretório municipal parece continuar não sendo um fator determinante para a permanência na elite do primeiro grupo, já que não há nenhuma participação em cargos expressivos no interior de partidos políticos. O mesmo ocorre no segundo grupo, que não tem nenhuma alteração no seu quadro de participação, tanto nas mesas executivas locais quanto nas estaduais. O terceiro grupo segue a mesma tendência e ainda reduz significativamente sua participação no diretório municipal: somente 13,7% dos entrevistados tinham, entre 2001 e 2004, algum cargo na mesa executiva local de partido político. Reduz-se também a importância dessa participação: se antes de 2001, 20,7% dos entrevistados ocuparam a presidência do diretório, no período de permanência na elite, esse número não chegava a 7%.

A instabilidade do sistema partidário brasileiro e sua incapacidade de representar interesses sociais são elementos citados por Rodrigues (2002) que faz uma revisão dessas que são, segundo ele, alguns dos principais problemas apontados por pesquisas que discutem o subdesenvolvimento das instituições políticas do país.

O autor aponta alguns trabalhos que desmistificam essa tese e comprovam uma tendência à diminuição nos níveis de migração na Câmara dos Deputados e discute a existência de coerência ideológica mesmo nas coligações partidárias estabelecidas em eleições proporcionais.

No caso deste trabalho, o fator mobilidade partidária revelou – ao contrário do tópico anterior que mostrou a pequena relevância da ocupação de cargos na direção dos partidos – uma redução no quesito não-vinculação a partidos políticos durante a permanência no grupo em relação ao período anterior de entrada na elite, para os primeiros dois grupos. Não se constataram, em nenhum dos grupos, mais do que duas trocas de partido durante o período em que estiveram na elite. O maior índice de mobilidade é o do primeiro grupo, em que 18,2% dos entrevistados estiveram em dois partidos de 1993 até 1996.

A análise da dimensão partidária na trajetória dos entrevistados revelou que participar da executiva local ou estadual de um partido político não foi fundamental para as carreiras de nenhum dos três grupos. Mas a participação em uma entidade partidária foi relevante nas trajetórias do primeiro grupo – que já vinha realizando atividades políticas anteriormente e, além disso, mostrou ter seu recrutamento partidário bem restrito e, talvez em razão disso, uma maior coesão no interior do grupo – e na trajetória dos membros da terceira gestão, esta que tem sua história identificada com a do Partido dos Trabalhadores na cidade. Além do alto nível de participação, esses dois grupos demonstraram baixos níveis de mobilidade partidária – o que pode, ao menos em tese, revelar alto índice de coesão dessas duas elites. O segundo grupo não teve, conforme mostrou a aplicação do questionário, uma tradição partidária bem definida.

Conhecer a carreira pública de uma elite não se limita apenas à reconstrução das trajetórias políticas mais comuns, mas ainda por descobrir outras vias institucionais que, conforme Putnam (1976, p. 51-52), podem ser muito significativas para aumentar as chances dos candidatos a integrar os seletos grupos de pessoas que ocuparão cargos-chave na esfera política.

A participação em instituições sociais e culturais foi responsável pela socialização, especialmente no caso dos dois primeiros grupos, nos quais mais da metade dos indivíduos entrevistados disse ter ocupado algum cargo de direção antes de fazer parte do grupo estudado. Cargos de direção em instituições religiosas têm menos importância para o segundo grupo. O que chama a atenção nessa variável é que justamente o terceiro grupo, que revelou, no momento da aplicação do questionário, ter um menor número de adeptos à religião, possui um percentual de 31% de pessoas com algum tipo de participação em cargos de direção nesse tipo de instituição. Observados individualmente, os dados revelam que há realmente dois núcleos dentro desse secretariado: um deles é representado por católicos, com ampla atuação nas ações sociais desenvolvidas pela igreja e outro, que se denomina sem religião.

Dois pontos se sobressaem na análise do treinamento no interior de algumas instituições selecionadas: o elevado percentual – de 81,8% – de participação em cargos de direção em entidades patronais dos membros do primeiro grupo e o baixo percentual de participação dos indivíduos do terceiro grupo em entidades de trabalhadores. No primeiro caso, novamente é possível afirmar que esse tipo de treinamento está relacionado às bases sociais mais conservadoras e, normalmente, associado a partidos de direita – exatamente como outros dados vêm demonstrando. Além disso, não há como negar que os membros da primeira elite estão realmente orientados pelos interesses dos donos dos meios de produção e pelos objetivos daqueles que se encontram nos estratos sociais mais elevados. Mas essa informação certamente reforça a ligação entre os membros da primeira gestão e os das bases sociais economicamente superiores.

Quanto ao segundo ponto, ele revela outra característica própria à gestão do Partido dos Trabalhadores: antes de fazer parte dessa elite, menos de um quarto do secretariado disse ter ocupado algum cargo de direção em instituições que representam o interesse da classe trabalhadora. A participação na direção nos movimentos sociais antes da entrada na elite também é muito pequena no caso dos indivíduos do

terceiro grupo (17,2%) e inexistente, segundo declararam os membros da primeira e da segunda elite.

O treinamento institucional por outras vias que não aquelas diretamente relacionadas com a esfera política fala tanto do perfil de cada um desses grupos como das entidades que têm mais relevância na história do município e mais peso político em cada período. Na primeira parte deste capítulo, falamos da importância específica das instituições educacionais no processo de formação e comunhão de valores por parte dos membros dos grupos analisados. Nesta etapa que discute a trajetória pública, colocamos em foco outras instituições co-responsáveis neste processo.

Com isso, é imprescindível destacar a grande participação de indivíduos treinados em vários segmentos da Igreja Católica e o baixo índice em entidades de trabalhadores dos membros da administração petista. É necessário falar do peso da Associação Comercial e Industrial da cidade, não apenas no primeiro grupo, que cita entidades patronais como meio de compartilhar experiências de mais de quatro quintos de seus membros, mas também no governo de Péricles. O alto percentual de participação em instituições sociais e culturais mostrou a importância que clubes sociais e clubes de serviços ainda têm em um município do interior do estado. A Universidade Estadual de Ponta Grossa também foi muito citada pelos entrevistados.

A pesquisa desenvolvida nessa dissertação não esteve voltada a análise de nenhuma instituição específica, mas esse contexto de resultados – e tomando como referencial trabalhos como o de Carvalho (2003), que produz uma reflexão sobre a centralidade da Universidade de Coimbra na formação ideológica da elite imperial brasileira e, o de Dulci (1999), que desvenda os laços institucionais da tradicional elite agrária mineira – aponta para uma possibilidade, em outras pesquisa, de investigar a estrutura dessas instituições e discutir o efetivo papel delas no processo de treinamento político e a influência que exercem nessa esfera.

3.3 PERCEPÇÕES E CRENÇAS DO SETOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

O estudo das crenças e dos valores vem sendo continuamente introduzido nos trabalhos sobre ordem política, ora para conhecer o funcionamento da sociedade e de sua dinâmica política, ora para compreender as orientações dos indivíduos mais atuantes nessa esfera política. Robert Dahl, em sua discussão sobre a transição de regimes autoritários para regimes que se aproximam da poliarquia, propõe, como fator fundamental de análise, as crenças políticas. Segundo o autor, é preciso conhecê-las para então compreender até que ponto elas influenciam nas tomadas de decisão política. Putnam (1976, p.105) também chama a atenção para esta categoria e defende a idéia de que a própria estabilidade de um governo pode ser discutida a partir do sistema de motivações e crenças da elite política.

Não se esperava, a partir da coleta de dados da dissertação, reproduzir perfeitamente o conjunto de motivações desses grupos mas, antes disso, captar tendências do arranjo de valores e alguns posicionamentos naquele momento quando foram realizadas as entrevistas. A discussão desenvolvida a partir deste momento complementa o que veio sendo apresentado nos tópicos anteriores sobre a origem e o treinamento e no que os processos de socialização da elite podem significar para as decisões políticas pelas quais elas são responsáveis.

No Brasil, tradicionalmente o foco de análise do tema dos valores e da cultura política das elites volta-se para a relação entre essa variável e o processo de consolidação do regime democrático. E essa foi também uma das perspectivas escolhidas nesta pesquisa. Assim como ocorre em muitos trabalhos sobre este tema, Dahl (1997) considera que os valores desses grupos podem ser estudados de forma objetiva²¹, através da observação das relações sociais e das ações desses

²¹Assim como Dahl, Putnam considera que o conhecimento dos processos de socialização (experiências educacionais, profissionais e trajetória política) são elementos essenciais para a compreensão do sistema de crenças das elites. Putnam procurou assinalar questões como a homogeneidade das elites e a importância da bagagem individual, de família e de classe para o acesso às elites e as conseqüências desse fenômeno no processo de elaboração das políticas. Essas questões, por razões metodológicas, foram tratadas isoladamente no tópico anterior, mas servirão ao conjunto de análise, complementando dados que possam melhor descrever o objeto da pesquisa.

indivíduos, ou mesmo de maneira subjetiva, a partir da análise em si das percepções e interpretações dos membros dessas elites sobre a realidade.

Nesse tópico, portanto, os valores dos grupos políticos foram observados subjetivamente para que fosse possível compreender a sensibilidade dos membros das elites em relação à ordem política brasileira, à adesão ao regime democrático, ao tipo de democracia que esses indivíduos concebem, suas percepções e seus posicionamentos ideológicos diante de situações objetivas.

As crenças guiam a ação não só porque influenciam ou dão corpo aos valores e metas mais distantes de alguém, mas também porque as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa compreensão dos 'comos' e dos 'porquês' da ação: em suma, nosso conhecimento (DAHL, 1997, p.128).

Ao final da análise, justamente sob essa perspectiva dos valores, é que outros movimentos de afastamento e aproximação entre os perfis desses três grupos foram sendo definidos. Nessa etapa, diluiu-se a aproximação entre o grupo de Paulo Cunha e Péricles, que começou na primeira perspectiva analítica e se afastou na análise sob a perspectiva da carreira pública. Com a análise subjetiva do sistema de crenças e percepções da elite político-administrativa, as gestões Paulo Cunha e Jocelito Canto passam a ter forma muito semelhante, como se demonstrará especialmente quanto ao grau de adesão ao regime democrático e ao modelo de democracia que elas concebem.

Considerando o primeiro, desses dois pontos, todos os entrevistados da gestão Paulo Cunha consideram que o regime democrático é, sempre, o melhor sistema de governo; pouco mais de um quarto dos membros da segunda gestão considera que a democracia é, às vezes, o melhor sistema de governo. Considerando ainda que mais de 85% dos entrevistados da terceira gestão vêm nesse regime a melhor opção de sistema de governo, é possível, em um primeiro momento, afirmar que o grau de adesão à democracia foi alto nos três períodos do Executivo analisados.

Uma segunda questão, que colocou os entrevistados diante de situações específicas, como a possibilidade de suspensão da democracia, ilustra melhor essa adesão. Esses elevados percentuais de adeptos a essa ordem política, no entanto, não se mostraram tão consistentes em um segundo momento. Quando o contexto hipotético é de ameaça à propriedade privada, ao menos metade dos entrevistados do primeiro e do segundo períodos analisados e um quinto dos entrevistados da gestão Péricles se mostraram condescendentes com o fim do regime democrático. O valor da propriedade individual, particular, é muito diferente se compararmos os dois primeiros grupos ao último. Os valores morais e religiosos também são muito caros ao primeiro grupo, na mesma medida que a propriedade privada o é.

TABELA 8 - O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO É ACEITÁVEL QUANDO HOVER...

	1993				1997				2001			
	Concordo		Discordo		Concordo		Discordo		Concordo		Discordo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
... ameaça generalizada ao direito de propriedade privada.	6	54,5	5	45,5	11	50,0	11	50,0	6	20,7	23	79,3
... ameaça generalizada aos valores morais e religiosos de nossa sociedade.	6	54,5	5	45,5	9	40,9	13	59,1	3	10,3	26	89,7
... ameaça à ordem pública em função de crise econômica aguda.	3	27,3	8	72,7	6	27,3	16	72,7	3	10,3	26	89,7
... descontrole da corrupção.	5	45,5	6	54,5	13	59,1	9	40,9	4	13,8	25	86,2
... ameaça ao Estado pelo crime organizado.	5	45,5	6	54,5	12	54,5	10	45,5	7	24,1	22	75,9
... ameaça generalizada de quebra da hierarquia nas instituições militares.	4	36,4	7	63,6	5	22,7	17	77,3	3	10,3	26	89,7
O fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma	4	36,4	7	63,6	10		12	54,5	21	72,4	8	27,6

Crise econômica aguda é a situação que menos mobiliza os indivíduos de todos os grupos a aceitar uma atitude autoritária por parte do Estado. Outros dois casos que sensivelmente abalam a adesão dos membros da gestão Paulo Cunha e Jocelito são o descontrole da corrupção e a ameaça ao Estado pelo crime organizado. A segunda situação é considerada por 45,5% dos membros do primeiro período e 54,5%

do segundo justificativa suficiente para o fim da democracia. Esta é a situação que provocou maior adesão dos membros da gestão Péricles – 24,1% dos entrevistados.

Esse resultado revela que a gestão do Partido dos Trabalhadores é formada por indivíduos com menor predisposição a abrir mão das instituições democráticas, mesmo em situações que abalem a ordem social e econômica. A distinção de posicionamentos entre esse grupo e os dois primeiros pois a adesão ao regime de governo democrático parece ser frágil entre os membros desses últimos grupos, já que 63,6% dos entrevistados da gestão Paulo Cunha (sete casos) e 54,5% (doze casos) discordaram da seguinte afirmação proposta no momento da entrevista: "o fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma".

A orientação subjetiva como forma de observação dos valores dos membros dessa elite apontou que todos os grupos optam indiscutivelmente pelo regime democrático, mas o primeiro e o segundo grupos estão predispostos a se submeter a ações autoritárias do Estado em um maior número de situações. A propriedade privada é um valor muito caro aos dois primeiros grupos e o terceiro grupo é o que mais rejeita o cerceamento da democracia nas situações simuladas pelo questionário.

Depois de apreender o grau de adesão das elites pesquisadas, o segundo passo foi conhecer qual concepção de democracia lhes parece melhor e quais seus posicionamentos diante de políticas públicas inclusivas. Reis e Cheibub (1995) pensam que os estudos das crenças dos ativistas políticos devem não apenas focar a influência da cultura política na estabilidade dos arranjos institucionais, mas também nos elementos que tornam essas instituições mais ou menos includentes e mais abertas ao debate público.

Assim, uma primeira questão nessa perspectiva revelou a adesão ou a não adesão dos entrevistados a um modelo de sistema democrático mais participativo. O instrumento eleitoral é concebido por mais de 75% dos entrevistados como um elemento fundamental à democracia. Já a realização de plebiscitos regulares não conta com uma adesão tão massiva por parte dos três grupos.

Os conselhos gestores de políticas públicas têm uma adesão razoável, mas está longe da unanimidade no primeiro grupo. No governo Péricles, a defesa desse procedimento e também do orçamento participativo revelam um secretariado mais aberto ao debate político, que vai além daquele relacionado ao processo eleitoral. Mais de 70% dos entrevistados da gestão Paulo Cunha não vêem na instituição do orçamento participativo um elemento fundamental para a constituição da democracia. A análise de Perissinotto e Braunert (2006) sobre a opinião da elite parlamentar paranaense a respeito da ampliação da participação política mostrou que aproximadamente 22% dos entrevistados também não vêem nesta forma de participação tanta centralidade como através do voto. Os pesquisadores consideraram que justamente as formas mais participativas recebem um apoio restrito daquela elite. No caso da pesquisa dessa dissertação, o apoio é ainda mais fragmentado e a visão eleitoral da ordem democrática também parece predominar.

A participação direta do cidadão é vista, pelos três grupos, como essencial à constituição da democracia. Entretanto, os membros dos dois primeiros grupos compartilham de uma visão similar: cerca de 35% dos entrevistados do primeiro e do segundo períodos acreditam que a política deve ser deixada nas mãos das lideranças, por ser uma atividade que exige certas habilidades exclusivas de uma parcela da população. Essa afirmação foi negada por mais de 80% dos membros do terceiro período. É interessante destacar que mais da metade dos indivíduos dessas duas primeiras elites vêem na participação direta dos cidadãos nas decisões políticas uma forma fundamental para realização da democracia. Combinados esses dois posicionamentos, parece que o ideal de política desses dois grupos está menos ligado realmente a uma concepção de democracia mais participativa.

Para completar a descrição do tipo de democracia concebido por esses grupos, os entrevistados opinaram a respeito de algumas políticas públicas de promoção de igualdade socioeconômica e programas de discriminação positiva. A universalização da saúde pública foi o tipo de política que mais recebeu apoio dos membros dos três grupos. Entre os que disseram ser totalmente favoráveis e parcialmente favoráveis,

em nenhum caso houve uma adesão menor que 80%. A manutenção do sistema universitário gratuito também teve certo apoio por parte dos três grupos, se considerados em bloco. Já a idéia de instalação de uma política de renda mínima para todos tem uma adesão fragmentada, mas equilibrada. A terceira gestão é a que tem um maior percentual de adesão absoluta a esse tipo de política: 48,3% dos entrevistados disseram ser totalmente favoráveis.

O estabelecimento de um sistema de cotas para negros em universidades públicas é a política mais rejeitada, de modo geral, pelos três grupos, que demonstraram um alto grau de discordância em relação a políticas radicais de inclusão social. No que diz respeito a políticas de inclusão racial no ensino público superior, mais da metade do primeiro grupo disse ser totalmente contrária, assim como 50% dos indivíduos do segundo grupo. O percentual de indivíduos contrários e favoráveis a esse tipo de política, no terceiro grupo, é equilibrado. A pesquisa realizada por Reis e Cheibub (1995) sobre os valores da elite política e econômica brasileira na primeira metade dos anos 90 indicou que ambos os setores daquela elite não estavam inclinados a apoiar esse tipo de política. A análise de Perissinotto e Braunert (2006) também revelou essa postura das elites parlamentares paranaenses, especialmente em relação às políticas destinadas à reforma no campo.

Uma reforma agrária baseada na desapropriação de latifúndios, quer produtivos ou improdutivos, também foi rejeitada com veemência por mais da metade dos entrevistados da gestão Paulo Cunha. Tal postura é totalmente coerente com a base social que forma essa elite e com os valores defendidos por ela. Por outro lado, entre os entrevistados do terceiro grupo que não indicaram, nas questões anteriores, ter a propriedade como valor tão fundamental, a ponto de optar por um regime autoritário que a proteja, esse tipo de política tem aceitação de mais de 70% dos entrevistados.

A questão que versava sobre os temas liberdade e igualdade complementa a questão sobre políticas públicas com finalidade igualitária e auxilia na delimitação de uma dimensão do regime político concebido por esses grupos. Diante de uma situação hipotética em que os entrevistados seriam forçados a optar por uma ou por

outra, 90,9% dos membros do primeiro grupo e 54,5% dos indivíduos do segundo disseram que ficariam com a liberdade. No terceiro grupo, pouco mais de um terço fizeram opção pela liberdade, enquanto 13,7% não souberam ou preferiram não responder. Da mesma forma, no trabalho de Reis e Cheibub (1995), o respeito à liberdade também prevaleceu em relação à igualdade: apenas 38,6% dos administradores públicos entrevistados optaram pela dimensão da igualdade e, assim como o tópico anterior deste trabalho demonstrou, aquelas elites também se mostraram menos dispostas a aceitar políticas de promoção de igualdade a grupos historicamente desfavorecidos.

A caracterização do tipo de regime democrático possibilita que as elites políticas sejam observadas a partir da discussão promovida por Bobbio (2001), acerca da questão da igualdade e da liberdade como critérios de distinção de posicionamentos de esquerda ou de direita. A proposta central desse tópico não é alimentar a discussão a respeito de tal pressuposto desenvolvido pelo cientista político italiano, mas é importante observar que esse trabalho, de certa forma, sustenta a hipótese que relaciona posicionamento ideológico e posturas mais ou menos igualitárias diante das realidades sociais.

As duas primeiras gestões, que mostraram, no decorrer das análises, adotar posicionamentos mais conservadores e atrelados a um posicionamento de direita, parecem realmente menos dispostas a aceitar políticas mais igualitárias, inclusivas e/ou de discriminação positiva. "A direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado" (BOBBIO, 2001, p.121), ou seja, "aquilo que é fruto do mérito". Assim, é possível entender que, para esses dois primeiros grupos, políticas públicas mais igualitárias poderiam ofender os resultados produzidos pelo esforço individual, por qualidades e vantagens que foram naturalmente desenvolvidas por seus membros e que nada têm a ver com vantagens sociais.

Por outro lado, a partir da proposta de Bobbio, os membros do grupo que diz ter maior afinidade com um posicionamento de esquerda estariam mais dispostos a promover políticas igualitárias, com o objetivo de reduzir as diferenças sociais que não têm, para eles, um caráter natural.

O terceiro tópico da análise dos valores da elite político-administrativa pontagrossense foi relacionado à ordem democrática brasileira. Esse tipo de questão foi amplamente utilizado em trabalhos sobre cultura política e a transição democrática na década de 90, no Brasil. Em uma análise sobre as instituições democráticas, 65% dos congressistas e empresários e pouco mais de 72% dos administradores públicos disseram que o país já era naquele momento uma democracia (LIMA e CHEIBUB, 1994).

Questionados acerca da percepção da evolução do regime democrático no país, 81,8% dos membros da primeira gestão acreditam que o Brasil é, atualmente, uma democracia. Praticamente, quinze anos após os primeiros trabalhos que buscavam captar a impressão das elites brasileiras sobre a transição de regimes políticos, essa dissertação mostra que metade dos entrevistados da gestão Jocelito e 41,4% do terceiro grupo disseram que ainda não há uma consolidação da democracia brasileira.

Mais de 75% dos entrevistados dos três grupos elencaram os seguintes fatores como os principais obstáculos à democracia no país: a falta de educação do povo, o desrespeito aos direitos humanos, a violência e o crime organizado e a corrupção nos órgãos públicos. A ganância das elites, considerada um elemento problemático para o segundo e terceiro grupos, não é tão significativa para o primeiro – grupo esse que é justamente identificado pela sociedade do município como pertencente a uma elite econômica. Por outro lado, esse grupo vê na agitação social um fator impeditivo ao regime democrático do Brasil. Esse elemento também está presente na resposta de metade dos indivíduos da segunda gestão.

TABELA 9 - FATORES QUE SE CONSTITUEM PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA NO BRASIL

FATORES	1993				1997				2001			
	Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
a ganância das elites	4	36,4	7	63,6	21	95,5	1	4,5	24	82,8	5	17,2
a desigualdade de renda	8	72,7	3	27,3	21	95,5	1	4,5	27	93,1	2	6,9
a falta de educação do povo	11	100,0			21	95,5	1	4,5	27	93,1	1	3,4
o desrespeito aos direitos humanos	9	81,8	2	18,2	20	90,9	2	9,1	27	93,1	2	6,9
a agitação social	7	63,6	4	36,4	12	54,5	10	45,5	4	13,8	25	86,2
a corrupção nos órgãos públicos	10	90,9	1	9,1	20	90,9	1	4,5	25	86,2	4	13,8
a violência e o crime organizado	10	90,9	1	9,1	19	86,4	3	13,6	23	79,3	6	20,7

Novamente, outro critério aproxima os perfis do primeiro e do segundo grupo. No momento do autopoicionamento em uma escala de ideologia, os indivíduos da gestão Paulo Cunha e Jocelito se alinharam em uma posição que fica do centro para a direita. Apresentou-se uma escala para que os entrevistados se posicionassem politicamente a partir dos seguintes critérios: '1' representaria uma ideologia de extrema-esquerda e '7', de extrema direita. O instrumento de autopoicionamento associado à escala deveria captar a impressão que o entrevistado tem de suas concepções dentro de um espectro ideológico. Mesmo que a posição centro-esquerda seja muitas vezes interpretada como uma postura socialmente comprometida, mas distante de um radicalismo, nenhum membro do primeiro grupo assim se identificou. Mais de 80% dos entrevistados disseram estar da posição central à direita e 18,2% dos entrevistados (dois casos) se localizaram na posição de extrema-direita na escala.

Os indivíduos do segundo grupo se identificaram, na maior parte das vezes, com as posições mais centrais: mais de 85% ficaram nas posições de centro-esquerda à centro-direita, com uma tendência clara à direita. Aqui também se deu uma identificação com a extrema-direita em três casos. Quase 90% dos entrevistados da terceira gestão da análise se posicionaram na região à esquerda da escala, sendo que, desses, dois casos (6,9%) disseram se identificar com o ponto de extrema-esquerda.

Mesmo que esse instrumento seja questionável por dar a liberdade ao entrevistado de se colocar em posições neutras, neste trabalho esse recurso de identificação dentro do espectro ideológico demonstrou um alto grau de coerência entre as posições declaradas pelos entrevistados e os partidos ao quais cada um dos grupos esteve ligado no período analisado.

TABELA 10 - AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO

	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Posição mais à esquerda					2	6,9
↑ 2					10	34,5
3			3	13,6	14	48,3
4	3	27,3	10	45,5	1	3,4
5	4	36,4	6	27,3	2	6,9
↓ 6	2	18,2				
Posição mais à direita	2	18,2	3	13,6		
TOTAL	11	100,0	22	100,0	29	100,0

Também em forma de escala solicitou-se aos entrevistados que expressassem desde total antipatia até total simpatia para com uma lista de 16 partidos políticos escolhidos por sua importância nacional e local. O grupo que correspondia ao período de 93-96 concentrou os votos positivos no PFL e no PSDB. A maioria dos votos negativos ficou concentrada no PT, PSTU e PV. O segundo grupo também concentrou muitos votos no PSDB, porém mais de 60% dos entrevistados declararam ser simpáticos ou totalmente simpáticos ao PMDB. Novamente o PT e o PSTU, juntamente com o PHS, concentraram a maior rejeição por parte dos entrevistados. No terceiro grupo, os partidos mais rejeitados por seus membros foram o PFL, o PTB e o PP, seguidos pelo PSDB. O PRONA foi o partido mais rejeitado: na média, 89% dos membros do Executivo de todo o período da análise disseram ter antipatia ou total antipatia por esse partido.

Para auxiliar na compreensão do posicionamento ideológico e na análise da distinção de cada um dos grupos do setor político-administrativo, foi realizado ainda um levantamento dos partidos a que estavam filiados os entrevistados. No momento da entrevista – primeiro semestre de 2005 – mais da metade dos

entrevistados do primeiro grupo disse estar filiada a um partido político. A maioria deles tinha aderido ao PSDB e ao PDT, o que revelou uma certa coerência às considerações feitas a esses partidos na escala de simpatia/antipatia. Do segundo grupo, dos 21 entrevistados naquele período, 13 disseram estar filiados. Quase 70% dessas filiações estavam concentradas no PMDB, PSB e PTB. O percentual também condiz com as afinidades declaradas pelos entrevistados a esses partidos. No momento da aplicação dos questionários, o terceiro grupo ainda estava no poder e apenas 20,7% dos entrevistados disseram não pertencer a nenhum partido político naquele momento. Dos filiados, mais da metade estava no PT e mais de um quarto, no PMDB – o que revelou também um grau de coerência com a escala de afinidade partidária e, à princípio, às propostas defendidas por essas instituições em períodos mais recentes.

3.4 FUNDAMENTOS DA COERÊNCIA NA DISTINÇÃO DAS GESTÕES

Conhecer com mais profundidade os elementos que os caracterizavam e perceber as diferenças entre os três grupos que estiveram em posições centrais do Poder Executivo municipal a partir do ano de 1993 foram as questões que nortearam a construção das biografias coletivas neste capítulo. Através de uma discussão que levantou informações a respeito da origem dos indivíduos que compuseram essa parte da elite política local, da carreira por eles traçada e algumas das suas impressões e posicionamentos diante do regime político, esta análise captou um movimento bem definido que aproximou e afastou cada um desses grupos sob perspectivas diferentes.

Primeiramente, no que se refere à origem socioeconômica, um certo afastamento do grupo comandado pelo prefeito Jocelito Canto em relação aos outros dois. Depois, quanto à carreira pública dos membros dessa elite, um quadro que desloca o perfil do grupo associado ao Partido dos Trabalhadores para perto do perfil dos membros da segunda gestão. E, em um movimento final, sob a perspectiva dos valores, uma posição que aproxima muito o grupo de Paulo Cunha do de Jocelito Canto e recoloca a gestão Péricles em uma posição mais afastada.

A preponderância de determinados elementos que se referem à cor, ao sexo e à religião da elite é muito acentuada. Há, inclusive, nesta caracterização, uma referência às correntes clássicas dos estudos sobre elites políticas que vêem neste objeto uma reprodução do que ocorre em outras esferas da sociedade. Putnam (1976) – que propõe que o estudo das elites deve se desenvolver a partir da idéia de estratificação política ao lado da estratificação em outros setores – é um dos autores contemporâneos que continua defendendo que uma determinada estrutura política pode ser mais ou menos democrática, mais ou menos representativa dos interesses de uma parcela maior da sociedade, se considerados os tipos de elite que ela vem formando.

A análise dessa dissertação não pretendia em nenhum momento avançar por esse campo e discutir a questão da representatividade real de interesses dentro das relações políticas desses grupos. Mas, antes, demonstrar um cenário que fale um pouco desses grupos e discutir o que alguns de seus elementos marcantes podem representar. E, de fato, essa homogeneidade de caracteres adstritos só não é maior porque justamente o grupo de Jocelito Canto apresenta elementos de fragmentação em sua biografia, em especial por ser mais jovem, por ter um recrutamento menos localista e uma participação mais ampla de mulheres.

Quanto aos atributos adquiridos, há uma certa heterogeneidade, marcada pela forte intelectualização do terceiro grupo, pela ocupação dos próprios membros e de seus pais na primeira gestão e, outra vez, pela alta fragmentação no recrutamento dos indivíduos da segunda gestão, seja no que diz respeito ao processo educacional, seja quanto às atividades profissionais.

Esse tópico sobre o nível de escolaridade e a ocupação da elite, pode ser interpretado de duas formas. A primeira delas, sob essa perspectiva da base social e econômica da elite, o que nos leva a perceber que o primeiro e o terceiro grupos apresentam muitos pontos de contato; a segunda, refere-se à natureza do processo de socialização e treinamento dos membros desses grupos, que revela pontos específicos em cada um deles e, de certo modo, uma aproximação. O recorte

temporal permitiu mostrar que algumas instituições (como as entidades de ensino superior) são relevantes para todos os grupos e outras o são apenas em momentos específicos. Não é possível falar em homogeneidade de treinamento, nem de valores; fala-se apenas em pontos de convergência e afastamento.

Nos elementos que caracterizam a perspectiva da carreira pública, foram detectadas variações relevantes em cada um dos momentos desse setor da elite. O primeiro grupo demonstrou estar mais acostumado com a esfera política em razão do tempo em que seus membros transitam por ela. O segundo grupo parece se afastar desse perfil, pois seus membros demonstraram ter uma curta carreira na política e pouca experiência partidária, em especial. Já a terceira gestão, apesar de uma carreira política pouco extensa, é a que revelou maior identificação partidária.

Neste ponto, é interessante também comentar algo que se destaca no perfil da biografia do primeiro grupo. Os secretários de Paulo Cunha tinham a maior média de idade e também acumulavam experiência na trajetória política. A sobrevivência desse grupo por tanto tempo (antes, quando estava, de alguma forma, relacionado àquela seqüência de gestões descrita no capítulo histórico; atualmente, quando parte desses secretários está no Executivo municipal na gestão do prefeito Pedro Wosgrau, do qual Paulo Cunha já havia sido secretário em 1989) pode ser explicada justamente pelo grau de maturidade dessa elite em decorrência do extenso processo de treinamento. A breve experiência política de um grupo político fragmentado pode justificar, ao menos em parte, as grandes dificuldades que há em se manter um secretariado coeso – no caso da gestão Jocelito –, e no processo de aprovação das demandas políticas e articulação com os mecanismos de divulgação do trabalho realizado – no caso da gestão Péricles.

Mesmo caracterizada como uma administração popular e associada a essa instabilidade política, a gestão Jocelito partilha muito dos valores da gestão Paulo Cunha, esta última muito relacionada a uma parcela mais conservadora e tradicional da sociedade ponta-grossense e representativa de um grupo que, inclusive, articulou

a saída do prefeito e de sua equipe à época em que Jocelito estava no Executivo. E aí está o movimento definitivo que aproxima esses grupos.

Fica evidente nessa perspectiva que a gestão de Jocelito e a gestão Paulo Cunha eram formadas por indivíduos mais inclinados a aceitar a supressão da ordem democrática para proteger interesses que lhes interessam. O terceiro grupo, além de apresentar uma adesão mais forte à democracia, também a concebe em uma forma mais participativa e, em partes, mais igualitária.

Ao olhar para esse último quadro que encerra a construção das biografias desses grupos nesta análise, surge a questão de como interpretar esse movimento que aproximou o perfil do grupo de Paulo Cunha justamente essa segunda gestão, com um perfil original que a diferenciava do primeiro grupo e que se distinguiu pela fragmentação, no decorrer de toda a apresentação dos dados. Há, sem dúvidas, elementos no processo de treinamento, na formação da carreira pública desses indivíduos que não foram captados.

Se o tipo de formação educacional e o modelo de carreira pública traçada pela gestão do PT apontam para algumas explicações sobre o grau de coesão desse grupo, seus valores e, de certo modo, o tipo de articulação política desenvolvida por esse grupo, as mesmas informações levantadas por essa segunda perspectiva do trabalho parecem não ter sido suficientes para avançar em um caminho que explicaria alguns dos posicionamentos dos membros da segunda gestão. É provável que, para tanto, seja necessário um outro trabalho que explore com mais profundidade a carreira de seus membros, principalmente, o papel de algumas instituições que foram relevantes (como a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Associação Comercial e Industrial), para os membros da primeira e da segunda gestões e, ainda, uma análise das relações pessoais – políticas ou não – desses indivíduos, para buscar outras possíveis afinidades que justifiquem essa aproximação.

Além dessas duas observações sobre a fragmentação que caracteriza o perfil da segunda gestão e sobre essa sua aproximação com a biografia do primeiro grupo, sob a perspectiva dos valores compartilhados por seus membros, há ainda

dois outros comentários que devem ser feitos. O primeiro deles diz respeito à forte coerência em relação aos valores e à origem socioeconômica do primeiro grupo; o segundo, refere-se à validade do instrumento do autoposicionamento ideológico, que foi verificada a partir das relações estabelecidas entre os valores identificados na terceira perspectiva e em outros momentos da análise, que confirmaram, em certa medida, a idéia de que o município teve, nesses doze anos, três governos com perfis bem distintos.

A análise complementar desenvolvida no capítulo seguinte também está focada em conhecer os limites do setor legislativo da elite política de Ponta Grossa nesses doze anos, perceber as transformações no perfil de cada legislatura e a partir dos dados referentes às biografias coletivas desses dois setores, nas considerações finais da dissertação, discutir as semelhanças e diferenças entre eles, sob as três perspectivas que orientam esse trabalho.

4 HOMOGENEIDADE E BAIXA CIRCULAÇÃO NO SETOR LEGISLATIVO DA ELITE POLÍTICA MUNICIPAL

A biografia coletiva do setor legislativo relativa ao período compreendido entre 1993 e 2004, mesmo período considerado no caso do setor político administrativo, complementa a análise da elite política proposta por essa pesquisa. A discussão sobre as características subjetivas da dinâmica política de um município do interior paranaense, ou seja, a partir dos perfis dos indivíduos que compuseram os grupos de cada um dos setores, analisa a renovação no interior da Câmara Municipal de Ponta Grossa e desperta para a discussão sobre as diferenças entre os processos de composição das elites em cada setor.

Consideramos importante fazer essa discussão em função da relevância desse setor, que tem um processo de formação diferenciado em relação ao do Executivo. Além de todos os filtros característicos de cada uma das etapas do recrutamento político, os membros desse setor vivenciam diretamente as regras construídas para o jogo eleitoral e estão expostos à decisão popular. Assim, pensar a formação desses grupos e conhecer suas características é captar o perfil social e político desenhado a partir desse processo decisório que é pré-construído no interior dos partidos políticos, de outras instituições sociais influentes e pelos próprios candidatos. Processo esse que, em última análise, contém elementos do desejo dos eleitores, ainda que o próprio processo de formação desse desejo apresente uma série de questões que também possam ser problematizadas.

A partir dos critérios expostos no capítulo de introdução deste trabalho, foram selecionados 39 vereadores da 12.^a à 14.^a legislaturas para a realização das entrevistas que forneceram o material para a composição das biografias da elite desse setor. O universo foi representado por 21 indivíduos da primeira legislatura, dos quais 17 foram entrevistados. O segundo grupo também era composto por 21 membros, dos quais 14 eram novos e destes, 12 foram entrevistados. A terceira

legislatura reuniu um grupo de 24²² vereadores e 9 dos 10 vereadores que não ocuparam cadeira em nenhuma das legislaturas anteriores foram entrevistados.

O índice de renovação quantitativa do segundo grupo é de 66% e do terceiro grupo é de 54,16%, se considerarmos apenas a formação da legislatura do período de 1997 a 2000. Se a participação na primeira legislatura for incluída no referencial para renovação da elite, ou seja, se forem considerados apenas aqueles membros que não estiveram presentes em nenhum momento do período analisado, esse índice cai para 45,83%.

A partir do quadro de renovação sob o aspecto quantitativo, a análise do setor legislativo apresenta, grupo a grupo, as características fundamentais dos indivíduos dessas elites, segundo as três perspectivas que vêm norteando este trabalho. A origem socioeconômica, a carreira política e os valores fornecerão suporte para a formação de um quadro comparativo desses três momentos da política local, que tem como objetivo fazer conhecer um pouco do processo de renovação não apenas no sentido numérico, mas no que diz respeito às propriedades desses grupos.

Nesse sentido, esta pesquisa considera que há uma circulação real dentro do setor quando a alteração de indivíduos origina novos contornos à elite que está no poder. As transições que não agregaram novos elementos ao perfil dessas elites serão aqui tratadas como meros processos de renovação. Estes conceitos estão em certa medida inspirados na proposta de Alcázar (2002, p.335), que não adota o primeiro termo no sentido paretiano, como o faz essa pesquisa. Ele propõe ainda o conceito de permanência para aqueles que se mantêm nos mesmos postos durante o período de análise e o conceito de trânsito para as pessoas que mudam de setor da elite. Estes dois últimos termos não serão amplamente utilizados neste trabalho

²²A terceira legislatura analisada tem três membros a mais do que as anteriores em razão da ocupação de uma das cadeiras da Casa por Adroaldo Correia de Araújo, suplente de Geraldo Woyciechowski, que faleceu no dia 02 de outubro de 2002. Alina de Almeida César também sai da suplência para ocupar a vaga da vereadora Selma Schons, que deixou a Câmara para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Com a renúncia do vereador Gualter Maurício Andrade, em outubro de 2003, foi aberta a terceira vaga daquela legislatura que passou a ser ocupada por Marcos César Zampieri.

porque seriam mais bem visualizados em grupos maiores e em pesquisas que contemplam um período analítico mais extenso.

Ao olhar, então, para os três grupos abrangidos por esta análise, a partir da aplicação das três perspectivas de análise já utilizadas para o setor político-administrativo, chega-se à seguinte caracterização da dinâmica de composição deste setor da política do município de Ponta Grossa: grupos com perfis muito semelhantes, apontando para a formação de uma elite muito homogênea, marcada por processos de baixa circulação e uma tendência à estabilização de certos núcleos.

4.1 BASES SOCIOECONÔMICAS: PRIMEIRO PONTO DE CONVERGÊNCIA

A homogeneidade dos três grupos inicia no recrutamento socioeconômico dos indivíduos que compuseram este setor. A análise dos caracteres adstritos dos vereadores de cada grupo, em comparação com a análise da elite ampliada, revela muita proximidade entre eles²³. A média de idade no momento de entrada na elite, a predominância da cor branca e do sexo masculino ocupando mais de 85% das cadeiras nas três legislaturas e o elevado índice de localismo no recrutamento desses membros no estado do Paraná são os elementos iniciais dessa aproximação.

Detalhadamente, é possível observar algumas características que distinguem levemente cada um desses períodos. Na distribuição por faixa etária, primeira e terceira legislaturas se afastam um pouco da segunda, pois enquanto esta absorve um número maior de indivíduos com média de idade entre 22 e 30 anos, aquelas têm uma base maior de indivíduos com mais de 55 anos. Esse tipo de dado se torna

²³ Assim como ocorreu a apresentação dos dados da elite político-administrativa, neste capítulo nas tabelas os dados estão dispostos conforme o ano de início de cada uma das legislaturas. Em alguns momentos da apresentação dos resultados desse capítulo, estão dispostos os valores referentes ao que Love chamou de elite ampliada. Em algumas análises que fez sobre as elites políticas de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, desde a Proclamação da República até o Estado Novo, o pesquisador brasialinista optou por apresentar os resultados totais do universo de pesquisa. Essa forma de demonstração das análises faz sentido em alguns momentos, especialmente para comprovar o grau de homogeneidade dos grupos do setor legislativo (LOVE apud HEINZ, 2006, p. 77-97).

mais relevante se for considerado que o número de indivíduos na faixa etária entre 31 e 40 anos cai um pouco na terceira legislatura – o que indica a possibilidade de não ter havido apenas uma continuidade de um grupo de indivíduos que estavam na legislatura anterior, mas também alteração no recrutamento dentro de outras faixas etárias.

TABELA 11 - PERFIL SOCIAL

PERFIL	1993	1997	2001	AMPLIADA
N. total	17	19	22	39
Idade média no momento de entrada na elite (anos)	43,35	40,58	44,82	42,18
Desvio padrão	7,913	8,455	9,231	9,142
Por faixa etária (%)				
Até 21 anos				
22 a 30 anos	5,9	10,5	4,5	7,7
31 a 40 anos	35,3	36,8	31,8	38,5
41 a 54 anos	47,1	47,4	50,0	41,0
Mais de 55 anos	11,8	5,3	13,6	12,8
Nasceu em Ponta Grossa (%)	58,8	57,9	45,5	53,8
Nasceu no Paraná (%)	88,2	84,2	81,8	84,
Sexo				
Homens (%)	88,2	89,5	86,4	87,2
Mulheres (%)	11,8	10,5	13,6	12,8
Homens (N.º)	15	17	19	34
Mulheres(N.º)	2	2	3	5
Religião (%)				
Católica romana	82,4	78,9	81,8	79,5
Religiões evangélicas	5,9	10,5	13,6	10,3
Espírita		5,3	4,5	5,1
Sem religião				
Outras	11,8	5,3		5,1
Não respondeu				
Cor/raça (%)				
Branca	88,2	94,7	90,9	92,3
Preta			4,5	2,6
Parda	11,8	5,3	4,5	5,1
Amarela				
Indígena				

Essa constatação exemplificaria a utilização do termo circulação no entendimento da dinâmica de composição de uma elite. Entretanto, o cruzamento entre idade por faixa etária e período em que já haviam pertencido, os membros dessa terceira legislatura revelam que apenas dois dos membros que ficaram nesta

última faixa de idade não tinham estado em nenhum dos outros dois momentos analisados. Ou seja, a variação não é grande e, portanto, a possibilidade de falar em efetiva circulação fica reduzida.

A base política está predominante concentrada no estado do Paraná. Apesar de se tratar de grupos do setor legislativo municipal – ou seja, de cargos que geralmente estão no início da carreira política –, as bases geográficas da variável ‘cidade de nascimento’ são relativamente amplas. Em média 46,2% dos vereadores entrevistados não nasceram no município.

Embora a variável sexo tenha também uma pequena variação neste mesmo período, é interessante lembrar que o número de cadeiras ocupado por mulheres foi sempre o mesmo para as três legislaturas, já que a terceira vereadora a ocupar um cargo na Câmara Municipal era suplente de outra vereadora. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005) mostrou que, no ano 2000, dos 273.616 habitantes da cidade de Ponta Grossa, 51,32% eram mulheres.

Quanto à religião, uma leve ascendência na participação de membros das igrejas evangélicas acompanhou a realidade social e praticamente triplicou a representatividade desse segmento da primeira para a terceira legislatura analisada. Ainda que na primeira legislatura se encontre um maior número de pessoas que se identificaram como pardos (11,8%), é na terceira que aparece o primeiro indivíduo a se identificar como de cor preta. A coleta de dados não possibilitou esta especificidade, mas a questão étnica seria uma outra possibilidade para a exploração da questão da representatividade social, pesquisando talvez a representatividade dos russos-alemães e dos poloneses, em razão do grande fluxo imigratório desses povos para a região dos Campos Gerais.

Enquanto a análise dos caracteres adstritos dos membros do setor legislativo mostrou que não aconteceu uma circulação efetiva de indivíduos – isto porque a renovação observada não trouxe relevantes alterações de perfil – a análise dos atributos adquiridos aponta para a possibilidade de ocorrer o que Keller (1971, p.161) chamou de ‘coincidência empírica de mais uma categoria de características’. Isto

porque, no que diz respeito às propriedades que não estão coladas a esses indivíduos, mas que são desenvolvidas à medida que estes se inserem socialmente, há tantas semelhanças quanto as que estão vinculadas desde o nascimento e já foram demonstradas pela análise.

A primeira informação sobre a escolaridade dos entrevistados revela que há uma redução no número de vereadores com baixa escolaridade e uma concentração maior daqueles com média escolaridade. A distinção entre os que têm alto nível de escolaridade, a qual parece afastar o primeiro grupo do terceiro, deve ser especificada. Há, realmente, uma variação no percentual desta variável, mas é importante destacar que há aqui uma segmentação significativa: apesar de o índice ser maior para o primeiro grupo, o percentual de indivíduos pós-graduados dentre os que têm alto grau de escolaridade aumenta no segundo grupo e é ainda maior no terceiro.

A análise da variável escolaridade não revelou a existência de um abismo entre os perfis desses grupos. Ao contrário, essa pequena diferenciação aponta novamente para o que os teóricos clássicos das elites chamavam a atenção: não é apenas a elite que interfere na sociedade mas, antes disso, é a própria elite um reflexo dessa sociedade, em certos momentos. Muitas vezes, é em função dos novos contornos da sociedade que se estabelece a demanda por transformações na elite. No caso deste tópico da análise, os resultados não podem nos fazer pensar que novos sujeitos estão aparecendo a cada legislatura e, sim, que alguns vereadores estão adaptando-se às transformações sociais (e mesmo do mercado de trabalho) e continuam a fazer parte da elite.

TABELA 12 - ESCOLARIDADE POR NÍVEIS

ESCOLARIDADE	1993		1997		2001		AMPLIADA	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alta escolaridade	12	70,6	12	63,2	13	59,1	24	61,5
Média escolaridade	3	17,6	6	31,6	8	36,4	12	30,8
Baixa escolaridade	2	11,8	1	5,3	1	4,5	3	7,7
TOTAL	17	100,0	19	100,0	22	100,0	39	100,0

Essa variável revelou que a elite do setor legislativo é altamente escolarizada, da mesma forma como outros trabalhos que avaliam o nível educacional das elites políticas têm constatado esse tipo de resultado. Exemplos nesse sentido são o reduto de médicos e bacharéis em Direito percebidos por Love (1982) em São Paulo e, com um perfil bem semelhante a este, as elites analisadas no trabalho de Fleischer (1979) e, ainda, os profissionais formados pela faculdade de Direito de Coimbra que compuseram a elite imperial, objeto da análise de Carvalho (2003).

Uma analogia ao grau de escolaridade dos pais dos indivíduos que compuseram esses três grupos do setor legislativo demonstra que, no que diz respeito à mobilidade social, houve um deslocamento na formação desses grupos: enquanto 61,5% dos indivíduos da elite disseram ter alta escolaridade no momento de entrada na elite, 15,4% dos pais e 2,6% das mães desses membros, em média, tinham o mesmo grau de escolaridade.

A caracterização desses grupos é fortemente marcada pela formação acadêmica de seus membros. As ciências sociais aplicadas (especialmente Ciências Econômicas e Contábeis) e a área da saúde prevalecem também nos três momentos do recorte temporal da pesquisa. Na primeira legislatura analisada, 25% dos entrevistados disseram ter formação em uma dessas duas áreas. O mesmo acontece no segundo período, que tem mais de um terço de seus membros com formação superior em Odontologia ou em Medicina e, no terceiro grupo, em que 38,5% dos entrevistados eram formados em Administração de Empresas ou Ciências Econômicas e 30,4% em cursos da área de saúde, no momento de entrada na elite. Se o tópico de atributos adquiridos for pensado como elemento responsável pela socialização desses indivíduos, é necessário ampliar a análise dessa variável. Assim, a questão da escolaridade foi examinada a partir das instituições em que esses indivíduos se formaram e o período em que permaneceram nelas.

Da mesma forma como aconteceu na análise do setor político-administrativo, duas instituições de ensino superior foram centrais na formação dos indivíduos do setor legislativo. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade

Federal do Paraná (UFPR) foram responsáveis pela educação de mais de 60% dos vereadores. A UFPR tem um papel bem menor na última legislatura, mas é responsável por 25% da formação nos outros períodos.

Observados os anos de início dos cursos superiores dos entrevistados, mais de 65% dos membros da primeira legislatura que ingressaram na UEPG o fizeram entre 1972 e 1978 e os que estudaram na UFPR começaram o curso na primeira metade dos anos 70. Há também entre os membros da segunda legislatura uma grande concentração neste mesmo período: mais de 70% dos vereadores iniciaram o curso superior na UEPG nos anos 70 e nos primeiros anos de 1980 e 66,6% ingressaram na UFPR entre 1971 e 1973. Esses percentuais aproximam-se muito aos da terceira legislatura: a primeira metade dos anos 70 e o início dos anos 80 concentram, cada um deles, pouco mais de 42% dos indivíduos que estudaram na UEPG antes da entrada no grupo. Assim como Love (1982), que seleciona variáveis como idade e base geográfica para discutir a questão das gerações de políticos, este trabalho entende a análise do período do ingresso nas instituições de ensino superior como um fator que complementa a discussão sobre treinamento e coesão social da elite.

Da mesma forma, concebe Carvalho (2003, p.65-66) que entende a educação superior como um importante instrumento no processo de aproximação não apenas geográfica, mas também temática dos grupos que formam a elite. Nesse sentido, é possível afirmar que as instituições de ensino superior citadas pelos entrevistados foram importantes instrumentos da socialização dessa elite, especialmente porque concentrou grande parte nos anos 70 e início dos anos 80, na instituição de ensino superior estadual.

A ocupação é a última variável levantada para o estudo dos caracteres socioeconômicos adquiridos pelas elites em estudo e tem como enfoque complementar a análise sobre a educação formal dos membros da elite a partir da releitura proposta por Putnam (1976, p.26-28), que vê nas oportunidades sociais uma acumulação – ou, como chama o autor, uma aglutinação – de credenciais para a entrada na esfera política.

TABELA 13 - OCUPAÇÃO/ATIVIDADE PROFISSIONAL (VARIÁVEL AGREGADA)

OCUPAÇÃO/ ATIVIDADE	1993		1997		2001		AMPLIADA	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Proprietários ⁽¹⁾	4	23,5	3	15,8	6	27,3	9	23,1
Profissionais liberais	6	35,3	6	31,6	5	22,7	10	25,6
Funcionários públicos			2	10,5	1	4,5	3	7,7
Políticos								
Professores	2	11,8	1	5,3	2	9,1	4	10,3
Trabalhadores			2	10,5	2	9,1	3	7,7
Outras	5	29,4	4	21,1	5	22,7	9	23,1
Não exerceu nenhuma atividade			1	5,3	1	4,5	1	2,6
TOTAL	17	100,0	19	100,0	22	100,0	39	100,0

(1) Na análise, o número de indivíduos que disseram ser proprietários urbanos e rurais é maior do que o demonstrado na tabela, em razão de que na categoria "Outras" estão presentes respostas híbridas, ou seja, aqueles que disseram exercer mais de uma atividade como fonte principal de renda. Esse tipo de resultado é também observado em Love (1982) que descobriu que os membros da elite, em geral, tinham ao menos outras duas ocupações além das atividades que exerciam na esfera política.

A pesquisa de Rodrigues (2002) apontou que os membros da Câmara dos Deputados nos anos 90 foram recrutados em um leque limitado de atividades profissionais. O mesmo foi constatado neste trabalho sobre ocupação dos membros do legislativo municipal. Mais de 35% dos entrevistados do primeiro e do terceiro grupo disseram ter como ocupação principal a propriedade de estabelecimentos urbanos e rurais. E assim como aconteceu na análise do setor político-administrativo, os profissionais liberais têm ampla participação nos três momentos. Isso se deve, em parte, ao elevado número de profissionais ligados à medicina e à odontologia. Há, no primeiro grupo, uma representação de professores de 11,8% e o mesmo percentual de profissionais ligados à comunicação. O segundo grupo é o que tem maior número de funcionários públicos e trabalhadores, ambos com dois casos declarados. As duas últimas legislaturas tiveram um registro, cada uma, de indivíduos que disseram não ter exercido nenhuma outra atividade durante o exercício do cargo.

Não há como propor uma relação de determinação entre esse antecedente da elite e os valores que revestem seus posicionamentos e as políticas por ela estabelecidas. Entretanto, há duas hipóteses formuladas por Putnam (1976, p. 41-43) que devem ser consideradas. A primeira delas diz ser muito provável que a elite esteja inclinada a favorecer os interesses dos grupos sociais a que ela pertence; a segunda

hipótese avança e sugere que cada grupo político tende a reproduzir as perspectivas políticas desses grupos.

A identificação das atividades profissionais dos pais dos membros do legislativo é essencial, porque oferece mais elementos para que se possa compreender o posicionamento social dessa elite a partir da qualificação de sua origem familiar. A análise mostrou que o registro das ocupações exercidas por mais tempo pelos pais dos membros dessa elite é bem menos fragmentado. As mães, da mesma forma como demonstrou a análise do setor político-administrativo, na maioria dos casos, não exerceram nenhuma ocupação profissional. Um pouco diferente é o perfil da segunda legislatura analisada, em que pouco mais de um quinto das mães era proprietária urbana ou rural e 10,5% delas eram funcionárias públicas. Quanto aos pais dos membros desses grupos, a incidência de proprietários também é elevada, de 64,1% para a elite ampliada. Há um registro de 18,2% de trabalhadores entre os pais da terceira legislatura e de 10,5 entre os da segunda. Na primeira legislatura, 11,8% disseram que seus pais eram profissionais liberais.

4.2 FRACA INSTITUCIONALIZAÇÃO NA TRAJETÓRIA PÚBLICA

A análise da carreira pública dos indivíduos que compuseram os grupos do setor legislativo selecionados por essa pesquisa revelou três características principais. A primeira delas diz respeito ao elevado grau de homogeneização de suas carreiras; a segunda, à baixa institucionalização dessas carreiras e a terceira, ao contrário do que demonstrou a análise do Executivo, certa dificuldade para estabelecer uma correspondência entre partidos políticos e os resultados do autoposicionamento ideológico.

Como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, o recrutamento político é concebido como um processo bem mais amplo que não pode ser limitado pela análise dos caracteres de uma elite. Entretanto, as etapas desse processo podem ser estudadas isoladamente a fim de apurar alguns aspectos relevantes do recrutamento a que ela foi submetida. Com esse objetivo, o presente tópico que

discute a trajetória pública do setor legislativo está subdividido, assim como na análise do Executivo, em caracterização da carreira pública, dimensão partidária de suas carreiras e outras vias de treinamento pelas quais passaram os membros da elite.

As carreiras públicas traçadas pelos membros das legislaturas que começam no ano de 1993 e encerram em 2004 apresentam muitas regularidades. A primeira delas se refere à idade que tinham ao iniciar a carreira pública, a qual ficou em torno de 38 anos, no caso dos três grupos. Outra diz respeito ao tipo de carreira que esses indivíduos construíram. Mais de 85% não tinham a atividade política como única ocupação durante o exercício do mandato e nem mesmo vieram de famílias já acostumadas à política. Somente o terceiro grupo apresentou um percentual de pessoas que disseram não ter exercido nenhuma ocupação profissional durante o exercício do cargo, o que se explica citando o caso de um vereador então aposentado e o de uma dona-de-casa. Os membros da segunda legislatura analisada têm o maior registro de experiência política dos pais: 31,6% disseram que os pais exerceram alguma atividade regular nesta esfera.

Em média, a maior parte dos membros dos três grupos não havia ocupado nenhum cargo público antes da entrada nessa elite. De 1997 a 2001, esses índices se elevam, provavelmente, em razão da própria experiência acumulada por aqueles que permanecem nas cadeiras da Câmara Municipal. Em número de cargos, a carreira política neste setor também é curta: nenhum dos membros disse ter ocupado mais de dois cargos até o período da análise e, em anos, a tendência se repete e os dois últimos grupos têm carreiras um pouco mais extensas. No entanto, em relação ao que foi mostrado no capítulo sobre a análise do setor político-administrativo, as carreiras daqueles que compõem o setor legislativo são consideravelmente menores. É impossível desconsiderar que os cargos da esfera legislativa municipal estão, em geral, entre os mais comuns no início de uma carreira política, mas se esse dado for colocado ao lado da média de entrada no momento de entrada na elite, fica claro que o treinamento em instituições públicas é menos relevante no processo de composição do setor legislativo do que talvez sejam as experiências pessoais

acumuladas pelo treinamento em outros tipos de instituições. O trabalho de Carvalho (2003, p. 125) mostra também como a influência em outros setores da sociedade e até mesmo os laços pessoais e familiares são muito relevantes para alguns tipos de trajetórias públicas, especialmente em estruturas políticas menos complexas.

O grau de localismo no recrutamento geográfico desses três grupos é unânime: todos eles iniciaram suas trajetórias públicas no município de Ponta Grossa. Não há, segundo as respostas dos entrevistados, nenhum registro que não confirme isso

TABELA 14 - TIPOS DE CARREIRA

TIPOS DE CARREIRA	1993				1997				2001			
	1.º cargo		2.º cargo		1.º cargo		2.º cargo		1.º cargo		2.º cargo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Prefeito												
Secretário municipal					1	12,5			1	11,1		
Diretor de agência estatal					1	12,5			2	22,2	1	33,3
Servidor público concursado	1	16,7			1	12,5	1	50,0	1	11,1		
Diretor ou assistente departamento estatal												
Vereador	5	83,3	4	100,0	5	62,5	1	50,0	5	55,6	2	66,7
Deputado federal												
Total válido	6	35,3			8	42,1	2	10,5	9	40,9	3	13,6
Missing	11	64,7	13	76,5	11	57,9	17	89,5	13	59,1	19	86,4
TOTAL	17	100,0	17	100,0	19	100,0	19	100,0	22	100,0	22	100,0

Entre os registros daqueles que ocuparam algum cargo público antes da formação das elites em estudo, a maior incidência deu-se sobre os cargos de vereança, especialmente no caso dos membros da primeira legislatura em que 83,3% dos entrevistados disseram ter iniciado suas atividades políticas na Câmara Municipal. Há um pouco de dispersão no caso dos dois últimos grupos em que 25% e 33,3% dos entrevistados, respectivamente, disseram ter ocupado algum cargo de confiança anteriormente.

No que diz respeito à trajetória política dos membros dessa elite, confirma-se a tendência à homogeneização já apontada por outros elementos da análise. Como esse ponto trata essencialmente de experiência acumulada, a pequena evolução indicada no decorrer das legislaturas refere-se, na maioria das vezes, ao acúmulo de

cargos dentro do período analisado, ou seja, reforça a idéia do baixo índice de circulação no interior das elites do setor legislativo. A exemplo da discussão proposta por Putnam (1976, p.46-49), a permeabilidade dessa elite é alta: não tem sido exigido, para que se ingresse nela, muita experiência em cargos públicos. A média de idade é baixa, a dedicação profissional às atividades políticas não é uma característica dominante e os vereadores, em sua maioria, não vieram de famílias acostumadas à política.

A dimensão partidária na trajetória pública desses grupos, próximo ponto da análise, sugere a questão da utilização de 'trampolins' para ascensão na esfera política. A análise dessa dimensão é importante justamente pelo papel especial desenvolvido pelos partidos políticos na composição de elites, especialmente do setor legislativo.

A aplicação do questionário revelou que mais da metade dos entrevistados passou por apenas um partido político até o momento em que foram eleitos. O registro de experiência partidária é, assim como na extensão da carreira, um pouco maior para os membros do terceiro grupo em que 31,8% disseram ter participado de três ou quatro partidos políticos, até o momento de entrada na elite. O mesmo ocorre quanto ao número de partidos no período em que já pertenciam à elite: há um percentual maior de vereadores que pertenceu a dois ou mais partidos durante a segunda legislatura e ainda maior na terceira. Em termos de mobilidade partidária, isso pode ser relevante. Entretanto, no que diz respeito à caracterização de suas trajetórias públicas quanto à experiência partidária, é preciso haver relativização justamente em razão de parte dos membros de cada grupo ser uma reprodução do anterior.

A ocupação de um cargo de direção partidária municipal ou mesmo a liderança do partido dentro da Câmara é outra característica bastante equilibrada nos três grupos. Já no que diz respeito a cargos de direção partidária estadual, ou estes nunca fizeram parte das trajetórias de nenhum dos entrevistados até o momento de chegada à elite, ou quase nunca fizeram parte, em torno de 5%, durante o período que compuseram essas elites. Neste momento, a ocupação de

cargos de direção partidária municipal tem mais registros, especialmente no caso das duas últimas legislaturas analisadas, em que 42,1% e 50% dos seus membros, respectivamente, disseram ocupar algum cargo na Executiva municipal do partido durante o exercício do mandato.

Esse tipo de resultado pode levar a duas análises: ou a proeminência do cargo de vereador em um município simplesmente aumentaria o espaço dos indivíduos no interior dos partidos políticos e/ou esses indivíduos estariam cada vez mais em busca de uma efetiva atuação na esfera política, ampliando suas possibilidades de ascensão em outros cargos. Esta última hipótese foi avaliada por Fleischer (s/d, p. 96-99) que observou o papel dos cargos legislativos como 'trampolins intermediários' para as esferas mais elevadas da política em Minas Gerais, de 1946 até o final dos anos 70.

TABELA 15 - DIREÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO QUE ESTEVE NA ELITE

DIREÇÃO PARTIDÁRIA	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Presidente	4	23,5	6	31,6	9	40,9
1.º Vice-presidente	2	11,8	2	10,5		
Secretário geral					2	9,1
Líder do Partido na Câmara Municipal	2	11,8	8	42,1	7	31,8
Não ocupou nenhum desses cargos	9	52,9	3	15,8	4	18,2
TOTAL	17	100,0	19	100,0	22	100,0

Das vagas da primeira legislatura da análise, 35,3% foram ocupadas por vereadores do PMDB e 47,2% delas foram divididas na mesma proporção pelo PDT PFL, PL e PSDB. O PSDB é também o partido que ficou com o maior número de cadeiras na segunda legislatura, 21,1% e o PFL, com 15,8%. Neste período, PL e PMDB ficaram os dois com 10,5% das vagas. No terceiro período, PFL, PL, PPS e PT dividem proporcionalmente 54,4% das cadeiras da Câmara Municipal.

A terceira perspectiva de caracterização da vida pública dos membros do setor legislativo, o treinamento por outras instituições de natureza não-política, revela-se como mais um fator da homogeneização desses grupos. A constatação feita a respeito da tímida inserção dos membros desse setor da elite em instituições

políticas não é muito diferente, se comparada aos resultados já apresentados neste tópico. De modo geral, é também muito baixo o índice de participação desse setor na maioria dos tipos de instituições apresentados pelo questionário – o que nos leva a entender que é fraca a dimensão institucional do treinamento, das trajetórias públicas dos membros da elite nesse setor.

Clubes sociais, clubes de serviço e maçonaria foram citados pelos membros dos três períodos, sendo que a incidência de vereadores que disseram ter ocupado algum cargo de direção nessas instituições foi maior entre o terceiro grupo (63,6%). Neste caso, teve destaque o Clube América, citado em todos os períodos, especificamente no último, quatro vezes. Instituições de ensino superior e veículos de comunicação não foram expressivamente citados.

O treinamento em instituições religiosas parece não ter marcado a carreira de nenhum dos grupos. O segundo grupo foi o que teve o maior percentual de pessoas que ocuparam algum cargo de direção antes da entrada na elite: 36,8%. De modo geral, entre aqueles que ocuparam cargos em instituições dessa natureza, a maioria o fez em instituições mantidas pela Igreja Católica. Ainda que os dados tenham revelado uma ampliação das igrejas evangélicas no terceiro período (4,5%), a participação é quatro vezes menor do que em instituições ligadas à igreja católica, que foi de 18%.

O percentual de participação em entidades patronais não chega a 10% em nenhum dos períodos e em entidades de trabalhadores não passa de 20%. Essa baixa incidência no segundo e terceiro grupos está relacionada ao fato de muitas pessoas participarem de sindicatos locais e de alguns conselhos de classe profissional.

A participação na direção de movimentos sociais foi de 11,8% no caso do primeiro grupo e em torno de 31,8%, nos dois últimos. A evolução é a mesma no que diz respeito ao tipo de movimento social: apenas um entrevistado da primeira legislatura disse ter sido presidente de uma associação de bairro; na legislatura seguinte, há quatro casos. Outras entidades citadas foram o Movimento Negro, Movimento em Defesa da Mulher, Central dos Movimentos Populares e Associação dos Mutuários de Ponta Grossa e região.

4.3 FRÁGIL ADESÃO À ORDEM DEMOCRÁTICA

A tentativa de captar os valores do setor legislativo segue a mesma orientação proposta pela análise central deste trabalho e foca a percepção dos entrevistados sobre o regime democrático e o posicionamento que têm diante de políticas específicas. Esta opção, fundada na separação que Dahl (1997) faz entre forma objetiva e subjetiva de análise do conjunto de crenças dos governantes, ressaltou novamente que se estabelecem mais semelhanças do que diferenças entre os três grupos analisados.

A primeira perspectiva desse tópico buscava mensurar a adesão dos vereadores ao regime democrático. Em um primeiro momento, a democracia é vista pela maioria dos entrevistados dos três grupos como o melhor sistema de governo. Embora mais de 68% dos membros desse setor tenha aderido a essa afirmativa, esse percentual é inferior aos que foram demonstrados nas entrevistas com o Executivo. Os vereadores da terceira legislatura relativizaram essa questão: 31,8% afirmaram que somente às vezes esse é o melhor sistema de governo.

TABELA 16 - O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO É ACEITÁVEL QUANDO HOVER...

	1993				1997				2001				AMPLIADA			
	Concordo		Discordo		Concordo		Discordo		Concordo		Discordo		Concordo		Discordo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
... ameaça generalizada ao direito de propriedade privada.	11	64,7	6	35,3	9	47,4	10	52,6	12	54,5	10	45,5	20	51,3	19	48,7
... ameaça generalizada aos valores morais e religiosos de nossa sociedade.	11	64,7	6	35,3	9	47,4	10	52,6	12	54,5	10	45,5	22	56,4	17	43,6
... ameaça à ordem pública em função de crise econômica aguda.	10	58,8	7	41,2	8	42,1	11	57,9	8	36,4	14	63,6	17	43,6	22	56,4
... descontrola da corrupção.	9	52,9	8	47,1	7	36,8	12	63,2	11	50,0	11	50,0	19	48,7	20	51,3
... ameaça ao Estado pelo crime organizado.	13	76,5	4	23,5	12	63,2	7	36,8	14	63,6	8	36,4	25	64,1	14	35,9
... ameaça generalizada de quebra da hierarquia nas instituições militares.	7	41,2	10	58,8	5	26,3	14	73,7	7	31,8	15	68,2	14	35,9	25	64,1
O fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma	3	17,6	14	82,4	7	36,8	12	63,2	7	31,8	15	68,2	13	33,3	26	66,7
TOTAL	17			100,0	19			100,0	22			100,0	39			100,0

Entretanto, a grau de adesão ao regime democrático parece diminuir ainda mais quando os entrevistados se posicionam diante de algumas situações hipotéticas. Quase dois terços dos entrevistados das duas últimas legislaturas e mais de 80% da primeira legislatura discordaram da afirmação de que o fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma. Ou seja, objetivamente, a democracia é mais aceita quando a opção por tal sistema não coloca em questão valores que são caros aos entrevistados de modo particular. Esta pesquisa não está centrada em nenhum momento em uma análise psicológica da elite política do município de Ponta Grossa, mas nesta perspectiva dos valores, assim como o faz Putnam (1976, p.72-74), considera relevante olhar para as necessidades pessoais daqueles grupos de indivíduos que optaram por expor seus posicionamentos na arena pública, além dos limites da esfera privada.

As situações em que os membros da primeira legislatura mostraram-se mais inclinados a ceder espaço para a instalação de um sistema autoritário foram aquelas em que existe ameaça à propriedade privada, aos valores morais e religiosos e ameaça ao Estado pelo crime organizado. Essas situações são também as que mais mobilizam os membros das demais legislaturas analisadas. Metade dos entrevistados do primeiro e do último grupo disse ver no descontrole da corrupção um motivo para a substituição da democracia por outro sistema de governo. A ameaça de quebra de hierarquia em instituições militares, como na análise do Executivo, é a situação que tem menor adesão dos entrevistados. Mesmo assim, 31,8% do primeiro grupo e pouco mais de 40% do terceiro vêem nesta situação ameaça suficiente para colocar fim ao regime democrático.

TABELA 17 - CRUZAMENTO ENTRE AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E A QUESTÃO: O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO NÃO É ACEITÁVEL EM HIPÓTESE ALGUMA?

	CONCORDO	DISCORDO
Posição mais à esquerda		
↑ 2		
3	5	7
4	7	7
5	1	5
↓ 6		4
Posição mais à direita		2
Não respondeu		1
TOTAL	13	26

O cruzamento de informações sobre o autopoicionamento ideológico desse grupo e a questão que discute a fragilidade da adesão à democracia em determinados casos revelou que, entre aqueles que discordam que a ordem democrática é inegociável, seja qual for a situação, a maioria optou por posições mais deslocadas para a direita na escala; os que disseram não aceitar o fim do regime democrático, independentemente da razão, optaram por posições de centro à esquerda.

Em uma segunda perspectiva sobre essa questão dos valores, as questões foram direcionadas à caracterização de modelos de democracia aceitos pelo setor. O procedimento eleitoral é visto pelo legislativo como fundamental para a realização da democracia. Mas questiona-se a inserção de outros mecanismos de participação popular nas decisões da esfera política. Democracia, sim. Mas o tipo de regime político concebido pelos vereadores parece se afastar dos modelos da poliarquia de Dahl (1997) que valoriza a participação e a contestação na esfera pública.

A realização regular de plebiscitos é rejeitada por um quarto da segunda elite e por pouco mais de um terço das demais. Os conselhos gestores de políticas públicas apresentaram uma rejeição menor. O instrumento do orçamento participativo é rejeitado por, pelo menos, 30% dos membros dos três grupos e – apesar da sua difusão ter sido maior na última década – é justamente nas legislaturas mais recentes que o percentual de adesão é menor.

A participação direta do cidadão em todos os momentos de decisão de política é vista por mais da metade dos entrevistados da primeira e da terceira legislatura como essencial para realização da democracia, mas 47,4% dos entrevistados da segunda discordam dessa afirmação. Entretanto, quando questionados sobre a complexidade das atividades políticas e se estas deveriam ser deixadas nas mãos de profissionais da política, um terço dos entrevistados nos três grupos disseram concordar com esse posicionamento. Ou seja, embora uma parte do grupo entenda que atuação política do cidadão não está centrada somente no procedimento do voto e que ela deve avançar em outros momentos na esfera pública, uma parcela continua irredutível à participação popular nos limites da atividade política regular.

Juntamente com o grupo de questões que discutia a participação política como instrumento de consolidação da democracia, propuseram-se outras questões para que os entrevistados se posicionassem diante de políticas públicas inclusivas. Mais de 80% do setor mostraram-se favoráveis ou muito favoráveis à manutenção do atual sistema universitário gratuito e esse percentual ultrapassa 90% no que diz respeito às políticas que garantam a universalização da saúde pública.

Entretanto, quando o tema refere-se à realização de políticas mais radicais, como a política de renda mínima a todos os cidadãos, ou políticas de discriminação positiva, como o sistema de cotas nas universidades, a rejeição passa de 50% em todos os grupos. A reforma agrária, com base na desapropriação de grandes propriedades privadas, produtivas ou improdutivas, é o tipo de política pública mais rejeitada pelos três grupos, cuja a adoção praticamente dois terços disseram ser contrários ou totalmente contrários.

À exemplo dos resultados apontados por Perissinotto e Braunert (2006) sobre o posicionamento das elites políticas paranaenses, o setor legislativo municipal mostrou-se amplamente disposto a aceitar políticas de ampla aceitação popular, relacionadas a serviços básicos que devem ser ofertados pelo Estado, como educação e saúde e, em relação às políticas de promoção de igualdade menos conservadoras, a rejeição foi sensível.

Para complementar essa discussão sobre a relevância de políticas de finalidade igualitária, apresentou-se uma questão em que os entrevistados avaliaram a importância dos temas igualdade e liberdade a partir de uma situação hipotética em que seriam obrigados a escolher entre uma delas. Entre aqueles que optaram pela igualdade, o segundo grupo teve um percentual maior de respostas, de 57,9%. O primeiro grupo teve um percentual maior de escolha pela liberdade.

De modo geral, os percentuais relativos às duas opções foram equilibrados e, mais uma vez, muito semelhantes em cada uma das legislaturas. Ficou evidente, então, uma característica desse setor que é a continuidade, nos três momentos, de um grupo que, segundo Bobbio (2001, p.119-122), parece menos propenso a aceitar

políticas de realização de um ideal igualitário de sociedade – postura essa que, acredita o autor, está comprometida com posicionamentos mais conservadores, de direita.

O Estado brasileiro e o desenvolvimento da democracia no Brasil constituem o terceiro ponto da perspectiva analítica sobre os valores do setor legislativo. Sobre a percepção do regime democrático no país, as respostas dos três grupos também foram muito semelhantes: mais de dois terços acreditam que o Brasil tem, atualmente, um regime de democracia. A opinião sobre os elementos que mais abalam essa ordem democrática é da mesma forma muito equilibrada: ganância das elites, desigualdade de renda, falta de educação do povo, desrespeito aos direitos humanos e corrupção nos órgãos públicos são vistos como os principais obstáculos à democracia no país por mais de 80% dos membros dos três grupos.

Quanto ao tamanho ideal do Estado, há uma leve tendência, segundo o primeiro grupo, em conceber um maior controle da iniciativa privada na produção de serviço e oferta de bens. Já 84,2% dos membros do segundo grupo acham que o governo deve dirigir somente os serviços básicos. Esta é a opinião de mais da metade dos entrevistados dos demais grupos. A terceira legislatura é a que tem o maior percentual (36,4%) de vereadores que defendem a atuação ampla do Estado, prestando serviços à população em diversos setores.

TABELA 18 - AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO

	1993		1997		2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Posição mais à esquerda						
↑ 2						
3	5	29,4	6	31,6	8	36,4
4	5	29,4	5	26,3	11	50,0
5	3	17,6	3	15,8	1	4,5
↓ 6	3	17,6	2	10,5		
Posição mais à direita	1	5,9	2	10,5	1	4,5
Não respondeu			1	5,3	1	4,5
TOTAL	17	100,0	19	100,0	22	100,0

O instrumento da escala de autopoicionamento ideológico, último tópico da análise de valores, reforça a caracterização que todos os elementos analíticos

colocados até então revelaram: alto grau de homogeneização da elite. Colocados diante de uma escala para que identificassem suas posições ideológicas, mais da metade dos entrevistados dos três grupos se posicionou como de centro à direita. Mais de um terço dos dois primeiros grupos se colocou totalmente à direita na escala. O terceiro grupo é o que está mais deslocado para as posições de centro-esquerda e mais de um terço dos seus membros se identificaram à esquerda na escala.

Esses resultados – em comparação aos encontrados a partir das análises sobre o posicionamento desses grupos quanto às políticas igualitárias e de suas posturas diante de possíveis situações que conduzissem ao fim do regime democrático – reforçaram a validade do instrumento do autopoicionamento à medida que apontam realmente para a existência de um núcleo relacionado à direita, que é característico nas três legislaturas analisadas.

4.4 PROSOPOGRAFIA SINGULAR: A TENDÊNCIA À ESTABILIDADE

A análise do setor legislativo da esfera política do município de Ponta Grossa – suplementar à questão central da dissertação, que analisa as diferenças efetivas entre os grupos que ocuparam o Executivo local, do período entre 1993 e 2004 – revelou que a Câmara Municipal, embora seja um espaço que, em tese, representaria justamente a heterogeneidade das demandas sociais, formou grupos da 12.^a à 14.^a legislaturas com características muito semelhantes. A tendência à homogeneização na dinâmica de composição dessa elite ficou evidente com a formação dos perfis desses grupos a partir das três perspectivas de análise adotadas nessa pesquisa.

Tanto os caracteres adstritos quanto os atributos adquiridos pelos vereadores antes do momento em que passaram a fazer parte da elite do setor legislativo revelaram constantes nos perfis socioeconômicos dos três grupos; somente alguns elementos os diferenciam. Para Keller (1971, p.159-160) isso pode ser um sinal de que a sociedade representada por essa elite não tenha passado por processos

marcantes de mobilidade social e, portanto, não tenha demandado alterações no perfil do grupo político. Ela considera, por outro lado, que esse fenômeno seja apenas um reflexo do sistema de valores políticos dessa sociedade.

É especialmente nas características desenvolvidas a partir do treinamento em algumas instituições específicas que alguns contornos ficaram mais aparentes. Mas é interessante também ressaltar que a maior parte desses pontos que se distinguem de uma legislatura para outra podem estar relacionados às próprias transformações na dinâmica social, como o que ocorre com o percentual de indivíduos pós-graduados nas legislaturas mais recentes, elevação do percentual de adeptos às igrejas evangélicas e mesmo a mobilidade social dos membros da elite em relação a seus ascendentes – elementos que refletem os contornos da realidade social.

Dentre as características que os membros desse setor adquiriram a partir de experiências profissionais e educacionais, poucas são relevantes para distinguir cada um dos grupos. Os perfis traçados reforçaram a coesão dessa elite, a partir, especialmente, das instituições que foram responsáveis pela formação de ensino superior dos seus membros e dos períodos coincidentes em que estiveram no interior delas e da predominância de proprietários e profissionais liberais.

Assim, de modo geral, a perspectiva referente ao perfil socioeconômico dos três grupos mostrou que a circulação de elementos, no sentido que foi explicitado no início deste capítulo, foi muito baixa no setor legislativo e esta primeira etapa apontou uma tendência à cristalização de elementos. Isso se confirmou com a segunda perspectiva, sobre a carreira pública dos membros da elite, que delineou carreiras muito semelhantes, marcadas pela pequena experiência pessoal e familiar dos membros da elite em relação à política, originárias no setor legislativo e sempre na cidade de Ponta Grossa, baixo índice de treinamento no interior das instituições partidárias e com uma representatividade partidária condizente com a evolução histórica dos partidos: no início da década de 90, forte participação do PMDB e ampliação das bases, primeiramente, dos partidos associados à social-democracia, depois aos de ideologia neoliberal e, mais recentemente, dos partidos de esquerda.

Nesta perspectiva, sempre que as características levantadas apontam para efetivas diferenciações entre cada uma das legislaturas, é necessário ponderar que os tipos de variáveis aqui discutidos dizem respeito ao acúmulo de experiências e, portanto, precisam ser relativizadas em razão daqueles indivíduos que permanecem no grupo no decorrer dos mandatos. Outra questão a respeito da carreira pública dos membros dessas três legislaturas remete à pequena circulação de indivíduos nesse período de doze anos, se comparada à baixa permeabilidade constatada pela análise dessa perspectiva. Se esse setor da elite não faz pesadas exigências quanto ao treinamento político de seus membros por que os processos de renovação na Câmara Municipal de Ponta Grossa não implicaram em efetivas alterações de perfis?

É na análise da perspectiva dos valores desses grupos que a tendência à cristalização de alguns pensamentos e da estabilidade de algumas características dentro do setor legislativo se confirma. Basicamente, os resultados mostram um grau de adesão ao regime democrático mediano e decrescente, em razão da ameaça a alguns valores que são caros a esse setor da elite. Quanto ao modelo democrático desejado por esses grupos, há ainda certa resistência em relação aos instrumentos que ampliam a participação popular e também às políticas públicas de caráter igualitário. Ao final dessa perspectiva, a escala de autoposicionamento ideológico confirma essa disposição a comportamentos mais conservadores aferida pelo conjunto de variáveis desse tópico.

Entre os conceitos expostos na introdução deste capítulo, a renovação é certamente o que melhor se encaixa para compreender a dinâmica dessa elite nesses doze anos. O conceito de circulação que adotamos no início deste capítulo não se encaixa nessa análise das biografias coletivas dos vereadores dessas legislaturas. Não há, entre aqueles que permanecem durante todo esse intervalo, elementos que os diferenciem totalmente de cada um dos grupos a que pertenceram.

Possivelmente, uma das formas de entender a tendência à estabilização seja estudar também as legislaturas antecedentes e sucessoras das selecionadas por essa dissertação e captar, através da análise de um período mais extenso,

irregularidades no processo de composição deste setor da elite. Outra possibilidade de estudo sobre esses processos de renovação deste setor é, conforme Putnam (1976, p. 65-68), estudar o que esse processo de baixa circulação de pessoas e novos elementos para a esfera política pode significar em termos de elaboração de políticas. Ou seja, no caso de uma pesquisa que parta das informações levantadas por esta dissertação, seria interessante buscar conhecer se as orientações políticas desses grupos eram revestidas de inovações ou apenas vinham reproduzindo conceitos de legislaturas anteriores ou se a experiência dos membros desses grupos significava alto poder de trânsito e articulação pela esfera política.

Por ora, esta análise do setor legislativo da elite política ponta-grossense limita-se a análise dessas três perspectivas e, no texto seguinte sobre as conclusões finais, serão colocados alguns de seus aspectos mais marcantes em comparação à análise do setor político-administrativo.

CONCLUSÃO

A proposta central dessa pesquisa era fazer conhecer os perfis das legislaturas e dos grupos do setor político-administrativo a partir da análise das biografias coletivas dos membros que compuseram este fragmento da elite da história política de Ponta Grossa, proposta essa que veio se desenvolvendo nos capítulos anteriores. Observar os indivíduos que ocuparam posições formais nessa esfera, dando ênfase a suas trajetórias pessoais, suas carreiras públicas e suas percepções a respeito do regime democrático foi o caminho traçado por esta pesquisa, com o objetivo de conhecer um pouco sobre esses grupos que comandaram o Poder Executivo no período de doze anos, no município de Ponta Grossa (PR).

A análise paralela dos perfis dos membros do Poder Legislativo possibilitou explicitar as características predominantes nessa esfera, que tem um processo diferenciado de formação em relação àquele que constitui outros grupos da esfera política. Aqui, nas considerações finais, antes de uma avaliação específica dos objetivos alcançados, do método e dos resultados, far-se-á uma apresentação das especificidades de cada setor através de uma comparação das características analisadas, a partir da reunião dos dados dentro das três perspectivas da pesquisa. A partir do já exposto sobre as legislaturas e gestões em estudo, este texto comparativo demonstra a variação no sentido da dimensão partidária para cada um dos setores, o significado do processo de treinamento e socialização dos membros dessas elites e os pontos de afastamento e convergência dos seus perfis.

Embora existam muitas diferenças entre os padrões socioeconômicos identificados nas análises dos setores Executivo e Legislativo – especialmente em razão das efetivas diferenciações encontradas naquele – há, nas variáveis relacionadas aos caracteres adstritos do universo de pesquisa, muitos pontos coincidentes. Mesmo que os percentuais sejam muito fragmentados, pode-se afirmar que os valores correspondentes às respostas dos membros da Câmara Municipal estão, na maioria das vezes, compreendidos entre aqueles referentes às respostas das gestões do

Executivo, com exceção do índice de localismo revelado no recrutamento dentro do estado do Paraná e de uma participação mais elevada de membros de religiões evangélicas. A perspectiva da origem socioeconômica, se observada em função das características determinadas pelo critério do nascimento, revelam que a esfera política de Ponta Grossa, de 1993 a 2004, foi dirigida por homens, brancos, católicos, que passam a compor esta elite entre os 40 e 50 anos de idade.

Observados, então, os atributos adquiridos em razão de experiências profissionais e educacionais, existem variações nos perfis de cada setor. O grau de escolaridade do legislativo apresenta percentuais inferiores ao do Executivo, mas aproximados aos de suas duas primeiras gestões. Entre aqueles que têm alto grau de escolaridade, fica evidente a centralidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Federal do Paraná na formação superior dos membros dos grupos – um pouco menos relevante foi o papel da instituição pública federal para a terceira legislatura e para a segunda gestão do Executivo.

O tipo de formação universitária ficou bastante demarcado no primeiro e no terceiro grupo do Executivo e mesmo no setor Legislativo – que apesar de ser fragmentado – ainda sim pode ser mais facilmente caracterizado, se comparado com os registros da educação superior dos membros da gestão Jocelito. Se na primeira gestão predomina a formação em Direito; na última gestão, em Medicina e Engenharia Civil. No Legislativo, há alternância entre grupos da área da saúde e das ciências sociais aplicadas. Já a formação dos membros do segundo grupo do setor político-administrativo varia de Educação Física a Administração de Empresas, Medicina e Pedagogia.

Comparativamente, os resultados da variável ocupação apontam novamente para uma proximidade entre os perfis das elites dos dois setores: proprietários, profissionais liberais e professores são as ocupações mais representadas na esfera política. Há, como foi detalhadamente demonstrado na análise das gestões municipais, variações relevantes. Mas, nesse momento, o objetivo é apontar se o Legislativo tem características que o diferenciam efetivamente dos padrões observados pelas análises

do Executivo – já que, como a análise individualizada deste setor revelou, as variações não foram substanciais.

No que diz respeito à perspectiva da vida pública do universo de pesquisa, as variações são mais marcantes, embora algumas características – como o elevado índice de localismo em relação ao início da vida pública e o fato de que mais de 80% dos membros de ambos os setores disseram não vir de famílias acostumadas à política – aproximem os dois grupos.

Em média de idade, os membros do Legislativo chegam à elite cinco anos mais velhos do que os que chegam à elite do Executivo. Por outro lado, a análise da extensão da carreira revelou que os vereadores, tanto em número de cargos quanto em anos, apresentam uma experiência na vida pública bem mais curta do que os membros do setor político-administrativo. O grupo da gestão Jocelito Canto, que mostrou ter menor experiência política, registrou em média 7,73 anos de ocupação de cargos nessa esfera antes de compor aquela elite. Aqui, no setor legislativo, o grupo da terceira legislatura, que apresentou uma trajetória pública mais extensa, o fez em 7,18 anos. Isto pode ser interpretado com naturalidade, já que é muito comum que o cargo legislativo municipal seja uma porta de acesso à esfera política. Entretanto, o que chama a atenção neste caso é que a média de idade no momento de início da carreira pública é elevada.

Sobre o local em que iniciam suas carreiras, os dois setores demonstram um recrutamento político muito localista: todos os vereadores e 90% dos membros do Executivo disseram que iniciaram na vida pública no município de Ponta Grossa. A diferença entre os setores está centrada no tipo de função em que iniciam a trajetória pública: é no interior da Câmara Municipal que a maior parte dos vereadores teve as primeiras experiências políticas; para o Executivo, o serviço público e cargos de confiança foram as portas de acesso a essa esfera.

O partido político, ao contrário do que ocorre no Executivo, é uma dimensão formal obrigatória para a carreira legislativa. O papel central das instituições partidárias dentro do jogo eleitoral – elemento fundamental no processo de recrutamento dos

membros para a esfera legislativa – parece acabar atraindo mais pessoas para os cargos mais influentes no interior do partido. Na participação na executiva municipal é que fica evidente a importância dessa dimensão na carreira dos vereadores: a gestão do PT – que teve um maior percentual de participação – disse que 31% dos seus membros tiveram alguma passagem pelos cargos de direção nessa esfera; no Legislativo, o grupo que registrou a menor participação em cargos na executiva municipal do partido antes da entrada na elite foi o da terceira legislatura (36,3%).

No momento em que passam a fazer parte da elite, essas características são reforçadas. No setor político-administrativo há inclusive uma redução dessa participação na executiva municipal dos partidos políticos, enquanto entre os que passam a fazer parte do setor legislativo, há um acréscimo no percentual dos que passam a ocupar cargos dentro dos partidos. Com este quadro, é possível dizer que o sentido da dimensão partidária no legislativo está centrado no acesso e na manutenção de posições de destaque dentro do jogo político. No setor político administrativo, isso não é tão visível, mas a relevância do estudo dos partidos políticos tem um sentido ideológico. Isso pode ser aferido pela relação entre alto grau de consistência e identificação ideológica de cada gestão com os grupos políticos a que elas estiveram relacionadas.

Do treinamento por outras vias institucionais, o ponto principal de convergência entre as trajetórias dos dois setores é a ocupação de cargos em instituições sociais e culturais. No setor legislativo, os clubes de serviço (como o Rotary e Lions), a maçonaria e clubes sociais (especialmente o Clube América) foram os mais citados; a Universidade Estadual de Ponta Grossa é a instituição que tem mais destaque no processo de formação e de socialização dos membros da esfera político-administrativa.

Há ainda outro elemento deste tópico que merece uma observação: a participação inexpressiva de membros da elite em cargos de direção em entidades de trabalhadores. Mesmo na terceira gestão do Executivo, que agregou o maior número de secretários vinculados ao Partido dos Trabalhadores, o percentual de participação em instituições desse tipo não atinge 25%. Se esta variável for pensada

não apenas como elemento no treinamento para a vida pública daqueles que intencionam fazer parte da elite, mas ainda como um fator de socialização, de compartilhamento de crenças e objetivos, é possível dizer que os interesses da classe trabalhadora não estiveram expressivamente representados neste intervalo de doze anos. Se associarmos a isso o fato de que há um percentual relevante de proprietários nos dois setores em todo o período, essa afirmação deve ser anotada e profundamente discutida em futuras pesquisas.

Os valores dessa elite, última perspectiva da análise comparativa, aproximam o perfil do legislativo aos perfis da primeira e segunda gestões do Executivo, no que diz respeito à adesão ao regime democrático e ao próprio modelo de democracia desejado por seus membros. Os valores morais e religiosos e a proteção à propriedade privada são os principais fatores desse contato. A forte dimensão liberal da democracia é outro elemento muito marcante para os membros das gestões de Paulo Cunha e de Jocelito, o qual também está fortemente presente nas concepções do setor legislativo.

Esse quadro comparativo das características mais relevantes de cada um dos grupos finaliza a análise proposta por essa dissertação. A partir de toda a discussão apresentada até este momento, cabe agora resgatar as questões relevantes e destacar os resultados que mais contribuem para o conhecimento das características que marcaram essas biografias. No que se refere às gestões de Paulo Cunha Nascimento, Jocelito Canto e Péricles de Holleben Mello, verificou-se que existem efetivamente características que distinguem esses grupos, as quais devem ser analisadas também sobre outros aspectos.

Consideradas as três perspectivas de análise adotadas neste trabalho – origem socioeconômica, carreira pública e valores das elites – foi captado um movimento que redefine características e aproxima perfis de grupos que, originariamente, eram muito distintos. Se a análise das crenças e dos valores dos indivíduos que compuseram este setor aproximou o grupo de Jocelito Canto ao de Paulo Cunha que, sob a perspectiva da origem socioeconômica, era muito semelhante ao de Péricles, cabe suscitar a discussão de que uma análise aprofundada do papel das instituições na

formação de cada um desses grupos e mesmo um levantamento de suas redes de relações e contatos seriam pertinentes. Além desta, uma outra análise que observe o posicionamento de cada um dos grupos diante de algumas políticas em áreas determinadas, como a do transporte coletivo municipal, de assistência social, de cultura e de planejamento urbano, seriam auxiliares na tarefa de perceber, diante de situações determinadas de formação de políticas públicas, os valores e as percepções que estiveram realmente orientando a tomada de decisões durante essas gestões.

Se por um lado a pesquisa demonstrou que nesses doze anos, o setor político-administrativo foi dirigido por grupos bem definidos, a análise das três legislaturas concluiu que o processo de renovação qualitativa, ou seja, de uma efetiva circulação de idéias e não apenas de uma variação quantitativa de pessoas, não ocorreu e que há tendência à estabilização de algumas características neste setor. Uma proposta de análise complementar que deve ser colocada a partir dos resultados das biografias coletivas construídas por este trabalho é a de observar, segundo as mesmas perspectivas analíticas dessa dissertação, um período mais extenso, os membros das legislaturas precedentes e que sucederam essas três que foram contempladas pela pesquisa. Com isso, há a possibilidade de se descobrirem os elementos permanentes e os desvios recorrentes que possam ser interpretados como efetivas alterações.

Outro passo na continuidade dessa análise seria o mapeamento de todas as discussões do setor, caracterizando-as e agrupando-as para conhecer as tendências do processo decisório, as redes de relacionamento desse setor e, enfim, os interesses que foram contemplados com mais freqüência pela Câmara Municipal, naquele período.

Alguns elementos das biografias desses grupos apontam para outras questões que devem ser pesquisadas, como é o caso da alta representatividade de proprietários em alguns recortes da elite. Esta constatação não pode ser apenas observada isoladamente. Mas indica que uma análise de processo decisório pode partir desse ponto para melhor conhecer os valores dessa elite a partir dos interesses que defenderam no período em que estiveram no poder.

No que diz respeito ao treinamento da elite do Poder Legislativo, surge uma questão que deve ser explorada: o início da carreira política com uma média de idade elevada pode significar baixo nível de experiência, inserção tímida na esfera política regional e, conseqüentemente, vem explicar a pequena projeção política do município nas esferas política estadual e federal, demonstrada nos últimos processos eleitorais.

Outro aspecto presente no resultado das análises focadas no setor legislativo é a inserção de novos elementos que compõem a elite. Vilfredo Pareto, que considera o processo de renovação dos quadros como um fenômeno de eliminação de tensão entre dominantes e dominados, afirma que é preciso questionar que tipo de relação tem se estabelecido entre esses dois. A elite já atingiu um nível de representatividade ideal, como supõe Putnam (1976), nos casos em que não ocorre efetiva circulação de elementos. Se considerarmos que a representatividade não deve ser compreendida somente a partir das características desses grupos, mas principalmente em relação ao posicionamento da elite, um estudo do processo decisório também seria ideal para compreender o que ocorreu nos últimos anos, nesse setor.

Portanto, conhecer as trajetórias pessoais dos membros da esfera política local e os caminhos que esse traçaram na esfera pública permitiu conhecer algumas características relevantes das biografias coletivas dos grupos que compuseram esses setores da elite. Também pudemos responder a questões propostas inicialmente por este trabalho e avançar no sentido de mapear outros elementos, sejam eles objetivos ou subjetivos, da esfera política da cidade de Ponta Grossa, além de fornecer material que fomentará outras pesquisas complementares ao estudo das relações de poder local. A partir dessa perspectiva, este trabalho contribui para o conhecimento de parte do processo de recrutamento político no município paranaense e aponta questões e grupos de pessoas e instituições que devem, posteriormente, ser observados em análises de redes de relações e de processo decisório, análises essas que contribuirão para o entendimento do processo político em que estiveram inseridos os grupos até então estudados.

REFERÊNCIAS

- ACIPG. Associação Comercial, Cultural, Industrial e Agropecuária de Ponta Grossa. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.acipg.org.br/institucional/historia.shtml>> Acesso em: 05 jan. 2006.
- ALCÁZAR, Mariano Baena Del. On the Nature of Power: An Examination of the Governing Elite and Institutional Power in Spain, 1939-92. **Public Administration**, Blackwell, v.80, n.2, p.323-338, 2002.
- AVIZ, J. B. **Ética e cidadania no momento atual no Brasil e em nossa cidade**. Ponta Grossa, 23 maio 2000.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. (1963). Poder e decisão. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevão (Orgs.). **Política e sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1983. v.1. p.43-52.
- BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: _____. **Curso de introdução à ciência política**. 2.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1984. Unidade VI.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2.ed. rev. e ampl. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmem C. Varriale et al. 9.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. v.2.
- BOTTOMORE, T. **As elites e a sociedade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BRAGA, Sérgio S. Padrões de organizações das leites partidárias regionais no imediato pós-Segunda Guerra no Brasil (1945-1950) e as singularidades da Região Sul. **História Unisinos**, v.5, n.4, p.261-297, jul./dez. 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial brasileira. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAYROL, Roland; PERRINEAU, Pascal, Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France. In: CZUDNOWSKY, M. M. (Ed.). **Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies**. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p.90-124.
- CERVI, Emerson Urizzi. Rádio e renovação política em eleição majoritária: a vitória eleitoral de prefeito/radialista em Ponta Grossa. **Revista Mediações**, v.7, n.1, p.29-70, jan./jun. 2002.
- CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: [s.n.], 1988.
- CHEIBUB, Zairo B. Valores e opiniões da elite: notas sobre padrões de apoio a políticas sociais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.38, n.1, p.57-70, 1995.

DAHL, Robert A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, M. S. de (Org.). **Sociologia política II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DAHL, Robert A. (1961). **Who governs? Democracy and power in na American City**. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DOMHOFF, G. William. **Who rules America now? A view for the '80s**. Nova Iorque: Simon & Schuster Inc., 1986.

FLEISCHER, David V. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. **Revista de Ciência Política**, v.24, n.1, p.49-75, jan./abr. 1979.

FLEISCHER, David V. (Org.). Os partidos políticos no Brasil. **Cadernos da UNB**, v.2, p.96-114, s/d.

GONÇALVES, A. **De elite à esquerda**. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/20030914/politica/politica.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2005.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Boletim Informativo Bibliográfico**, Rio de Janeiro, n.41, 1996.

HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 12 jul. 2005.

KELLER, Suzanne. **Mas alla de la clase dirigente**. Madrid: Tecnos, 1971.

LIMA, Maria Regina S.; CHEIBUB, Zairo B. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.31, p.83-110, jun. 1996.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert. J. Regional Elites. In CONNIFF, Michael L.; MCCANN, Frank D. (Eds.). **Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective**. Nebraska: The University of Nebraska Press, 1991. p.3-22.

MAINARDES, C. Desenvolvimento chega com a ferrovia. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 15 set. 1999, Caderno Especial 'Ponta Grossa em 176 anos', p.3, coluna 1.

MAQUIAVEL, N. (1512). **O príncipe**. 29.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

MCDONOUGH, Petter. **Power and Ideology in Brazil**. New Jersey: Princenton University Press, 1981.

MICHELS, R. (1912). **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

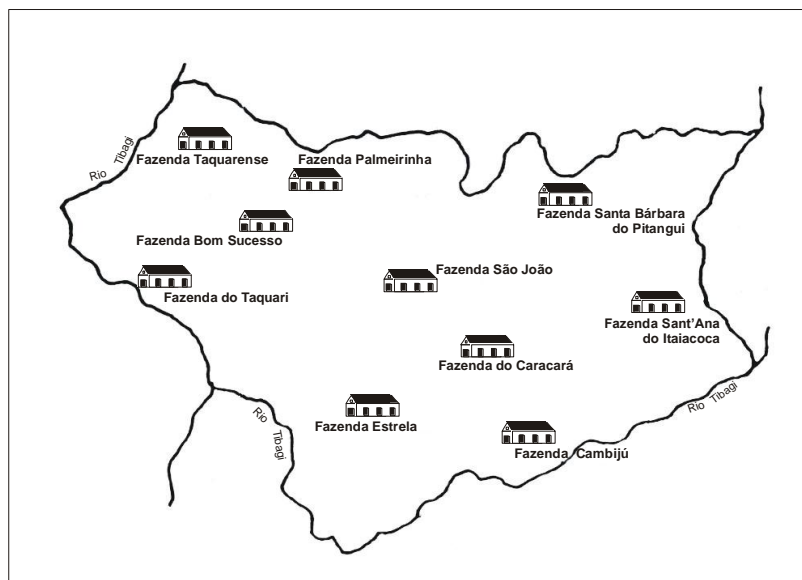
- MILLS, C. (1956). A elite do poder. **Informativo Bibliográfico**, Rio de Janeiro, n.41, p.35-84, 1996.
- MONGRUEL, R. A. P. **Entrevista concedida a Ana Maria Bourguignon de Lima**. Ponta Grossa, 11 jan. 2006.
- MOSCA, Gaetano (1896). **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.
- PARETO, V. (1916) Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Vilfredo Pareto: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984. v.43. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- PERISSINOTTO, Renato M.; BRAUNERT, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública**, Campinas, v.12, n., p.114-135, 2006.
- PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Origem do nome**. Disponível em: <<http://pg.pr.gov.br/acidade>>. Acesso em: 18 dez. 2005.
- PUTNAM, Robert. **The comparative study of political elites**. New Jersey: Prentice-Hall, 1976.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- REIS, Elisa P.; CHEIBUB, Zairo B. Valores políticos das elites e consolidação democrática. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.38, n.1, p.31-56, 1995.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**.: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, André Marenco dos. **Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]**. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado) - UFRGS.
- SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p.89-117.
- SILVA, E. A. **Entrevista concedida a Ana Maria Bourguignon de Lima**. Ponta Grossa, 13 jan. 2006.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Relatório de candidatos a prefeito**. Disponível em: <<http://www.tre-pr.gov.br/eleicoes/elei1996.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2005.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Votação dos candidatos à majoritária, por município, no Paraná**. Disponível em: < <http://www.tre-pr.gov.br/eleicoes/elei2000.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

"AS GRANDES FAZENDAS" E A DIVISÃO GEOGRÁFICA ATUAL DO MUNICÍPIO

MAPA A.1 - DIVISÃO INICIAL DOS CAMPOS GERAIS EM FAZENDAS



FONTE: Chamma (1988, p.15)

MAPA A.2 - ATUAL DIVISÃO DA CIDADE DE PONTA GROSSA, POR BAIRROS




FONTE: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

NOTA: O Distrito Industrial, na realidade, faz parte do bairro Cará Cará.

ANEXO 2

A DANÇA DAS CADEIRAS

Em menos de cem dias de governo, Jocelito Canto exonera mais de 80% do secretariado e redistribui as pastas do Executivo. Esta situação pode ser identificada em outros momentos de seu governo, caracterizado pela troca de secretários e de secretarias. Isso porque, além da inserção de novos membros, na gestão Canto foi comum um secretário ocupar mais de duas pastas, como é o caso de Lauro Schoenberger Filho (Assistência Social, decreto 217/97, de 15 de março/Saúde, decreto 222/98, de 26 de maio/Turismo e Meio Ambiente, decreto 285/98, de 24 de junho), Adilson Vieira Simões (Cultura, decretos 217/97 de 25 de março, 389/99 de 20 de julho e 801/00 de 20 de novembro/Turismo e Meio Ambiente, decreto 224/98, de 26 de maio) e Odivaldo Alves (Obras e serviços públicos, decreto 032/99 de 08 de fevereiro/Turismo e Meio Ambiente, decreto 281/00 de 30 de junho/ Chefe de Gabinete, decreto 805/00 de 29 de dezembro).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
GABINETE DO PREFEITO

67

DECRETO Nº 217 / 97

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná,
usando de suas atribuições legais,

Resolve

Exonerar, a pedido, a partir de 26 do mês em curso, os titulares dos órgãos de hierarquia superior da administração municipal, ocupantes dos cargos em comissão a seguir indicados:

Dr. REINALDO DE ALMEIDA CESAR SOBRINHO - Secretário Municipal de Administração e Negócios Jurídicos

Engº ROBERTO ALFREDO PIETROBELLI MONGRUEL - Secretário Municipal de Planejamento

Sr. IVAN CARLOS RENTSCHLER - Secretário Municipal de Finanças

Prof. JOÃO CARLOS GOMES - Secretário Municipal de Educação

Dr. HERCULANO FRANCISCO GIANESELLA LISBÔA - Secretário Municipal de Indústria e Comércio

Dr. MAURÍCIO DE LARA PODOLAN - Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Prof. FAUZI AZIS CHAGURI - Secretário Municipal de Esportes e Recreação

Dr. LAURO SCHOEMBERGER FILHO - Secretário Municipal de Assistência Social

Sr. ADILSON VIEIRA SIMÕES - Secretário Municipal de Cultura

Cel. LUIZ CARLOS DE CARVALHO - Secretário Municipal da Criança e do Adolescente


Sr. FRANCISCO ODAVAL GONÇALVES - Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Sr. DELMAR JOSÉ PIMENTEL - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Dr. RICARDO MUSSI - Secretário Municipal de Saúde

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 25 de março de 1997.

Publicado no Diário da Manhã - Edição do dia 27 / 03 / 97.



JOCELITO CANTO
Prefeito Municipal

ANEXO 3

LISTA DE ASSINATURAS DA SEGUNDA REUNIÃO
DO MOVIMENTO PELA ÉTICA E CIDADANIA

Reunião do Movimento pela Ética e Cidadania.

Data: 24-05-2000

Lista de Presenças

MOVIMENTO PELA ÉTICA E CIDADANIA
 PONTA GROSSA - PR
 DATA: 24/05/2000 LISTA DE PRESENCAS

NOME	ENTIDADE	TELEFONE
Robécia Z. da Silva	MOV. Banc. A. Nogueira de P. Grossa	223-6044
Beni Siqueira de Cunha	MovimentAcal	224-PR-55
João Braccias	P. Lisoesi	224-5658
ODIVALDO ALVES	PRTB	227-9008/9978-0825
Alceu José Batistel	Assoc. J. P. Lins	226-38-53
João Elzeu Chociany	Partido Trabalhista Nacional - PTN	3102-0876
João Luiz Stefaniak	MST/ SECPG.	223-6383
Solange F. P. Silva		224-4709
MIGUEL HELENO DA SILVA APP		2242012
Alecia dos Santos "AÇÃO SOC. N. S. FÁTIMA"		222-8330
Alfredo Vicente Ribeiro (gda)	C.M.P.	223.6369
Apurancira M. Costa (tuti)	Associação Intelectual	2279254
João Santos	PRCC UTRADES	2236369
Veloso Kovalski	Diretório IPT	2248142
Osvaldo X. F. F. F. F.	Diretório IPT	223 6218
Adão Beck	Presid. Adv. Moral São João	2225835
Maurício Paula Jr.	F&M - Comunicação Cel	977 0234
Roberta Rendon	Post. de M. Trabalho	223 3732
Alcides Formigão dos Santos	Sin. de Trab. F. Trabalho	227-6975
Raulino Carlos Cavalheiro Gomes	UDR - União Democr. Rural	2253411
MARCO A. MARQUES	D.C.E. - UEPG	227 2860
LAVAR O. SCHNEIDER	SICREDI	911-2621
MILTON MARGRAF	SICREDI	223-1058
ANTONIO DOMINGOS RIFENT	A.M. MOSES LERNER	223-1058
IR. LUCIA STARON	A.G.C.	224 1160
Helinton Fauchin Tregus da Founca		225-1720.
Luiz Paulo J. da Cunha	Unio-9972.0929	222-1121
DONGLAS F. T. FONSECA	ACIPG	225-1277

Conforme a lista, a reunião teria agregado pessoas ligadas a associações de moradores, partidos políticos, UEPG, Diretório dos Estudantes da Universidade, UDR, Associação Comercial, Pastorais da Igreja Católica, cooperativas de crédito etc.

ANEXO 4

GERAÇÕES ACADÊMICAS

Instituição: UEPG

Gestão Paulo Cunha (1993-1996)

	n	%
1957	1	33,3
1963	1	33,3
1976	1	33,3
TOTAL	3	100,0

Instituição: UFPR

Gestão Paulo Cunha (1993-1996)

	n	%
1949	1	33,3
1963	1	33,3
1978	1	33,3
TOTAL	3	100,0

Instituição: UEPG

Gestão Jocelito Canto (1997-2000)

	n	%
1968	2	18,2
1976	2	18,2
1978	1	9,1
1980	3	27,3
1982	2	18,2
1990	1	9,1
TOTAL	11	100,0

Instituição: UFPR

Gestão Jocelito Canto (1997-2000)

	n	%
1972	2	100,0
TOTAL	2	100,0

Instituição: UEPG

Gestão Péricles (2001-2004)

	n	%
1972	2	16,7
1973	1	8,3
1974	1	8,3
1975	1	8,3
1976	1	8,3
1977	1	8,3
1981	2	16,7
1982	1	8,3
1983	2	16,7
TOTAL	12	100,0

Instituição: UFPR

Gestão Péricles (2001-2004)

	n	%
1966	1	11,1
1968	2	22,2
1969	1	11,1
1973	2	22,2
1975	1	11,1
1979	2	22,2
TOTAL	9	100,0